

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

REGINA CELLY CLEMENTE SILVA

**O PROGRAMA MULHERES MIL: UMA AVALIAÇÃO NO IFPE-CAMPUS
CARUARU**

NATAL
2020

REGINA CELLY CLEMENTE SILVA

**O PROGRAMA MULHERES MIL: UMA AVALIAÇÃO NO IFPE-CAMPUS
CARUARU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas e Práxis em Educação Profissional.

Orientador: Dr. José Moisés Nunes da Silva

NATAL

2020

Silva, Regina Celly Clemente.

S586p O programa mulheres mil : uma avaliação no IFPE- Campus Caruaru /
Regina Celly Clemente Silva. – Natal, 2020.
109 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2020.

Orientador (a): Dr. José Moisés Nunes da Silva.

1. Educação Profissional. 2. Políticas Públicas. 3. Programa Mulheres
Mil – Avaliação. II. Silva, José Moisés Nunes da Silva. III. Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. IV. Título.

CDU 377

REGINA CELLY CLEMENTE SILVA

**O PROGRAMA MULHERES MIL: UMA AVALIAÇÃO NO IFPE-CAMPUS
CARUARU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas e Práxis em Educação Profissional.

Dissertação apresentada e aprovada em **04 / 08 / 2020**, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva – Orientador/Presidente
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Régia Lúcia Lopes – Membro Titular Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Lenina Lopes Soares Silva – Membro Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Alexandre Viana Araújo – Membro Suplente Externo
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria Aparecida dos Santos Ferreira – Membro Suplente Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico este estudo a minha mãe, Maria de Lourdes (*in memoriam*) e a todas as mulheres da minha família, exemplos de força, amor e leveza. Dedico aos meus irmãos e à minha irmã, tão corajosos e fortes. Dedico aos amigos e às amigas, fontes de amor e esperança em minha vida. E por último e não menos importante, dedico a todos/as professores/as que passaram por minha vida, exemplos de luta e perseverança e a todas as Mulheres Mil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte e motor, início e fim. Dele tudo nasce e para Ele tudo converge. Deus é minha fortaleza em todos os momentos, é minha alegria, é a eterna consciência de que tudo é aprendido.

À minha avó Glória (*in memoriam*) exemplo de alegria, luta e perseverança. A Dona Lourdes, meu maior exemplo de honestidade e ética, minha avó, agradeço por todo esforço e toda luta em meio as dificuldades da vida, que foram tantas.

Ao Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva, meu orientador, pela alegria, pelos puxões de orelha, pela paciência eterna (cá entre nós), devido a minha demora em escrever, e quando mando muitas páginas escritas. Agradeço o acolhimento de minha pessoa e minha proposta de estudo, que se tornou nossa. Ele é um grande mestre.

Às professoras Lenina Lopes e Régia Lúcia, que estiveram presentes nos seminários de dissertação e na qualificação, agradeço o cuidado e o olhar amoroso. E estiveram presentes na Defesa dessa Dissertação, com o mesmo olhar atento.

Ao professor Alexandre Viana Araújo, pela atenção dedicada ao texto e presença na Banca de Defesa dessa Dissertação.

À professora Aparecida Ferreira que se fez presente, nos seminários de dissertação, com importantes contribuições e que prontamente atendeu nosso convite de participar da Banca de Defesa de Dissertação.

À minha família, por ser meu porto seguro e sempre alimentar a esperança em dias melhores, principalmente às mulheres da minha família, que são incrivelmente fortes.

À minha prima Andreia pela alegria de viver e pela energia que exala. Agradeço todo amor, orações e toda torcida a mim dedicados.

A meus tios Eurípedes e Valéria, pela torcida, amor e incentivo, que contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

A meus irmãos, Regina, Rodrigo e Rodrigo (história longa que aqui não dá para explicar) pelas nossas loucas histórias e nossos encontros e reencontros.

A todos/as professores/as que fizeram parte de minha vida, desde a infância, até os dias atuais, vocês por intermédio da Educação salvaram minha vida. Minha admiração eterna aos que se dedicam a essa profissão, tão nobre e tão desvalorizada e perseguida.

Aos amigos do Instituto Educacional Peter Pan, em Palmares que até hoje estão presentes em minha vida.

Aos amigos do Colégio Cenecista Prof. Ivon Ferreira Lins, fonte de alegria num período muito importante, o Ensino Médio.

A Associação Diocesana de Ensino e Cultura de Caruaru – Faculdade de Ciências, Filosofia e Letras de Caruaru (FAFICA), meu lugar de trabalho, nas pessoas dos diretores Pe. João Paulo e Pe. Bartolomeu, pela torcida e compreensão nos meus dias de ausência. Agradeço pelo crédito e pela confiança.

Aos amigos da Fafica, pela torcida, pela compreensão e pelo dia-dia de alegria no ambiente de trabalho. À querida Marianne Ferreira, que organizou meus horários de trabalho, contribuindo para que eu pudesse viajar e estudar.

Aos amigos da vida, Polliana, Thiago, Juliana, Luiza, Marcondes, Quiara, Rodolfo. O apoio e amor de vocês é fundamental na minha caminhada pela vida.

A João Paulo Costa Soares, meu companheiro de orientação e de jornada no PPGEP. Foi muito bom te conhecer, meu amigo, meu irmão... Espero te levar para minha vida! Conta comigo!

Aos companheiros do Mestrado, vocês foram só alegria em minha vida, agradeço a Deus ter conhecido cada um, cada uma.

A Maria, Lucineide e Lindinalva, amigas e quase irmãs, irmãs que escolhi, e que nos últimos tempos têm sido fonte de luz e compreensão, me ajudando a carregar a minha cruz nessa vida tão corrida e sofrida, que vez por outra se apresenta para nós. Amo vocês, eternamente.

Aos amigos da Universidade Federal de Pernambuco – CAA, do curso de Pedagogia, Dâmares, Douglas, Jessica Viliana, Joais, Gláucia, Adriel, Priscila, Iara, Evânia, Márcia, Karen, Jefferson e toda a turma Ariano Suassuna, vocês foram exemplo de coragem e perseverança por longos dias e longas noites, valeu a coragem da amizade.

Ao professor Alexandre Viana, querido Xandão, obrigada pela força e torcida pelas orientações na graduação, e na vida e pelo espaço concedido para o estágio docência do mestrado.

À professora Dra. Allene Lage, coordenadora do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina, aprendi muito naquele espaço de discussão e luta.

Aos amados professores da graduação da UFPE. Aos funcionários da UFPE- Centro Acadêmico do Agreste.

Aos professores e professoras do PPGEP pelas ricas e importantes contribuições nessa caminhada tão distante. Vocês têm minha eterna gratidão por tudo que fizeram, e fazem para o desenvolvimento da educação nesse país. Meu respeito eterno!

Aos funcionários do PPGEF, pela gentileza e presteza em sempre atender nossas solicitações.

E por fim, e não menos importante, às Mulheres do PMM, verdadeiras responsáveis por todo esse trabalho. Gratidão eterna!!!

[...] as vozes dessas conferências e as mulheres em Huairou precisam ser ouvidas alto e claro: é uma violação dos direitos humanos quando bebês são privados de comida, ou afogados, ou asfixiados, ou têm suas espinhas quebradas simplesmente porque nasceram meninas.

É uma violação dos direitos humanos quando mulheres e meninas são vendidas para a escravidão da prostituição. É uma violação dos direitos humanos quando encharcam mulheres com gasolina, ateiam-lhes fogo e elas morrem queimadas porque os dotes de seus casamentos são considerados pequenos demais.

É uma violação dos direitos humanos quando mulheres jovens são brutalizadas pela prática dolorosa e degradante da mutilação genital. É uma violação dos direitos humanos quando mulheres, individualmente, são estupradas em suas próprias comunidades, e quando milhares de mulheres são sujeitadas ao estupro como uma tática ou espólio de guerra. É uma violação dos direitos humanos quando às mulheres é negado o direito de planejar sua família, e isso inclui serem forçadas a abortar ou serem esterilizadas contra a vontade.

Se há uma mensagem que deva ecoar forte desta conferência, que seja: direitos humanos são direitos das mulheres... e direitos das mulheres são direitos humanos, de uma vez por todas.

Hillary Diane Rodham Clinton, 1995.

IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Pequim - China.

RESUMO

A temática deste estudo é a política pública para às mulheres em situação de vulnerabilidade social, e o objeto é o Programa Mulheres Mil (PMM), que está vinculado à educação profissional. O objetivo é avaliar o Programa Mulheres Mil no Instituto Federal Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco-Campus Caruaru, refletindo sobre a inclusão social e produtiva da mulher, proposta no Programa, enquanto uma ação instituída no campo da educação no Agreste Pernambucano. Metodologicamente, o estudo se enquadra na abordagem qualitativa, conforme definida por Minayo (2000) e Godoy (1995), subsidiado por uma pesquisa bibliográfica, em autores que discutem a temática e por uma pesquisa documental em leis, decretos e projetos pedagógicos dos cursos. As participantes do estudo são às alunas egressas dos cursos de Culinária e Aproveitamento de Alimentos, Corte e Costura e Auxiliar Administrativo ofertados no âmbito do PMM, pelo IFPE-Campus Caruaru. Para localizar as participantes utilizamos o método por amostragem não-aleatória denominado Bola de Neve, conforme Olsen (2015). E como técnica de coleta de dados utilizamos questionários subsidiados teoricamente por Marconi e Lakatos (2003). Os resultados apontam que o PMM no IFPE-Campus Caruaru contribuiu para formação cidadã e para a inserção profissional das alunas. A inclusão social das mulheres aconteceu de maneira sistemática e elas carregam os aprendizados dos cursos no contexto em que vivem. A qualificação profissional lhes permite atuar na área do curso ou outra correlata, de maneira a gerar outras oportunidades.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação Profissional, Programa Mulheres Mil, Alunas Egressas, Formação Profissional.

ABSTRACT

The theme of this study is public policy for women in situations of social vulnerability, and the object is the Thousand Women Program (PMM), which is linked to professional education. The objective is to evaluate the Thousand Women Program at IFPE-Campus Caruaru, reflecting on the social and productive inclusion of women, proposed in the Program, as an action instituted in the field of education in Agreste Pernambucano. Methodologically, the study fits the qualitative approach, as defined by Minayo (2000) and Godoy (1995), subsidized by a bibliographic research, by authors who discuss the theme and by a documentary research on laws, decrees and pedagogical projects of the courses. The study participants are students who have graduated from the Cooking and Food Use, Cutting and Sewing and Administrative Assistant courses offered under the PMM, through the IFPE-Campus Caruaru. To locate the participants, we used the non-random sampling method called Snowball, according to Olsen (2015). And as a data collection technique, we used questionnaires theoretically subsidized by Marconi and Lakatos (2003). The results show that the PMM at the IFPE-Campus Caruaru contributed to citizen training and to the students' professional insertion. The social inclusion of women happened in a systematic way and they carry the learning of the courses in the context in which they live. Professional qualification allows them to work in the area of the course or other related one, in order to generate other opportunities.

Keywords: Public Policies, Professional Education, Thousand Women Program, Alumni Students, Professional Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Estado de Pernambuco por regiões

Figura 2 – Municípios que compõem o Agreste Pernambucano

Figura 3 – Mapa de Pernambuco com destaque para a cidade de Caruaru

Figura 4 – Fachada do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco –
IFPE Campus Caruaru

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios de eficiência, eficácia e efetividade e os tipos de avaliação

Quadro 2 – Projeto Piloto Mulheres Mil – desenvolvido nos Estados do Norte e Nordeste 2007-2010

Quadro 3 - Matriz Curricular do Curso Confeitaria e Aproveitamento de Alimentos

Quadro 4 – Matriz Curricular do Curso Auxiliar Administrativo

Quadro 5 - Matriz Curricular do Curso de Corte e Costura

Quadro 6 – Perfil Social das Alunas Egressas

LISTA DE SIGLAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação
ACCC – Associação dos *Colleges* Comunitários Canadenses
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APE – Acesso, Permanência e Êxito
ARAP – Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia
BIA – Programa de Bolsas de Incentivo Acadêmico
BSM – Brasil sem Miséria
CADÚNICO – Cadastro Único
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnologia
CIDA – Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPM – Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
CONCEFET – Conselho de Dirigentes dos Centros de Educação Tecnológica
CONIF – Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CRAS – Centro de Referência e Assistência Social
FIC – Formação Inicial e Continuada
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF’S – Institutos Federais
IFPE – Instituto Federal de Pernambuco
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
ONG’S – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PIBIC – Programa Institucional de Iniciação Científica
PIBIT – Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIBICAF – Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
PICTEC – Programa Institucional de Iniciação Científica Técnica

PITTEC – Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em nível Técnico

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PMM – Programa Mulheres Mil

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPGEP – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEM – Secretaria Especial da Mulher

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia

SINE – Sistema Nacional de Emprego

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	28
2.1	ASPECTOS CONCEITUAIS	28
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL	40
3	O PROGRAMA MULHERES MIL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL	52
3.1	NOTAS HISTÓRICAS DO PROGRAMA MULHERES MIL.....	52
3.2	O PROGRAMA MULHERES MIL NO ESTADO DE PERNAMBUCO	62
4	A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFPE-CAMPUS CARUARU	70
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO IFPE-CAMPUS CARUARU	70
4.2	ESPECIFICIDADES DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFPE-CAMPUS CARUARU	79
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE	109

1 INTRODUÇÃO

A educação é um dos temas mais abordados quando inserida no debate sobre políticas públicas; sempre é lugar-comum relacioná-la ao desenvolvimento de uma sociedade, a redução das desigualdades e a fatores ligados à economia e ao trabalho. No âmbito econômico sabemos que existe uma relação entre educação, produção e produtividade, tanto que ela tem sido ressaltada quase que exclusivamente pela necessidade de qualificar e ou habilitar pessoas para o mundo do trabalho. Entretanto, para além dessa dinâmica, a educação é instrumento de socialização, de desenvolvimento cultural, técnico e tecnológico, dentre outros sentidos e não se pode atribuir somente a ela, os insucessos da sociedade.

A temática deste estudo é a política pública voltada para às mulheres em situação de vulnerabilidade social, e o objeto é o Programa Mulheres Mil (PMM), que está vinculado à educação profissional. Salientamos que a educação profissional em uma perspectiva progressista não está pautada somente na formação para o trabalho e, sim, na possibilidade de formar um trabalhador consciente e possuidor dos instrumentos técnicos, intelectuais e sociais, culturais e tecnológicos, para atuar de maneira reflexiva na sociedade, ou seja, o fato de se conceber a educação profissional como inserida nos processos de desenvolvimento e transformação dos sujeitos e de seus contextos.

O interesse inicial pelo estudo em políticas públicas de educação profissional voltada para o público feminino decorre das nossas vivências na graduação, no curso de Pedagogia, pela Universidade Federal de Pernambuco, em disciplinas como: Estado, Políticas e Educação; Movimentos Sociais e Educação e Educação e Trabalho.

Posteriormente, pelo engajamento no grupo de estudos e extensão: observatório dos movimentos sociais na América Latina, o qual instigou para leituras sobre o desenvolvimento do trabalho feminino; do pouco tratamento dado à modalidade de Educação Profissional, no decorrer do curso, instigou a buscar mais sobre o tema e elaborar um trabalho de conclusão de curso e conseqüentemente, depois pensar em um projeto para um trabalho dissertativo; e do movimento crescente das mulheres pela educação e tudo o que ela pode proporcionar, foi e é fato fundamental para desenvolver este estudo.

Essa relação entre, educação e trabalho voltado para uma perspectiva feminina é o que dá ânimo nesta infundável busca do conhecimento sobre os temas.

Quando consideramos o processo histórico da educação profissional no Brasil percebemos que é uma modalidade que marcou a identidade dos sujeitos, no que se refere a formação para o trabalho. No Brasil Colônia, com a atuação dos jesuítas, já existia uma

dualidade no âmbito da educação, existia uma formação voltada para às classes mais abastada e outra reservada à classe popular, essa constituída por pessoas escravizadas e a população indígena.

No Brasil Império, existia a preocupação de formar os trabalhadores ociosos, para que se mantivessem ocupados e, também, em retirar as crianças das ruas, numa perspectiva de política higienista¹. Nesse sentido, o governo ordenou que os órfãos fossem encaminhados às escolas de formação para o trabalho que existiam na época.

Já no Brasil República, as principais instituições voltadas para a materialização do ensino profissional e técnico, sob a gestão do Governo Federal, foram, em 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices; depois os Liceus Industriais, em 1937; as Escolas Industriais e Técnicas em 1942; as Escolas Técnicas Federais, em 1959; os Centros Federais de Educação Tecnológica, a partir da década de 1970; e, mais recentemente, em 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A educação profissional e tecnológica recebeu nos governos do Partido dos Trabalhadores – Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) – um investimento significativo, pois promoveram uma expansão na Rede Federal de Educação sem igual, desde 1909, envolta numa perspectiva de educação para todos. Os investimentos ocorrem também com a criação e manutenção de programas e ofertas de bolsas financeiras para a formação, com o intuito de sanar a histórica defasagem desse campo, não apenas preparando para o mercado de trabalho, mas com eixos temáticos que contribuem para a formação cidadã, superando desta forma, uma ação puramente servil, por um exercício com excelência e reflexividade.

Diante deste panorama, enfocaremos nesse estudo o PMM – um Programa que visa oferecer as bases de uma política social para mulheres em situação de vulnerabilidade –, o qual foi materializado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica (REDENET), Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, Conselho Nacional de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONCEFET) e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio do sistema de cooperação entre os governos

¹ No Brasil dessa época, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a incipiente industrialização, a nova feição das cidades, o aumento do comércio internacional, as correntes imigratórias e, principalmente, a presença de contingentes populacionais “livres” concentrados no espaço urbano deram nova complexidade à estrutura social do país. Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial. O discurso médico higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país (MANSANERA; SILVA, 2000, p. 117).

brasileiro e canadense, este representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida/ACDI) e a Associação de *Colleges* Comunitários do Canadá (ACCC)² (BRASIL, 2007).

No Canadá, as ações às mulheres em situação de vulnerabilidade são voltadas para Programas de transferência de renda, priorizando imigrantes, grupos indígenas, mulheres portadoras de necessidades especiais e mães sozinhas. Conforme Lessa (2007), as mulheres, nesse país, desde os anos de 1920, sempre foram grupos, de alguma forma, assistidos pelo Estado. As viúvas pobres, por exemplo, foram alvo dos primeiros programas de transferência de renda em que as províncias canadenses assumiam responsabilidade pelo bem-estar dessas mulheres.

De maneira geral esses Programas são oferecidos de forma temporária e com alguns critérios a serem seguidos³. Tais critérios são os que causam, por vezes, um desgaste na vida das mulheres que cuidam dos filhos sozinhas, isso porque elas não podem por exemplo, ter ganhos adicionais ou fazer serviços extras para aumentar a renda, senão o benefício é cortado. Além das mães sozinhas, as mulheres indígenas são outro grupo que se encontram num contexto vulnerável, principalmente nas regiões mais periféricas do Canadá devido à violência, que acontece porque,

o processo de colonização deixou um legado de muitas coisas errôneas, de desvios na família. As mulheres indígenas ou aborígenes enfrentam terríveis problemas de violência, tanto da família como de estranhos. Muitas vivem em áreas muito remotas e têm problemas como o vício. Por morar distante, às vezes, elas têm de pedir carona e por isso muitas sofrem algum tipo de violência ou são mortas. Nos últimos 20 a 30 anos, mais de 500 mulheres indígenas estão perdidas, não se sabe os seus paradeiros ou se foram mortas, estão desaparecidas, sem contato com seus familiares. É uma questão muito séria o desaparecimento dessas mulheres, mas a polícia não leva a sério, não abraça a causa como se fosse algo sério. Simplesmente afirmam que elas estão bêbadas ou fugiram de casa (WILLATS, 2008, p. 31).

A colonização do país, para esse povo em específico, causou efeitos no aspecto emocional, físico, intelectual e espiritual, o que tornou uma barreira para o desenvolvimento da educação dos indígenas, além de questões geográficas e familiares que também impedem que

² Podemos acrescentar que os anseios das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres também contribuíram para a continuação desse Programa no Brasil como uma política pública. Em julho de 2004 realizou-se em Brasília a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O processo de construção da Conferência envolveu cerca de 120 mil mulheres que participaram das plenárias estaduais, municipais e regionais realizadas em todo país. As propostas da Conferência subsidiaram a elaboração do Plano Nacional que passa a orientar políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal e a nortear as realizadas pelos governos estaduais e municipais (BRASIL, 2005).

³ Essas pessoas têm que demonstrar que estão fazendo o possível para se sustentar, como traçar planos para conseguir emprego. E qualquer oferta de emprego deve ser aceita. Essa é uma condição central introduzida a partir dos anos 1990 com as reformas neoliberais em todas as províncias/territórios canadenses (LESSA, 2007).

esse grupo tenha acesso à educação formal. Para tentar sanar tais dificuldades, existe o sistema educacional dos *colleges*, que tem exercido um papel importante no que diz respeito à assistência aos alunos para que eles superem essas barreiras. Essas instituições estão habilitadas a oferecer programas de elevação de escolaridade e auxiliam os alunos a ter acesso a fundos, moradia, creche e apoio às suas famílias.

Em Toronto, no Canadá, no *George Brown College*, aconteceu o Programa Feminino de Capacitação em Aquecimento, Ventilação e Refrigeração Residencial⁴, o qual serviu de inspiração para a criação do PMM no Brasil. “O projeto chamou atenção devido as suas metodologias inovadoras, a complexidade dos desafios que as mulheres estavam enfrentando e o sucesso delas no Programa” (QUARTARO *et al*, 2011, p. 80).

As alunas participantes desse programa eram mulheres imigrantes, nativas e que haviam sofrido violência e vivem em situação de risco permanente. Nesse ponto encontramos semelhanças levando em consideração que, mulheres em situação de vulnerabilidade social são o grupo alvo dos dois programas, também ofertam formações específicas embora, com modelos diferentes, no âmbito profissional.

No Brasil, o PMM foi implantado, inicialmente, como projeto-piloto dos 13 Estados das regiões Norte e Nordeste do país, em 2007.

A elaboração e implementação de políticas públicas para mulheres no Brasil, com o intuito de diminuir a defasagem existente no que se relaciona à educação e ao acesso ao trabalho é de extrema importância. Por isso, se justifica também nosso interesse em ampliar a compreensão da realidade dos aspectos relacionados à vulnerabilidade social da mulher, principalmente na cidade de Caruaru, *lócus* da pesquisa. Nesta direção, nos questionamos: O Programa Mulheres Mil no IFPE-Campus Caruaru contribuiu para a formação cidadã e inserção profissional das alunas? De maneira mais ampla questionamos se os cursos oferecidos às beneficiárias se referem a uma possibilidade de emancipação humana ou concorrem para reforçar o tradicional papel ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho. Tal questionamento se mostra importante uma vez que tem um aspecto avaliativo e explicita um eixo formativo do Programa, voltado para a formação cidadã, por meio da análise das falas das mulheres que são, o público alvo da respectiva política pública.

⁴ A essência do Programa conduziu à certificação de Técnico em Gás. Houve vários elementos e atividades de apoio, como por exemplo, as mulheres solicitaram e cursaram aulas de autodefesa, o que aumentou, sobremaneira, a sua confiança (QUARTARO, 2011).

Objetivos

O objetivo geral desse estudo é avaliar o Programa Mulheres Mil no IFPE-Campus Caruaru, refletindo sobre a relevância de avaliação de políticas públicas com ênfase no PMM considerando a inclusão social e produtiva da mulher, proposta no programa, enquanto uma ação instituída no campo da educação no Agreste Pernambucano.

E os objetivos específicos são:

- a) compreender o processo de avaliação das políticas públicas no Brasil;
- b) analisar o Programa Mulheres Mil como política pública de acesso à educação e ao trabalho no IFPE Caruaru; e
- c) avaliar o Programa Mulheres Mil mediante análise das falas das alunas egressas

Para o desenvolvimento deste estudo, realizamos primeiro um levantamento da literatura existente, sobre os principais temas que norteiam a pesquisa: políticas públicas, educação profissional, aspectos históricos sobre o acesso das mulheres a educação e ao trabalho e de forma mais específica sobre o PMM.

Num segundo momento, analisamos documentos oficiais do Estado para entender de que maneira o PMM foi se materializando e se desenvolvendo mediante as mudanças em sua estrutura e nas respectivas Leis que o orienta. No decorrer desses movimentos, a elaboração de fichamentos e resenha foram sendo feitos para ajudar na elaboração do texto dissertativo.

Por fim, porém não menos importante a busca dos dados para o desenvolvimento das análises do estudo, especificamente do capítulo que finda esse estudo. O processo de coleta de dados materializou-se inicialmente, por meio de um levantamento bibliográfico,

em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos (LUNA, 1999, p. 67).

Para realizar o levantamento e seleção das produções existentes – dissertações e teses – pesquisamos artigos publicados em anais de eventos específicos sobre os temas, inseridos na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em portais como *Google Acadêmico* e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e em repositórios de algumas universidades.

Tais fontes de pesquisa foram escolhidas por serem publicações mais confiáveis e mais relevantes. Sobre a utilização das dissertações e teses relacionadas ao PMM, no estudo, é devido a aproximação com o processo de elaboração e para entender como se dá sua produção e escrita mediante as pesquisas, para além disso, são estudos mais elaborados, em outras palavras, mais embasados com um tempo maior para a coleta de dados e escrita.

Fazendo aqui um adendo, como os dados para a pesquisa, foram coletados por meio da *internet*, faz-se necessário, de forma breve, explicitar qual a importância do mundo virtual para a pesquisa e a partir disso, trazemos Fragoso, Recuero e Amaral (2015, p. 17) que enfatizam que “a *internet* pode ser tanto objeto de pesquisa (aquilo que se estuda), quanto local de pesquisa (ambiente onde a pesquisa é realizada) e, ainda, instrumento de pesquisa (por exemplo, ferramenta para coleta de dados sobre um dado tema ou assunto)”.

No *Google Acadêmico* utilizamos os descritores PMM, Programa Mulheres Mil e Mulheres Mil. Mas para fins de análises escolhemos as que foram encontradas nos repositórios das Universidades. No decorrer das buscas pelos trabalhos, percebemos que a maior parte desses está situada no período que corresponde aos anos de 2015, 2016 e 2017. Dentre as produções que encontramos há um número significativo no estado do Maranhão. Além da região Nordeste, Programas de Pós-graduação, como da Universidade de Brasília, por exemplo, existem estudos sobre o Programa Mulheres Mil. Outra questão que enfatizamos é que os estudos não estão apenas atrelados, especificamente, à área da Educação.

Os Programas de Pós-graduação em que se encontram as dissertações escolhidas para contribuir a esse estudo foram:

- a) Programa de Pós-graduação em Gestão Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado Profissional em Gestão Pública. Dissertação: **Avaliação da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Mulheres Mil: um estudo de caso.**
- b) Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Políticas Públicas. Dissertação: **Geração de renda para as mulheres: uma avaliação de impactos do Programa Mulheres Mil na ótica de egressas em São Luís/MA.**
- c) Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado profissional na área de Políticas Públicas. Dissertação: **Mulheres Mil como Política Pública de inclusão social: uma análise de empoderamento feminino.**

- d) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Sergipe. Mestrado em Serviço Social. Dissertação: **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho.**
- e) Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP). Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Educação Profissional. Dissertação: **O Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das políticas públicas de educação profissional no Brasil.**
- f) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Educação. Dissertação: **Cidadania e formação profissional de mulheres: uma análise do Programa Mulheres Mil no município de Guarabira-PB.**
- g) Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas. Mestrado em Educação. Dissertação: **O discurso sobre o papel das mulheres no âmbito do Programa Mulheres Mil.**
- h) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Dissertação: **Programa Mulheres Mil no Campus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás: uma possibilidade de inclusão social e acesso à educação.**
- i) Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas. Dissertação: **Programa Mulheres Mil pela via trabalho e educação: uma experiência desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.**

O que fica nítido nesses estudos é que, de maneira ampla, o PMM trouxe benefícios para a vida da maior parte das mulheres participantes, não somente em questões relacionadas ao trabalho, mas em áreas como saúde, direitos humanos, desenvolvimento pessoal e conhecimentos de vida.

Esse delineamento permite explorar um problema ou questão, de maneira a identificar variáveis que não podem ser medidas ou observadas facilmente (CRESWELL, 2014). Este autor ainda afirma que a natureza da investigação tem por objetivo valorizar os depoimentos das mulheres como uma das principais fontes de evidências deste estudo.

A abordagem metodológica desse estudo está centrada numa perspectiva qualitativa, que, segundo Minayo (2000, p. 57), “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”. Tal pensamento se une ao que diz Godoy (1995, p. 23): “considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

Para o desenvolvimento do capítulo empírico, além das abordagens mencionadas, nos utilizamos de questionários que foram aplicados às mulheres egressas dos três cursos ofertados pelo IFPE-Campus Caruaru, no âmbito do PMM.

Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Ainda conforme Marconi e Lakatos pode-se apontar vantagens e limitações no uso de questionários:

Vantagens – atinge grande número de pessoas simultaneamente; abrange uma extensa área geográfica; economiza tempo e dinheiro; não exige o treinamento de aplicadores; garante o anonimato dos entrevistados, com isso maior liberdade e segurança nas respostas; permite que as pessoas o respondam no momento em que entenderem mais conveniente; não expõe o entrevistado à influência do pesquisador; obtém respostas mais rápidas e mais precisas; possibilita mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento; obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

Limitações – pequena quantidade de questionários respondidos; perguntas sem respostas; exclui pessoas analfabetas; impossibilita o auxílio quando não é entendida a questão; dificuldade de compreensão pode levar a uma uniformidade aparente; o desconhecimento das circunstâncias em que foi respondido pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas; durante a leitura de todas as questões, antes de respondê-las, uma questão pode influenciar a outra; proporciona resultados críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significados diferentes para cada sujeito (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 201-202).

Nos utilizamos de questionários por entender ser a melhor técnica para o desenvolvimento de uma dissertação, devido às questões do tempo e os prazos curtos, além do deslocamento para a busca e acesso das egressas, seria mais complexo com entrevistas por exemplo. As participantes da pesquisa foram informadas previamente sobre o conteúdo do estudo, dos objetivos e justificativas. Depois de informadas e antes de responderem, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para obter acesso às participantes do PMM, na cidade de Caruaru, fizemos uma primeira busca no IFPE-Campus Caruaru, entretanto não obtivemos nenhuma informação e nos foi

repassado que, provavelmente os dados cadastrais das alunas estariam na Secretária de Direitos Humanos e da Mulher, da cidade de Caruaru, a qual foi responsável pelas inscrições.

O que de fato ocorreu é que o primeiro e segundo cursos ofertados, o curso de Culinária e Aproveitamento de Alimentos e o curso de Auxiliar Administrativo, tiveram as inscrições feitas por meio dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), da cidade de Caruaru, no Estado de Pernambuco. Ou seja, as mulheres foram encaminhadas aos CRAS, para se inserirem no Cadastro Único, do Ministério do Desenvolvimento Social. O terceiro curso, o de corte e costura, esse, teve mediação da Secretaria da Mulher.

Nos CRAS, conseguimos alguns cadastros de mulheres que participaram do primeiro curso ofertado, o de auxiliar administrativo e nenhuma informação dos outros cursos. Dessa forma, partimos para uma busca ativa dessas alunas egressas por meio de um método de amostragem não aleatório e não probabilístico Bola de Neve,

a amostragem em bola de neve refere-se à ampliação da rede de casos conhecidos externamente usando contatos indicados por aqueles que estão na amostra existente. Para estudos pequenos, a amostragem em bola de neve pode ficar dentro de uma área geográfica restrita (OLSEN, 2015, p. 35).

Essa amostragem é usada para se aproximar dos participantes de difícil acesso ou de baixa incidência. Por meio dela, o pesquisador tem acesso aos participantes de sua pesquisa por intermédio de outros que estejam ativos da pesquisa, ou mesmo outras pessoas que não estejam diretamente ligadas ao estudo. Inserida nessa técnica, outras podem ser utilizadas.

Devido um Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado por mim como requisito para o término do curso de Pedagogia, pela Universidade Federal de Pernambuco, qual tinha como objeto o PMM, ainda tínhamos o contato de alunas egressas do curso de corte e costura do Programa, dessa forma, através dessas mulheres fomos conseguindo outras, até formar nossa rede de contatos. Entretanto um dos maiores contributos para esse estudo, foram os aplicativos de redes sociais, tais ferramentas foram necessárias para investigar a relação entre a formação profissional oferecida pelo PMM e a inserção das egressas no mundo do trabalho e a formação cidadã. No contexto desse trabalho, o tema e as participantes foram o suporte para fundamentar as inferências quanto ao objeto de estudo.

Na busca de alunas, fizemos uso das redes sociais⁵, através de mensagens⁶ do *facebook* e do *whatsapp*, mas não de forma aleatória, como a própria técnica diz. As mensagens foram enviadas para pessoas conhecidas, de início, como para professores e professoras, mulheres, funcionários da Prefeitura Municipal da cidade de Caruaru-PE e agentes de pastoral de algumas igrejas, pois essas pessoas têm um acesso maior a população e algumas possuem trabalhos em áreas mais pobres da cidade, que são as áreas do público alvo da política pública de educação profissional, o PMM.

Algumas mensagens surtiram efeito. Por intermédio do *whatsapp*, conseguimos o contato de dois professores e quatro alunas, mas não de forma direta, ou seja, alguém que conhecia alguém que já tinha participado do curso. Por meio do *facebook*, a responsável pela Secretaria da Mulher de Caruaru, entrou em contato comigo, e marcou uma reunião. Nessa reunião ela me mostrou algumas pastas que continham informações sobre o curso de Corte e Costura, entretanto era um material muito pontual, sem novidades, exceto por uma lista com cerca de 70 nomes de mulheres, mas que não especificava se eram alunas, ou apenas pessoas inscritas.

O que tivemos de fazer foi disparar mais mensagens, mandadas anteriormente, para todos esses números e fazer ligações, para os que não obtivemos respostas por meio das mensagens. Esse trabalho foi feito durante um período de três dias, no mês de outubro do ano de 2019. Mediante a lista, por fim descobrimos que apenas uma mulher que se encontrava na lista foi efetivamente aluna do Programa, do curso de corte e costura, dessa forma entendemos que a lista se tratava de inscrições ou fila de espera.

No decorrer das buscas tivemos acesso a 30 mulheres, entregamos questionários a 25 mulheres e tivemos a devolução de 11. Além desse movimento foram enviados e-mails: cgpe@caruaru.ifpe.edu.br, para o departamento de gestão de pessoas, do IFPE, na cidade de Caruaru, o que trata da contratação dos funcionários, pois pensamos que neste setor poderíamos conseguir contato dos professores e mediante essa primeira aproximação, com os professores, poderíamos conseguir o contato de alunas ou outras pessoas que trabalharam no programa,

⁵ As redes são sistemas compostos por 'nós' e conexões entre eles, que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação. De forma genérica, pode-se estudar o sistema visando apenas a entender como ele se comporta e como as conexões influenciam esse comportamento (WATTS, 1999).

⁶ Saudações, eu me chamo Regina Celly Clemente Silva. Sou estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Meu objeto de Pesquisa é o PROGRAMA MULHERES MIL. Este programa ofertou 3 cursos (corte e costura, auxiliar administrativo, culinária e conservação de alimentos) na cidade de Caruaru, nos anos de 2012 e 2013, por isso estou em busca de mulheres que participaram desse curso. Ele foi ofertado no IFPE-Caruaru. Caso você conheça alguém que tenha participado dos cursos, favor repassar meu contato. E por gentileza, compartilhe essa mensagem, ajude uma estudante aflita. Obrigada pela atenção!

entretanto não obtivemos sucesso. Assim, apresentamos o nosso percurso da pesquisa, pois entendemos ser de extrema importância para o desenvolvimento do estudo final, para apreender os entres e as glórias de se pesquisar, produzir e responder nossas questões e objetivos.

O presente estudo está organizado em quatro seções, iniciando por esta Introdução, na qual demonstramos os elementos do estudo, como: justificativa, objetivos, métodos e estrutura. Abordamos elementos iniciais que serão tratados nos capítulos que se seguem.

Na segunda seção do estudo, Avaliação de Políticas Públicas, traçamos uma breve perspectiva histórica sobre políticas públicas, situando uma abordagem sobre a avaliação de políticas públicas, a partir também da compreensão sobre Estado. Para a construção desse, nos utilizamos de um levantamento e revisão bibliográfica em livros, textos monográficos de programas de pós-graduação, em artigos e em publicações de eventos cuja especificidade era a temática políticas públicas, e perspectivas de avaliação, para tanto nos baseamos em autores como: Souza (2002, 2003, 2006); Secchi (2010); Rua (1998), (2009); Moreira Neto (2008); Melazzo (2010) e outros.

Na terceira seção, o Programa Mulheres Mil como política de inclusão social, nós o apresentamos como uma política pública no contexto da educação profissional, trazemos seu traçado histórico, desde a implantação do projeto piloto nos estados da Região Norte e Nordeste, também as alterações nas Leis que a partir das Conferências de Nacionais de Políticas Para as Mulheres fizeram do projeto inicial, uma política pública, inserida no Ministério do Desenvolvimento Social e incluída no PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Na quarta seção, A avaliação do Programa Mulheres Mil no IFPE Campus Caruaru apresentamos a sistematização das falas, das alunas egressas, a partir da avaliação do PMM no Instituto Federal de Pernambuco, campus Caruaru, na cidade homônima, abordamos por primeiro um breve histórico da Região do Agreste de Pernambuco, seguindo com aspectos da cidade de Caruaru, situando a realidade local ao PMM. Trazemos especificamente, os cursos ofertados, auxiliar administrativo, corte e costura e de alimentos, com as suas respectivas definições e orientações, seguido das falas das estudantes egressas sobre a relação delas com os cursos que participaram.

Por último trazemos as Considerações Finais, nas quais retomamos as primeiras discussões, trazendo os achados e os desdobramentos do estudo, que consideramos relevantes sobre o PMM e os elementos que o cercam.

2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa Mulheres Mil (PMM) se insere em um conjunto de políticas públicas sociais instituído no Brasil, no governo Lula da Silva (2003-2010), destinado a um público específico – no caso, mulheres em situação de vulnerabilidade social – visando promover a qualificação para o trabalho.

Neste capítulo temos como objetivo compreender o processo de avaliação de políticas públicas, a fim de avaliar a contribuição do IFPE–Campus Caruaru para a diminuição da vulnerabilidade social das mulheres assistidas pelo PMM, na Região do Agreste Pernambucano.

Para tanto, abordaremos os aspectos conceituais de políticas públicas para compreender o seu significado, refletir sobre os ciclos e tipos de avaliação dessas políticas e o que melhor se adequa à avaliação do PMM; e as políticas públicas para as mulheres no Brasil, a fim de compreender quais ações o governo brasileiro, historicamente, vem desenvolvendo para esse segmento populacional.

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

É imperioso compreender a formulação de políticas públicas de um país, a fim de constatar se há, de fato, planejamento governamental para o exercício de suas ações públicas, como afetam a todos os seus cidadãos e até onde vai os direitos desses.

Em relação ao conceito de política pública, a literatura revela que não existe um consenso, dada sua amplitude e diferentes enfoques e em áreas diversas. Para Secchi (2013), política pública é um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados, como por exemplo, em áreas de intervenção tais como: segurança, meio ambiente, educação, saúde e outras.

Segundo Melazzo, política pública é

[...] toda ação permanente e abrangente do poder público em uma determinada área de atuação, seja econômica, ambiental, urbana ou outras. Isto é, trata-se de uma linha de estratégias adotadas para se lidar com determinados objetivos/problemas, previamente selecionados, linha essa que se materializa/consubstancia, na maioria das vezes, através de princípios, diretrizes, objetivos e normas, mais ou menos explicitados através de planos, programas e projetos e, dependendo de cada caso, também de arcabouço legal – a lei ou conjunto de leis (MELAZZO, 2010, p. 14-15).

Na perspectiva desse autor, a política pública engloba diferentes dimensões, ou seja, a relação com a formulação da política, o planejamento, a execução, a gestão e a avaliação das

ações. Ademais, há três questões que se relacionam com o campo conceitual das políticas públicas: a primeira refere-se aos processos políticos e às instituições políticas; a segunda, diz respeito aos mecanismos individuais e coletivos que envolvem a sua formação; e a terceira, envolve questões que dizem respeito às políticas públicas, enquanto espaço de lutas e busca de construção de direitos (MELAZZO, 2010).

Já Saravia e Ferrarezi, (2006, p. 35) afirmam que,

“[...] toda política pública está integrada dentro de um conjunto de políticas governamentais e constitui uma contribuição setorial para a busca do bem-estar coletivo. Cada política, por sua vez, inclui diferentes aspectos, os quais se pode dar prioridade, em função das urgências e relevâncias”.

Dessa forma, podemos entender que cada política em sua especificidade, contribui para a sociedade em diferentes setores, e em sua totalidade, elas, quando associadas, contribuem para o bom desenvolvimento da sociedade de forma geral e irrestrita. Toda política é relevante, ao passo que emerge de demandas inseridas nas incertezas que permeiam a sociedade, vale ressaltar, que este processo de elaboração não é único e se manifesta conforme as necessidades a serem atendidas.

De acordo com Souza (2006), as políticas públicas são resultado da interação (competição) de múltiplos agentes (coalizões do governo, movimentos sociais, etc.) que buscam defender seus interesses, tendo o Estado, autonomia relativa para estruturar suas decisões, após análise das reivindicações, seja de determinados setores da sociedade, como organizações não- governamentais, movimentos coletivos e sociais, seja de organismos internacionais.

Para essa autora, política pública é o campo do conhecimento que,

[...] busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em quem os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26, grifo do autor).

Isso nos leva a refletir que o Estado é o principal promotor e administrador das ações que são materializadas conforme as necessidades e demandas da sociedade. No entanto, além desse ente, outras instâncias da sociedade, como as organizações não-governamentais, os movimentos sociais, os setores da sociedade civil organizada (conselhos, ordens e sindicatos) se articulam nesse processo de materialização das políticas públicas.

Assim, podemos inferir que a política pública é pensada a partir de uma problemática, para resolução imediata ou a longo prazo e se constitui na medida em que há uma articulação entre procedimentos técnicos, formais e informais, nos quais existem elementos que têm por objetivo a formulação e implementação de direitos sociais.

Uma política pública pode ser considerada de Estado ou de governo. De acordo com Hofling,

[...] a política de Estado está ligada ao conjunto de instituições permanentes, tais como órgãos legislativos, tribunais, exércitos e outras que não necessariamente formam um bloco monolítico. Já a política de governo, diz respeito ao conjunto de programas e projetos desenhados para a sociedade como um todo, por políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros, segundo a orientação política de um determinado período (HOFLING, 2001, p. 31).

Tal distinção é objetiva e técnica e diz respeito ao funcionamento do Estado, com relação às suas estruturas frente à organização da sociedade e à materialização e estruturação das políticas.

Desse modo, percebemos que políticas de Estado e políticas de governo são intrínsecas ao desenvolvimento de um país, pois ambas enfatizam a perspectiva da promoção de ações que influenciam a vida das pessoas em particular e da sociedade como um todo, e são materializadas, em diversas instâncias, por meio de programas, projetos, campanhas, esclarecimento público, inovações tecnológicas e organizacionais, rotinas administrativas, etc.

Nesse sentido, concordamos com Muller quando afirma que uma política pública

[...] é formada, inicialmente, por um conjunto de medidas concretas que constituem a substância “visível” da política. Esta substância pode ser constituída de recursos: financeiros (os créditos atribuídos aos ministérios), intelectuais (a competência que os atores das políticas são capazes de mobilizar), reguladores (o fato de elaborar uma nova regulamentação constitui um recurso novo para os tomadores de decisão), materiais (MULLER, 2002, p. 13, grifo do autor).

Assim, percebemos que a ação pública requer organização, com estratégias para o desenvolvimento de toda materialização da política, desde a organização do orçamento/recurso a ser utilizado, até questões burocráticas que orientam o seu planejamento e questões relacionadas ao conteúdo e formato da política, no sentido de se ter um aparato técnico, científico e metodológico comprometido com o pensar e o desenvolver da política pública.

Com relação aos tipos de políticas públicas, Lowi (1972) nos apresenta quatro tipos: 1) políticas regulatórias, que determinam padrões ou regras de comportamento à sociedade; 2) políticas distributivas, que direcionam recursos difusos da coletividade para grupos específicos

de interesses; 3) políticas redistributivas, que concedem benefícios a um grupo específico, retirando recursos de outros grupos também específicos de atores; e 4) políticas constitutivas, que definem as regras que irão moldar o funcionamento da sociedade e do governo.

As políticas públicas regulatórias, como por exemplo, as estabelecidas pelas agências reguladoras (energia, água, petróleo, telecomunicações, aviação etc.), geralmente se materializam a partir de uma revisão econômica de natureza organizacional ou de confrontos entre forças e interesses distintos e tomam a forma de lei. Essas políticas, para Dias e Matos,

[...] envolvem discriminação no atendimento das demandas de grupos distinguindo os beneficiados e prejudicados por essas políticas, estabelecendo controle, regulamento e padrões de comportamento de certas atividades políticas. [...] Podem-se tomar como exemplo as regulamentações dos setores econômicos e de serviços, tais como os de telecomunicações, regras de tráfego aéreo e códigos de trânsito, as leis ambientais, defesa do consumidor (DIAS; MATOS, 2012, p.18).

Já as políticas públicas distributivas, como por exemplo, programas de micro crédito para população de baixa renda, ou mesmo incentivos fiscais, têm o intuito de distribuir serviços, bens materiais e ou financeiros para determinadas parcelas da população, ou seja, beneficiam diretamente um ou mais grupos. De acordo com Dias e Matos,

[...] são as financiadas pelo conjunto da sociedade e os benefícios são distribuídos atendendo as necessidades individualizadas, ou seja, o governo distribui recursos a uns, sem que isso afete outros grupos e ou indivíduos. A ausência de desfavorecidos gera uma arena baseada na cooptação desenvolvendo numa arena menos conflituosa. Podem ser utilizadas para estimular setores e atividades já existentes, como é o caso da concessão de subsídios ou, ainda, isenções tarifárias, incentivos ou renúncias fiscais (DIAS; MATOS, 2012. p. 18).

As políticas públicas redistributivas, como por exemplo, questões relacionadas a reforma agrária ou ao sistema previdenciário, costumam desenvolver ou incentivar determinados setores da economia, enfatizando uma redistribuição de bens e serviços para a respectiva parcela da população.

Nas palavras de Souza (2012) são as mais difíceis de implantar pois, teoricamente, um grupo é beneficiado em detrimento de outro. Dessa forma, o governo é que se torna o maior responsável pela materialização dessa política, uma vez que a natureza redistributiva dela influencia o processo político, no sentido da centralidade de questões conflituosas.

E as políticas públicas constitutivas, segundo Secchi (2010), são as que estabelecem regras sob as quais outras políticas públicas são selecionadas, como por exemplo as regras do sistema político eleitoral, a distribuição de competências entre os poderes e esferas, regras das relações intergovernamentais e da participação da sociedade civil em decisões públicas.

Vale ressaltar que existem outras classificações de políticas públicas, tais como:

- a) as políticas setoriais que, conforme Muller (1990), estariam incluídas em um território. Como exemplo, as políticas reguladoras de setores como o das telecomunicações ou de energia;
- b) as políticas sociais, que segundo Höfling (2001, p 31), “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”. Exemplos desse tipo são: as cotas raciais nas universidades brasileiras, o Programa Universidade para Todos e o Programa Minha Casa Minha Vida.
- c) as políticas adaptativas que, de acordo com Souza (2016), são medidas através do percentual do total dos gastos do governo como por exemplo, na saúde, nas bibliotecas e nos parques.
- d) as políticas de controle, cujo indicador, também para Souza (2016), é o percentual de todos os gastos governamentais da comissão de planejamento e incluem, principalmente, os gastos administrativos e salários, sem envolver a política ou categorias ligadas à recreação etc.

Azevedo (2001) acrescenta que as políticas sociais representam a materialidade da intervenção do Estado no projeto dominante de sociedade que se pretende implantar ou reproduzir. Assim, a política educacional, por exemplo, é considerada uma política social, pois assume tais características, como quase que um lugar-comum, a educação é um esteio para determinados projetos de sociedade.

Nesse sentido, Cury afirma

[...] A política educacional como partícipe da política social mais ampla, guarda elementos comuns com as políticas específicas de saúde, de previdência, de justiça, mas ao mesmo tempo, possui suas peculiaridades históricas e legais que a distingue das outras. Cumpre não ignorar este aspecto crucial para as políticas de educação, em especial tratando-se de um país como o Brasil, complexo, continental, díspar, desigual e federativo (CURY, 2002, p. 153).

Sendo assim, as políticas públicas educacionais não devem estar tão somente relacionadas ao acesso e permanência dos estudantes nas escolas públicas, mas também à construção da sociedade que se origina nas escolas, uma vez que essas políticas influenciam e

contribuem para a vida e formação de cidadãos atuantes na sociedade de forma consciente e reflexiva.

Nesse sentido, concordamos com Cury, que

[...] as políticas da educação vêm se construindo hoje em um terreno pródigo de iniciativas quer no campo dos suportes materiais, quer no campo de propostas institucionais, quer no setor propriamente pedagógico. Elas abrangem, pois, desde a sala de aula até os planos de educação de largo espectro (CURY, 2002. p. 147).

A materialização de políticas públicas educacionais possui uma área bastante ampla, desde políticas para a educação básica, educação profissional e formação continuada até educação superior, não se detendo apenas aos objetivos práticos e emergenciais.

No que diz respeito ao ciclo de políticas públicas, Saraiva (2006, p. 31) assevera que se trata de um modelo de interpretação “[...] que procura estabelecer em fases o processo político, desde a construção da lista de problemas e assuntos relevantes para determinada sociedade, passando pela escolha de alternativas de ação e sua consequente implementação, até a avaliação das escolhas e dos resultados obtidos”.

De acordo com Rua (2014), o ciclo de políticas públicas é caracterizado por etapas que nem sempre obedecem a sequência sugerida – a formação da agenda; a formação de alternativas; a tomada de decisão; a implementação da política; e a avaliação –, mas que são fundamentais para fins de análise crítica de todo o processo.

A etapa inicial do ciclo – formação da agenda – “ocorre quando uma situação qualquer é reconhecida como um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo” (RUA, 2014, p. 34).

A agenda é, por assim dizer, o conjunto de problemas que podem ser prioritários da ação governamental ou mesmo, por exemplo, um conjunto de ações inseridas em plataformas de campanhas políticas. Quando a agenda é formada, define-se o problema, o analisa quando se torna prioridade e se inicia o processo de formação de alternativas.

A segunda etapa – é a formação das alternativas que ocorre quando, após a inclusão do problema na agenda e alguma análise deste, os atores começam a apresentar propostas para sua resolução. Essas propostas expressam interesses diversos, os quais devem ser combinados, de tal maneira que se chegue a uma solução aceitável para o maior número de partes envolvidas. (RUA, 2014, p. 34).

A terceira etapa – a tomada de decisão – a qual

[...] não significa que todas as decisões relativas a uma política pública foram tomadas, mas, sim, que foi possível chegar a uma decisão sobre o núcleo da política que está sendo formulada. Quando a política é pouco conflituosa e agrega bastante consenso, esse núcleo pode ser bastante abrangente, reunindo decisões sobre diversos aspectos. Quando, ao contrário, são muitos os conflitos, as questões são demasiado complexas ou a decisão requer grande profundidade de conhecimentos, a decisão tende a cobrir um pequeno número de aspectos, já que muitos deles têm as decisões adiadas para o momento da implementação (RUA, 2014, p. 34).

A quarta etapa – a implementação da política – é a materialidade da política pública, ou seja, o momento em que se busca transformar o problema em ação efetiva. Ela consiste na instituição das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política, de tal maneira que as decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e passam a ser intervenção na realidade (RUA, 2014). Ainda conforme a autora,

a implementação consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas em uma política, de tal maneira que as decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e passam a ser intervenção na realidade. Normalmente, a implementação se faz acompanhar do monitoramento: um conjunto de procedimentos de apreciação dos processos adotados, dos resultados preliminares e intermediários obtidos e do comportamento do ambiente da política (RUA, 2014, p. 35).

Nesse sentido, entendemos que para implementar uma política pública, é necessário um aglomerado de relações, que perpassa pelos diferentes sujeitos que se mobilizam para a materialização de uma política, porque em sua maioria são movidos por necessidades distintas.

A última etapa – a avaliação de políticas públicas- conforme Rua (2014) é um conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados de uma política, segundo critérios que expressam valores. Juntamente com o monitoramento, destina-se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos. Assim, o monitoramento é o instrumento da gestão, por meio do qual se busca acompanhar a consecução dos objetivos estabelecidos.

A avaliação auxilia no desenvolvimento da formulação de uma política pública, nos informando, se ela está sendo materializada de maneira articulada, levando em consideração seus objetivos e o ciclo da política.

O processo de avaliação de uma política pública é uma atividade fundamental, baseada em uma reflexão crítica, para saber se a política em questão está alcançando os resultados esperados ou se precisa sofrer alterações em sua proposta ou em sua condução para torná-la viável e ou modificá-la. Nesse sentido,

[...] qualquer forma de avaliação envolve necessariamente um julgamento, vale dizer, trata-se precipuamente de atribuir um valor, uma medida de aprovação ou desaprovação de uma política ou programa público particular, de analisá-la a partir de uma certa concepção de justiça (explícita ou implícita) (ARRETCHE, 1999, p. 29).

A avaliação é, pois, o instrumento que auxiliará na tomada de decisões trazendo benefícios reais para as políticas públicas, uma vez que contribui para diagnosticar a implantação, execução ou finalidade e indicar caminhos para a correção, adequação e melhoramentos de possíveis distorções ou falhas encontradas no decorrer da materialização da política. Daí, poder ser aplicada, inclusive, no decorrer do ciclo da política, ou seja, nas etapas da formação da agenda, da formulação de alternativas e ou de implementação, visando estimular seu aperfeiçoamento.

Ademais, a avaliação de políticas públicas deve considerar não apenas as características individuais dos usuários destas políticas, mas também as do ambiente onde elas serão implementadas e as relações entre diversos atores envolvidos, pois, como afirma Faria,

[...] a avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida, destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informações suficiente e relevante para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor das diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução) ou de um conjunto de atividades específicas que realizam, foram realizadas ou se realizarão, com propósito de produzir efeitos e resultados concretos; compreendendo a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que seria de base ou guia para uma tomada de decisão racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou ao fracasso de seus resultados (FARIA, 1994, p. 31-32).

Esse autor nos mostra uma concepção de avaliação que possui diversos propósitos, devendo acontecer de maneira simultânea às suas etapas, ou seja, no decorrer da definição do problema, da proposição das soluções, na formação da agenda, na formulação e implementação da política, abordando efeitos positivos e ou negativos da materialização da ação.

A avaliação de acordo com Carvalho (1998), contém três características processuais: é contínua e permanente, indo da concepção inicial aos resultados do projeto; envolve os atores envolvidos na apreciação dos resultados; e implica em favorecer, sejam usuários ou equipe gestora, o exercício da ação reflexiva. Em consequência, para que se realize uma avaliação com credibilidade, os agentes avaliadores devem se basear numa reflexão crítica, realizar análises parciais para que ao final de cada ciclo avaliativo o resultado geral possa ser melhor compreendido, propor criteriosamente modificações no decurso de sua implementação e recomendar aos órgãos responsáveis tomadas de decisão que impactam no resultado da ação.

Concebemos que avaliar é um instrumento imprescindível dentro do processo de execução das políticas públicas, não apenas no final e, sim, no decorrer da ação política, visto que existe uma gama de programas e projetos que têm como intuito a melhoria da vida dos indivíduos e de seus contextos, e é preciso conhecer os desdobramentos e acompanhar sua execução, com vistas ao seu próprio aprimoramento.

Vale ressaltar que há diversos tipos de avaliação de políticas públicas. Em Belloni, Magalhães e Souza encontramos avaliação informal e formal, nos seguintes termos:

[...] A avaliação informal é como que, algo inerente à formação e convivência em sociedade, de forma a guiar-se mais por intuição que por uma organização com sistemas e métodos, por outro lado a avaliação formal é uma análise sistemática que se baseia em processos científicos sobre diversos conteúdos, programas, projetos ou quaisquer intervenções planejadas na realidade (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2007, p. 23).

Essa distinção se encaixa nas definições de avaliação propriamente dita, que é algo que está intrínseco na convivência social; mesmo não sendo de forma organizada e com parâmetros definidos, estamos sempre avaliando algo e ou alguém e a partir disso temos nossas próprias convicções.

Esses autores também tratam dos seguintes tipos: da avaliação como comparação entre uma situação (realidade dada) e um modelo definido previamente; da avaliação como comparação entre proposto e realizado, isto é, comparação de atendimento de objetivos e metas; da avaliação como processo metódico de aferição de eficiência e eficácia; da avaliação como instrumento de identificação de acertos e dificuldades com vistas ao aperfeiçoamento; da avaliação diagnóstica; da avaliação processual; e da avaliação global (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2007). Tais tipos estão ligados, respectivamente ora aos objetivos da avaliação e a concepção que se adota para avaliar a política pública ora ao momento em que se realiza o processo avaliativo.

Há, também, a avaliação interna ou autoavaliação, externa, mista e participativa, as quais estão relacionadas com os sujeitos do processo avaliativo, ainda na perspectiva de (BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2007).

Com relação ao objeto da política pública, Aguilar e Ander-Egg apontam os seguintes tipos de avaliação:

- a) Avaliação do plano e conceitualização do programa – julga-se a pertinência formal e potencial de um programa, ancorada em três aspectos: avaliação da situação-problema ou aspecto da realidade na qual se pretende atuar; avaliação do diagnóstico – estabelecer a natureza, magnitude e características básicas do

problema, os recursos e os meios operacionais de intervenção, e os fatores contextuais relevantes que incidem no mesmo; e a avaliação do plano e concepção do programa – avaliar o modelo de intervenção social ao qual se recorre para resolver determinada situação problemática.

- b) Avaliação da instrumentação e seguimento do programa (avaliação do processo) – avalia o funcionamento do programa, de forma global ou de alguns aspectos pontuais.
- c) Avaliação da eficácia (resultados) e eficiência (rentabilidade) do programa (avaliação de resultados) – analisa se os resultados previstos estão sendo alcançados, em relação aos usuários/beneficiários do programa. Realiza-se o que se denomina avaliação de “impacto”.
- d) Avaliação da eficiência ou rentabilidade econômica de um programa– leva-se em conta: o custo do programa, em relação aos resultados que obteve, em função de três tipos de análise: custo-efetividade, ou custo eficácia; custo-utilidade; e custo-benefício (AGUILAR; ANDER-EGG, 1994, p. 101).

Em relação ao momento em que ocorre a avaliação, Mendes e Sordi (2013, p. 100) apresentam os seguintes tipos:

- a) Avaliação *ex ante* – fase inicial ou de pré-decisão, necessária à tomada de decisões antes de empreender ou aprovar sua realização. Pretende abarcar três aspectos: pertinência do projeto em relação à realidade, verificando-se a coerência e congruências internas por meio da análise dos meios/recursos e objetivos e metas; diagnóstico e proposições; e rentabilidade econômica das diferentes ações para alcançar os objetivos propostos;
- b) Avaliação *pari-pasu* – busca fornecer informações sobre o andamento do programa ponderando os resultados. Avalia as mudanças situacionais para identificar até que ponto está sendo cumprido e realizado o programa estabelecido; e
- c) Avaliação *ex post* – realiza-se ao término do programa, chamada avaliação de impacto ou avaliação pós-decisão, visa avaliar quanto e como mudou a situação inicial, ou quanto se alcançou a situação objetiva, segundo o referencial traçado.

Assim, constatamos que a avaliação *ex ante* é feita antes de o projeto ser implementado, ainda na etapa da formação da agenda, e situa-se no campo das análises custo-benefício, evitando desperdícios de recursos públicos e possibilitando que os objetivos sejam alcançados. Já a avaliação *pari-pasu* traz a vantagem de se redefinir os rumos da política, corrigindo problemas e distorções, tanto pela economia na redução de custos como pela redução do tempo. E a avaliação *ex post*, a mais comum, acontece de forma geral, em um período depois de findado o programa ou projeto, buscando constatar se as atividades previstas foram executadas e se as metas esperadas foram alcançadas.

Nesse estudo assumiremos a avaliação *ex post* para subsidiar a discussão acerca de nosso objetivo, qual seja é avaliar o Programa Mulheres Mil no IFPE-Campus Caruaru, refletindo sobre a relevância de avaliação de políticas públicas com ênfase no PMM considerando a, a inclusão social e produtiva da mulher, proposta no programa, enquanto uma ação instituída no campo da educação no Agreste Pernambucano.

Outro tipo de avaliação é a de metas, que segundo Costa e Castanhar (1998, p. 979), diz respeito ao “[...] tipo de estudo mais tradicional e que tem como propósito medir o grau de êxito que um programa obtém com relação ao alcance de metas previamente estabelecidas”. Ou seja, busca avaliar o quanto as metas – a quantificação dos objetivos – foram alcançadas ao final da duração do programa ou projeto.

Arretche (2013) afirma que existem três modalidades de avaliação de políticas públicas, as quais são mais bem observadas no campo social: eficiência, eficácia e efetividade. A eficácia corresponde à avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos. Já a eficiência explica que é a avaliação da relação entre o esforço empregado na implementação de uma dada política e os resultados alcançados. E a efetividade está ligada à relação dos objetivos de sua implementação e aos resultados da política pública.

Outros autores também destacam a relevância dessas modalidades na avaliação das políticas públicas. Antico e Jannuzzi (2008, p. 19), por exemplo, afirmam que a avaliação de uma política pública “[...] requer indicadores que possam dimensionar o grau de cumprimento dos objetivos (eficácia), o nível de utilização de recursos frente aos custos em disponibilizá-los (eficiência) e a efetividade social ou impactos dos programas”. Da mesma forma, Tenório (1999, p. 21), defende que “[...] o que garante a sobrevivência da organização é uma gerência comprometida com a eficiência, a eficácia e a efetividade”.

Sano e Montenegro Filho (2013) fazem, conforme podemos observar no Quadro 1, uma associação dessas modalidades com os tipos de avaliação quando ocorrem. Assim, constatamos que antes, durante ou depois da implementação de uma política pública é fundamental se fazer uma avaliação, a fim de evitar desperdícios de recursos e avaliar o alcance de seus objetivos. Isto porque a avaliação não necessariamente precisa e ou deve acontecer somente no desfecho da ação política, mas sim, pode e deve ocorrer antes ou durante o seu processo de materialização.

Quadro 1 – Critérios de eficiência, eficácia e efetividade e os tipos de avaliação quando ocorre.

CRITÉRIOS	TIPOS DE AVALIAÇÃO QUANDO OCORRE		
	<i>Ex-ante</i>	<i>Pari-passu</i>	<i>Ex-post</i>
Eficiência	Estimativa baseada em iniciativas comparáveis. Pouco utilizada.	Comparação entre o que foi previsto e o que se está realizando. Utilizada no controle orçamentário, principalmente.	Comparação com iniciativas similares ou com o planejado. Mais utilizada.

Eficácia	Baseada em iniciativas comparáveis. Pouco utilizada.	Acompanhamento da realização das metas propostas.	Verificação se as metas propostas foram atingidas.
Efetividade	Expectativa baseada em iniciativas similares. Pouco utilizada.	Avaliações parciais ao término das etapas de um programa.	Vinculação das mudanças, caso tenham ocorrido às ações empreendidas. Mais utilizada e recomendada.

Fonte: Sano e Montenegro Filho (2013).

Ademais, avaliar não é uma tarefa simples, envolve dimensões técnica, ética e política, e exigem habilidades e competências, tanto do avaliador quanto do avaliado. É necessário, pois, definir com clareza o modelo de avaliação a ser adotado, examinar os benefícios e dificuldades e o tipo de resultado que poderá ser produzido por intermédio da sua implementação.

Os diferentes tipos de avaliação aqui apresentados, na prática, não possuem teorias estanques, de modo que podem ser articulados entre si ou, ainda, reelaborados pelo avaliador conforme a realidade estudada, dos critérios estabelecidos e dos objetivos pretendidos. Ao passo que se processa a avaliação, seus resultados vão sendo obtidos, permitindo afirmar se a política funciona com mais eficiência, eficácia e efetividade.

Com base no exposto, podemos afirmar que os diferentes aspectos de uma política pública podem ser visualizados no nosso objeto de estudo – o PMM –, visto que a inserção de mulheres em vulnerabilidade social no mundo do trabalho, mediante uma política de qualificação profissional, é necessária para o seu empoderamento e para o desenvolvimento de suas respectivas comunidades.

Assim, neste estudo avaliaremos o PMM na perspectiva da modalidade eficácia, refletindo sobre a inclusão social e produtiva das mulheres em vulnerabilidade social do agreste pernambucano, enquanto uma ação instituída no campo da educação. A eficácia, associada à avaliação *ex post* será observada a partir da conclusão dos cursos oferecidos pelo IFPE-Campus Caruaru às beneficiárias do Programa, na perspectiva da emancipação social e da possibilidade de geração de emprego e renda.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

O debate sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea é amplo e perpassa por um passado forjado e construído sobre bases e práticas patriarcais. Inserir-se no mercado de trabalho, conforme Saffioti (2004) constitui a consciência e, por isso, se tornava um elemento fundante do ser social, embora também afirme que isto não é a única fonte de realização para a

mulher, pois a família é outra estrutura fundamental para a consolidação das suas relações sociais. O enfoque, pois, das políticas públicas com recorte voltado para a perspectiva de gênero, permite contemplar demandas específicas das mulheres na busca da equidade na sociedade brasileira.

Ao discutir sobre políticas públicas para mulheres nos tempos atuais, faz-se necessário entender que esse processo é fruto das lutas em diferentes contextos históricos e decorre de muito tempo, pelo reconhecimento de direitos que devem interferir diretamente em suas vidas.

Particularmente, no Brasil, segundo Moisés (1999), as políticas públicas são discutidas mais verossimilmente após a década de 1930, quando se instala o processo de industrialização no país, induzido e articulado pelo Estado brasileiro, o principal agente da inovação, que buscava através da inserção do planejamento um predomínio das ações de governo na direção do desenvolvimento da sociedade.

Outra perspectiva que se coaduna a essa interpretação é a de Arretche (2003), a qual afirma que, no Brasil, o interesse por esta temática – a industrialização – está diretamente relacionado às mudanças recentes da sociedade brasileira. Inicialmente, as demandas da sociedade restringiam-se aos atendimentos emergenciais da população. O sistema político transformava as necessidades sociais em ação de governo. Nesse sentido, mediante as transformações da sociedade, as mulheres, de diferentes maneiras têm consolidado seu papel no mundo, por intermédio da luta política, da educação e do trabalho. Faz-se necessário reconhecer as lutas das mulheres, para garantir para si mesmas e para outras, oportunidades iguais ao acessar a educação e o mundo do trabalho, respeitando as diferenças históricas, étnicas, sociais e culturais.

No aspecto que se relaciona ao trabalho, ele sempre esteve presente na vida das mulheres, de diferentes maneiras, seja no sentido voltado para a agricultura ou no âmbito doméstico, mas de maneira geral sempre voltado para às áreas rurais:

As mulheres nunca foram alheias ao trabalho em todas as épocas e lugares, elas contribuíram e contribuem significativamente para a subsistência familiar para a produção de riqueza e, sem dúvida, para o crescimento substancial da mão de obra feminina no mercado de trabalho (VASCONCELOS, 2013, p. 2).

Por isso afirmamos que a trajetória da mulher na sociedade, principalmente no âmbito do trabalho é marcada por uma série de acontecimentos em diferentes setores, que também permeiam as mudanças e transformações da sociedade. Segundo Albornoz (2012, p. 17), desde o surgimento da agricultura e a colaboração para a superação do nomadismo de povos

caçadores, há indícios da “divisão do trabalho: mulheres plantando e os homens caçando, embora pesquisas antropológicas mostrem que essa divisão não ocorreu da mesma forma em todas as localidades”. Assim, entendemos que de acordo com Teixeira (2009, p. 237):

O trabalho, nos domicílios ou em lugares públicos, sempre esteve presente na vida das mulheres. O trabalho doméstico, realizado em espaço privado, dentro de suas casas, continua sendo o lugar prioritário de atuação das mulheres. Tradicionalmente, as mulheres eram as trabalhadoras de produtos têxteis por excelência, incluindo fios, tecidos, bordados, rendas e, particularmente, peças do vestuário .

A mulher sempre recebeu um tratamento um tanto discriminatório, seu papel estava quase na maior parte das sociedades ligado à manutenção da estrutura familiar, ou seja, o cuidado dos filhos e da casa, de modo que a formalidade do trabalho feminino era algo ainda distante de se materializar nas sociedades e para entender o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, faz-se necessário compreender o contexto social de uma dualidade histórica vivenciada por elas. Nesse processo de consolidação de direitos, no Brasil, temos por exemplo, o Código Civil de 1830, o qual previa o assassinato de mulheres adúlteras, entretanto o mesmo não acontecia com o homem adúltero (PEDRO; GUEDES, 2010).

Ainda segundo esses autores, a legislação de 1916 alterou esse dispositivo, considerando o adultério como razão de desquite, medida implantada para proteger as famílias das crises, as quais atribuídas, sobretudo, as novas configurações das mulheres no mercado de trabalho (PEDRO; GUEDES, 2010). Percebemos que, embora com tais alterações à vida das mulheres, o seu lugar na sociedade, sempre fora de subalternidade e rodeada por características machistas, opressoras e segregacionistas.

Com o início da Revolução Industrial na Inglaterra e posteriormente seu avanço para outros países, nos séculos XVIII e XIX, foi um período fortemente marcado pela substituição da produção artesanal e pela produção intermediada pelas máquinas. No decorrer dessas transformações produtivas, a economia mundial sofreu consequências, tanto para o mundo do trabalho, como para a vida das mulheres:

No período da industrialização, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, sendo delas grande parte das funções e lugares não qualificados. A divisão do trabalho estabeleceu-se assim com a justificativa de que as mulheres não detinham o conhecimento técnico para supervisionar os serviços. São essas posições fragmentadas do saber fazer e do ter o conhecimento técnico para determinado ofício, e, conseqüentemente, a valorização e remuneração dos respectivos trabalhos, que fazem com que as mulheres se organizem na tentativa de estabelecer relações igualitárias entre homens e mulheres no mundo do trabalho. A presença das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança significativa na história. O trabalho, fora de casa, constituiu um importante mediador para que as mulheres

exercessem atividades além dos muros de suas residências, ocupando posições sociais e determinadas atividades profissionais até então permitidas e validadas única e exclusivamente para homens (TEIXEIRA, 2009, p. 238).

Vimos que, com o desenvolvimento da indústria, as mulheres se inseriram de maneira mais efetiva como operárias nas fábricas, juntamente com as crianças, pois eram uma mão-de-obra barata, outra questão também foi o fator do desenvolvimento das máquinas, que desencadeou numa certa diminuição do emprego da força nas indústrias.

No Brasil, conforme Rago (2011), em meados do fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, grande parte do proletariado era constituído por mulheres e crianças imigrantes, em decorrência da política adotada para atrair imigrantes europeus, principalmente mulheres, para trabalhar no campo e nas fábricas, substituindo a mão de obra escrava. Dessa maneira, as mulheres brasileiras, principalmente as negras e pobres, continuavam ocupando postos de trabalho subalternos e voltados à suposta condição de mulher, como lavadeiras, cozinheiras, vendedoras de rua e doceiras.

Podemos inferir que nesse período a mulher foi inserida no mercado de trabalho, no Brasil, de maneira a alargar o espaço acessado por elas, mesmo que em trabalhos fragmentados e precarizados. Ainda assim, conforme Hirata (2002) “as mulheres eram vistas como uma ‘reserva de mão de obra’ necessária à acumulação do capital, o que confirmava a vulnerabilidade de sua mão de obra, articulada ao mercado de trabalho durante os períodos de expansão econômica e expulsas nos momentos de crise”. Nesse sentido percebemos que embora houvesse acesso ao mercado de trabalho, essas mulheres mantinham reforçadas as desigualdades existentes.

De acordo com Bruschini (1985), no final do século XX houve uma sistematização da divisão dos espaços onde o trabalho acontecia. Sobre isso, percebemos que no decorrer da história humana, com o desenvolver dos séculos, ocorreram transformações importantes e relevantes para a vida das mulheres, principalmente com relação a sua atuação na sociedade, não mais subordinadas às tarefas domésticas, mas em áreas que antes eram de domínio do sexo masculino, buscando dessa forma o direito ao trabalho e a independência financeira.

A introdução da tecnologia e o desenvolvimento das cidades, o crescimento da indústria e do comércio, contribuíram para as transformações nos modelos de produção existentes e conseqüentemente o acesso das mulheres no mundo do trabalho. Conforme Lauschner, (2012, p. 5) “é possível constatar certas modificações nos papéis sociais e no acesso delas nos espaços de poder. Falta, porém, avançar no que diz respeito à equiparação de salários”. Ainda assim,

todas as conquistas existentes aconteceram devido o êxito da organização política das mulheres, tendo com o movimento feminista o centro dessa revolução.

O século XX, foi revolucionário para as mulheres, mediante as transformações da sociedade, e, quando nos referimos as suas performances, um fator histórico de importância política relevante, foi no ano de 1932, por exemplo, a conquista do voto, por meio da luta coletiva.

Em meados da década de 1960, o movimento de mulheres ganhou mais força e forma, materializou-se trazendo questões sobre as relações de força entre homens e mulheres. Na década seguinte ocorreram as primeiras manifestações, principalmente na região Sudeste do país, com o movimento feminista pela anistia⁷, impulsionados pela comunidade internacional que obtiveram uma maior visibilidade. Tais movimentos, ainda assim, não conseguiam atingir a maior parte das mulheres, visto que, em sua maioria eram compostos por intelectuais e mulheres de classes mais altas.

Mediante alguns desses acontecimentos históricos, observando e analisando a trajetória delas na sociedade, percebemos que há avanços sociais e profissionais, da participação das mulheres no mercado de trabalho, nos setores políticos, também conquistando níveis mais elevados no que se refere a escolaridade.

A história do movimento das mulheres é marcada, segundo Saffioti (1987) por sua singularidade e tal diversidade de tendências: liberalismo, marxismo, feminismo radical, conservadorismo e feminismo socialista. Tais representatividades são marcadas por momentos como: movimento sufragista, a liberação sexual e o aumento do movimento político em defesa das mulheres, nos anos de 1960 e 1970. Nesse sentido, de reivindicações de direitos:

Durante a década de 1960, surgiram as primeiras organizações feministas no Brasil, de maneira mais articulada, que ainda mantinham traços conservadores podendo ser observados na maior parte dos primeiros estatutos que defendiam espaços no mercado de trabalho e a igualdade entre os sexos repudiando a discussão a respeito da liberdade sexual, num contexto histórico em que se primava pela ordem pública (PEDRO; GUEDES, 2010, p. 6).

Além dessas questões as mulheres precisavam lutar em diversas vertentes, principalmente no seio familiar, onde encontrava muita resistência para o estabelecimento de seus direitos, tanto que “a Constituição Federal de 1969, ainda apresentava caracteres de uma sociedade machistas e excludente onde, por exemplo, era dever da mulher, inscrito por lei, prestar serviços sexuais para seu companheiro sempre que ele solicitasse” (PEDRO; GUEDES,

⁷ Em 1975 foi fundado o Movimento Feminino pela Anistia por Terezinha Zerbini. As mulheres exiladas nos Estados Unidos e na Europa voltavam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher (PINTO, 2003).

2010. p.7). Percebemos que mesmo num panorama de lutas para a aquisição de direitos, as mulheres esbarravam na burocracia e na regulamentação do Estado, principalmente com relação a sua postura na sociedade e, também, no âmbito das questões familiares.

Para Pontes e Damasceno (2017, p. 2.), no Brasil, na década de 1970, o feminismo ganhou características mais fortes, com a “criação de organizações sindicais a partir da defesa de duas bandeiras: a incorporação das mulheres no mundo do trabalho e a liberdade política no país.” É nesse período que questões relacionadas à perspectiva de gênero começam a desfrutar espaço nas discussões do movimento feminista, tornando-se um elemento base para negociação por políticas públicas para as mulheres.

Nos anos 1980, segundo Pinto (2010, p. 17), “[...] o movimento de mulheres ganhou reforço das classes populares, gerando novas percepções, discussões e ações em ambos os lados. [Em consequência], foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero.” Ou seja, diferentemente da década anterior, o movimento começou a ser integrado por mulheres de diversas esferas sociais, assim como, as discussões foram pautadas no contexto dessas mulheres, abrangendo temas como: saneamento, habitação e educação, por exemplo, que são áreas que, porventura, não estariam na pauta das mulheres pertencentes às classes mais altas.

Em 1985, foi criado, por meio da Lei nº 7.353, de 29 de agosto, o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM)⁸, vinculado ao Ministério da Justiça, com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas que visassem a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país (BRASIL, 1985).

Neste contexto, a Constituição Federal de 1988 reflete as mobilizações das mulheres nesta década e do próprio CNDM, conforme a Constituição,

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade nos termos seguintes:
I- Homens e Mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988 foi a que melhor refletiu e acolheu antigas demandas do movimento de mulheres, tornando-se basilar para que as políticas de igualdade passassem a

⁸ Em 2003, o CNDM passou a integrar a estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República e a contar, em sua composição, com representantes da sociedade civil e do governo, o que ampliou o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres. Sua finalidade passou a ser a de formular e propor diretrizes para a ação governamental voltada à promoção dos direitos das mulheres; e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero (BRASIL, 2014).

constar da pauta das políticas públicas, defendendo amplamente os direitos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Dessa forma:

Neste documento Constitucional é conferido à educação o papel de preparar o indivíduo para o exercício da cidadania e para o trabalho, onde a família é corresponsável pela formação deste mesmo indivíduo. Os artigos 205 e 206 indicam os objetivos da educação nacional e os princípios orientadores para o ensino no país, a saber: igualdades de condições de acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, dentre outros. Atribui ainda à educação a tarefa de contribuir para a construção da cidadania e inclusão social (CHICAR, 2014, p. 27-28).

Percebemos então às mudanças, fortalecendo as lutas que emergiam dos movimentos das minorias, ficando conhecida como Constituição Cidadã. Portanto, para que a inclusão saia do âmbito da palavra, não se tornando apenas um discurso falacioso, faz-se necessário uma nova forma de pensar os saberes, e as relações das políticas de inclusão com os respectivos contextos. Assim, em busca de afirmação, as mulheres encontram na educação um meio de ascender socialmente e profissionalmente, entretanto, ainda existe uma disparidade no acesso das mulheres às diversas modalidades de educação, conforme isso:

Grandiloquente é o documento do CNDM que assegura que “as mulheres brasileiras parecem não encontrar dificuldades em se educar”, esquecendo-se do estrangulamento das pirâmides educacionais femininas e masculinas. Porém, o modelo linear de dominação de gênero (os indicadores sociais das mulheres são sempre inferiores aos dos homens) obscurece esse triunfalismo e, ao final do tópico, o mesmo documento arremata: Em outras palavras, o acesso das mulheres à educação e sua crescente inserção no mercado de trabalho tem-se feito pelos parâmetros estabelecidos da desigualdade de gênero. Sem explicar o que se entende e como se analisa essa desigualdade de gênero, fica difícil conciliar ambas as partes do enunciado (ROSEMBERG, 2001, p. 527, grifo do autor).

O documento a que a autora se refere é o Memória: gestão 95/99, elaborado pelo Ministério da Justiça e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o qual nesta época conforme Pimenta (2010, p. 88) encontrava-se “com uma estrutura frágil e debilitada” ou mesmo um “engessamento e resistência” nesta época.

Nas décadas de 1980 e 1990, os movimentos de mulheres, foram fundamentais para fortalecer o debate em torno da luta feminina, “que consolidaram mecanismos de visibilidade, garantia de direitos, autonomia e fortalecimento das mulheres nos espaços públicos e privados da sociedade brasileira” (DAMASCENO, 2017, p. 52).

Em meados dos anos 2000, fortaleceu-se a tendência de formulações de propostas de políticas públicas, priorizando a luta pela superação da desigualdade entre as mulheres e homens na sociedade brasileira, nessa perspectiva:

[...] a agenda de propostas dessas políticas ligadas à questão de gênero estava voltada para temas como: violência, saúde, geração de emprego e renda, educação, trabalho, incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública, (transversalidade) acesso ao poder político e empoderamento (FARAH, 2004, p. 56).

A agenda aponta para uma tentativa de responder às particularidades existentes na vida das mulheres, principalmente as mais pobres, com o intuito de ao menos, sanar um histórico de dificuldades encontrado por elas na sociedade. Para responder a essas tentativas de mudanças, com relação as desigualdades existentes, entre os anos de 2004 e 2011, iniciou-se a realização de conferências, a partir das quais esboçaram-se planos de ação para esse enfrentamento.

O I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), fruto da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM) que aconteceu em julho de 2004, traduziu o compromisso de enfrentar a desigualdade entre as mulheres e homens no Brasil e reconheceu o papel fundamental do Estado, através de ações e políticas públicas no combate às desigualdades sociais. (CORCETTI; SOUZA; LORETO, 2018).

As ações do I PNPM foram traçadas mediante quatro linhas de atuação, consideradas como as mais importantes e urgentes para garantir, de fato, o direito a uma vida melhor e mais digna para todas as mulheres: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Esse Plano visava beneficiar a vida das mulheres, mediante a articulação entre os governos, Federal, Estadual e Municipal, trabalhando em conjunto com setores da sociedade no sentido de defender os seus direitos, de modo a fortalecer todo o sistema de proteção. De maneira geral, ele fez parte do compromisso assumido pelo governo de Lula da Silva (2003-2010), de enfrentamento às desigualdades de gênero e raça em nosso país.

Em 2007, estruturou-se o II PNPM, em decorrência da II CNPM, realizada nesse ano, com o objetivo de enfrentar as desigualdades vividas historicamente por um determinado grupo de mulheres, principalmente as mais pobres, negras e vítimas de violência. Esse II Plano contou com 91 metas, 5 prioridades e 394 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação, incluindo seis novas áreas estratégicas que se somaram àquelas existentes no I Plano (BRASIL, 2013a).

Dentre as prioridades do II PNPM, destacamos a de promover a proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e para a melhoria das condições de vida de suas famílias. Essa prioridade nos remete ao PMM, pois este é voltado para a formação na perspectiva da educação e trabalho, a fim de quebrar o ciclo de pobreza e poder desenvolver suas vidas e de suas comunidades (BRASIL, 2013a).

No final de 2011, aconteceu a III CNPM, da qual resultou o III PNPM, que tinha como princípios norteadores: a busca pela autonomia das mulheres, a busca da equidade de gênero, o respeito à diversidade e ao combate a todas as formas de discriminação, a maior participação política das mulheres e a transversalidade de gênero em todas as políticas públicas.

De acordo com Ribeiro (2013) esse Plano também visava reforçar o desenvolvimento de ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho, especialmente em profissões não tradicionais, com o objetivo de reduzir a diferença de rendimentos.

Esse III PNPM enfatizou a importância e a necessidade do desenvolvimento de ações para inserir as mulheres no mercado de trabalho e conseqüentemente a permanência delas nesses setores. Também tem a proposta de aumentar o número de mulheres com trabalhos formais, principalmente em áreas que as desvinculem de seu papel imposto historicamente, na divisão sexual do trabalho, garantindo então seus direitos trabalhistas e maiores rendimentos, nesse sentido:

[...] o III PNPM trouxe uma preocupação com a divisão do trabalho dentro da casa. Diminuir o tempo das mulheres que é despendido nos afazeres domésticos modificando a divisão sexual do trabalho seria essencial para a conquista da autonomia econômica. Dentre os principais objetivos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres sobre a temática do mercado de trabalho estavam os abaixo listados: a) Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos; b) Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social; c) Promover políticas que visem o compartilhamento das responsabilidades domésticas e que contribuam para a superação da divisão sexual do trabalho (ALTOÉ, 2017, p. 61).

De acordo com a organização política feminista Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)⁹, instituída em 1994,

[...] o desenvolvimento do primeiro, assim como o segundo plano, aconteceu numa arena política tensa e complicada, e no seu conjunto, apesar dos avanços, não foram concebidos a partir das perspectivas do enfrentamento das desigualdades vivenciadas

⁹ A AMB é uma organização política não partidária, que potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos nacional e internacional. A AMB tem sua ação orientada para a transformação social e a construção de uma sociedade democrática, tendo como referência a Plataforma Política Feminista.

pelas mulheres. Por sua vez as políticas sociais relacionadas a qualificação social e profissional apesar das decisões e compromissos assumidos no II PNPM, não conseguiram engendrar mudanças em termos de ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p. 23).

Assim, sobre o desenvolvimento do III Plano, a AMB (2013) enfatizou que ele foi construído num panorama de crise e instabilidade do sistema capitalista, fatores que contribuíram para o desmonte de direitos e políticas já conquistadas.

Em 2016, aconteceu a IV CNPM sob o tema Mais direitos, Participação e Poder para as Mulheres, num período político conturbado e controverso do Brasil, por isso um dos objetivos da Conferência era a luta pela manutenção das políticas existentes, daí podermos dizer que,

[...] a tenacidade e a força expressas por todas as participantes na defesa do Estado de direito e da ampliação e consolidação das políticas públicas para as mulheres, a partir de propostas que contribuem para ampliar o desenvolvimento social, cultural, político, ambiental, humano e econômico, são um marco histórico de luta, resistência e defesa do aprofundamento da democracia no país (RELATÓRIO FINAL DA IV CONFERÊNCIA, 2016, p. 5).

Nesse ano, o país vivia um processo de estagnação política, devido ao processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), por esse motivo algumas conferências municipais e estaduais, acabaram não acontecendo ou mesmo sendo adiadas, como a própria IV CNPM. Nessa Conferência, o eixo estruturante sobre políticas públicas comportou quatro itens que são primordiais para a vida das mulheres: o enfrentamento à violência contra mulher; saúde da mulher; autonomia econômica das mulheres e educação para igualdade.

As CNPM e os planos articulados derivados delas, são mecanismos de lutas das mulheres em busca de avanços na concretização de direitos historicamente negligenciados, nessa perspectiva, de modo geral:

[...] o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres coroa, como política pública, o esforço das mulheres brasileiras em sua busca incessante por equidade e igualdade, ressaltando as especificidades raciais, étnicas, geracionais, regionais e de orientação sexual e a importância que cada um desses temas têm para configuração das políticas públicas para as mulheres de modo a torná-las igualmente beneficiárias dos avanços a serem conquistados pela luta coletiva das mulheres (BRASIL, 2013b, p. 102).

Posteriormente a esses Planos, diversas medidas foram propostas e nelas existe notadamente uma atenção maior dada às políticas voltadas à inclusão das mulheres no mercado

de trabalho e inclusão social por meio da qualificação profissional. Dentre essas políticas insere-se o PMM, que é reconhecido como política pública afirmativa de inclusão social e equidade.

Neste sentido, o PMM tem o objetivo de proporcionar às mulheres em situação de vulnerabilidade social, não apenas o acesso à educação, emprego e renda, como também a promoção e valorização humana por meio da melhoria de suas condições de vida e aumentando a possibilidade de se tornarem lideranças em suas comunidades.

Mediante o exposto entendemos que o intuito do Programa é fortalecer o processo de emancipação, que deve se tornar atrativo à medida que a aluna vislumbra a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho, por meio do acesso à educação e de uma qualificação profissional, buscando o desenvolvimento através da capacitação para empreender no “[...] exercício da economia solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo”. (BRASIL, 2014, p. 26). Assim:

[...] neste cenário de análise das políticas públicas, importante ressaltar que a Constituição, além de definir o norte para as ações governamentais, instituiu diretrizes mínimas para as garantias de direitos sociais e por consequência, da cidadania. Diretrizes essas, deliberadas como objetivos fundamentais da República – construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E as políticas públicas, deste modo, tem o objetivo central de intermediar a efetivação desses direitos, para a consolidação da cidadania (SCHMIDT, 2008, p. 17).

Com relação ao termo vulnerabilidade, ele perpassa por todos os documentos que se relacionam ao PMM:

Vulnerabilidade e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva (CARNEIRO; VEIGA, 2004, p. 43).

Além disso, o conceito de vulnerabilidade emerge como um debate, problemático e necessário, pois na percepção do grupo que participou do curso de formação, a questão da vulnerabilidade nem sempre está voltada para questões socioeconômicas. Um exemplo disso é que, para (OLIVEIRA, 2013, p. 85), a violência doméstica ultrapassa a questão de classe, já que, independentemente da renda familiar às mulheres são vítimas, única e exclusivamente pelo

fato de serem mulheres. Faz-se preciso avançar nas discussões e desenvolver estratégias e políticas para avançar no enfrentamento dessa realidade de tantas mulheres.

Diante do exposto é relevante perceber as direções que as políticas sociais estão tomando no contexto social brasileiro, embora ainda precisemos avançar com relação a execução dessas políticas para que se possa contribuir para o avanço nos modelos de proteção social do Estado. Apesar dos avanços nas agendas públicas em nível mundial, particularmente no Brasil, as mulheres, em razão de seu gênero, continuam com barreiras de equidade, sofrendo violência, com dificuldade de aceder a recursos econômicos, educativos e espaços políticos de decisão. O governo brasileiro justifica a opção pelo recorte de gênero pelo crescente número de mulheres que ampliaram seu papel na sociedade, ao assumir a chefia das famílias e serem responsáveis pelo sustento financeiro e pelo desenvolvimento cultural dos filhos e demais membros da família (BRASIL, 2011).

No bojo de inúmeras dificuldades a partir da criação da Secretaria de Políticas para Mulher, as políticas de gênero no campo educacional ganharam impulso, conforme (DAMASCENO, 2017):

Em 2004, foi criada, no Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Em 2011, com a reestruturação organizacional do MEC, transformou-se em Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). [...] A SPM induziu e apoiou a formulação de políticas para as mulheres, e a SECADI/MEC ficou com atribuição de difundir, no interior do ministério, a temática da diversidade de forma ampla. [...] Embora a execução de tais políticas seja quase totalmente de responsabilidade do MEC, a SPM, mesmo sendo um órgão articulador dessas políticas, tem buscado, ao longo dos anos, desenvolver projetos pontuais, como o Programa Mulher e Ciência, os cursos à distância – Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e em Gestão em Políticas Públicas de Gênero e Raça (GPPGeR). (p. 53).

Todas essas instâncias criadas mediante as reivindicações dos movimentos de mulheres, se materializaram com o intuito de fortalecer as políticas no sentido de coordenar e formular políticas, norteadas pelos PNPM. Assim, compreendemos que as diversas lutas das mulheres, nos mais distintos setores da sociedade, têm o propósito de dar visibilidade e garantir os direitos existentes e até mesmo ampliá-los.

Enfim, ressaltamos que o PMM, objeto desse estudo, se enquadra como uma prioridade no âmbito das políticas públicas para as mulheres no Brasil, uma vez que o mesmo se propõe a dialogar com as diversidades sociais integrando o conhecimento formal ao itinerário produtivo dessas mulheres vítimas de uma identidade marginalizada cultural, econômica e socialmente.

3 O PROGRAMA MULHERES MIL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO

A promoção da inclusão é um desafio para o Brasil, pois o não acesso aos meios de estabilidade social se perpetua num patamar histórico possuindo características de desigualdade. Nesse sentido,

[...] a inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças (BRASIL, 2005, p. 34).

Com relação à inclusão social, é possível dizer que ela é, de maneira macro, pensada como um movimento de enfrentamento das diversas formas de exclusão para promoção da igualdade, ou seja, mediante a percepção do excluído é que começou a pensar, de forma mais concreta na inclusão. Nas palavras de Sasaki (2003, p. 2), “a inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda, um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades”.

Na perspectiva voltada para grupos específicos em situação de vulnerabilidade social, combate à pobreza e com foco na inserção no mercado de trabalho instituiu-se o PMM. Nesse sentido, neste capítulo abordaremos algumas notas históricas desse Programa, a fim de apresentar as concepções que o fundamentaram, e, especificamente, do PMM no estado de Pernambuco, objetivando apresentar o PMM como uma política pública, de formação para educação e para o trabalho, abarcando sua perspectiva histórica.

3.1 NOTAS HISTÓRICAS DO PROGRAMA MULHERES MIL

O PMM ganhou forma no país em 2007, mediante um acordo firmado entre o Canadá e o Brasil, sob a denominação de Projeto Mulheres Mil, sendo aquele país representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA), por meio dos Sistemas de Faculdades e Institutos Canadenses e da Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses, *Canadian Community College*¹⁰ e esse, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), através dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), pertencentes à Rede Federal de

¹⁰ A instituição canadense é direcionada à promoção de educação profissional e aperfeiçoamento de saberes prévios. O foco de atuação dessa instituição é o trabalho com os imigrantes que desejam se estabelecer naquele país. A experiência com o trato de segmentos menos favorecidos da sociedade canadense proporcionou acúmulo de saberes aos *Colleges* e permitiu a parceria com os CEFET's.

Educação Profissional e Tecnológica. Mais tarde, especificamente em 2011, materializou-se como uma política pública, no governo da presidente Dilma Rousseff.

O Projeto Mulheres Mil, cuja meta era promover a formação profissional e tecnológica e inserir no mundo do trabalho mais de 1000 mulheres desfavorecidas das regiões Norte e Nordeste, até o final do ano de 2010, foi desenvolvido por meio de um Projeto Piloto em 14 CEFET's (atualmente Institutos Federais) das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. As atividades previstas deveriam desenvolver um sistema de acesso e capacitação sustentável e efetivo (PROPOSTA DE PROJETO MULHERES MIL, 2006):

[...] as equipes canadenses e brasileiras co-desenvolverão os sistemas apropriados para os CEFET's personalizando modelos canadenses apropriados e as melhores práticas em serviços de acesso, avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia e programas personalizados de capacitação a curto prazo. O trabalho cooperativo resultará no compartilhamento de conhecimento e habilidades e finalmente aprimorará a relação entre o Canadá e o Brasil. As atividades cooperativas deste Projeto também contribuirão com o desenvolvimento da competência nas faculdades canadenses parceiras. Além dos benefícios do trabalho internacional e desenvolvimento da parceria, o Projeto testará uma variedade de modelos educacionais no Brasil (ARAP¹¹, por exemplo) com um desafiante grupo alvo de mulheres desfavorecidas, uma área onde está faltando pesquisa. As faculdades canadenses poderão usar as lições aprendidas para melhorar os seus próprios sistemas e práticas em atender este grupo alvo (PROPOSTA DE PROJETO MULHERES MIL, 2006, p. 2).

Nesse sentido, entendemos que o Projeto proposto emerge das instituições canadenses, que possuem experiência de cerca de 20 anos, num sistema de capacitação para grupos marginalizados, como mulheres nativas e mães sozinhas beneficiando seus agentes e suas comunidades. No ano de 2006, vivia-se o período do I PNPM, o qual também era voltado para os acordos internacionais na área dos direitos humanos e das mulheres, assinados pelo Brasil.

Depois de firmada a parceria, foi iniciada a troca de experiência através de um Projeto de Extensão, que consistiu na oferta de capacitação para a profissão de camareira às mulheres na cidade de Natal – RN. Em seguida, o Projeto foi estendido para os outros estados brasileiros das regiões Norte e Nordeste. A meta de qualificar 1000 mulheres no âmbito do Projeto Piloto, cunhou o nome Programa Mulheres Mil (PMM), com o intuito de ofertar e promover o acesso à educação profissional, às mulheres jovens e adultas, entre 16 e 70 anos, que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica no Brasil.

¹¹ ARAP – Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia. Pode ser definida como “processo que usa uma variedade de ferramentas para auxiliar as pessoas a identificar, articular, documentar e demonstrar aprendizagem com a finalidade de ganhar reconhecimento das instituições educacionais, empregadores ou organizações de credenciamento” (PROPOSTA DE PROJETO MULHERES MIL, 2006, p. 7)

No Quadro 2 destacamos os Projetos Pilotos implantados no país, o número de mulheres participantes e a área formativa de cada localidade.

Quadro 2 – Projeto Piloto do Mulheres Mil desenvolvido nos Estados do Norte – Nordeste 2007-2010.

Estado/Região	Projeto	Comunidade	Vagas	Área de Formação
Alagoas-Nordeste	O Doce Sabor de Ser	Marechal Deodoro – Vila Miséria	80	Gastronomia
Amazonas - Norte	Transformação, Cidadania e Renda	Área metropolitana de Manaus	120	Governança
Bahia - Nordeste	Mulheres: um Tour em Novos Horizontes	Comunidade Vila 2 de Julho	120	Turismo e hotelaria
Ceará - Nordeste	Mulheres de Fortaleza	Área Metropolitana de Fortaleza-Bairro Pirambu	120	Governança e gastronomia
Maranhão - Nordeste	Alimento da Inclusão Social	Comunidade Vila das Palmeiras	160	Processamento de alimentos
Pará - Norte	Costurando um melhor amanhã para as mulheres do Igarapé Mata fome	Associação Beneficente Educacional Agostiniana Recoleta	150	Corte e costura e informática
Paraíba - Paraíba	Beneficiamento e Transformação de Pescado	Bayeux e Cabedelo	160	Processamento de pescado e artesanato
Pernambuco - Nordeste	Mulher Pernambucana em primeiro lugar	Recife	120	Artesanato, Gastronomia, Informática.
Piauí - Nordeste	Vestindo a Cidadania	Vila Verde Lara / cidade Leste – Teresina	60	Corte costura / confecção
Rio Grande do Norte - Nordeste	Casa da Tilápia.	Assentamentos do Território do Mato Grande	120	Beneficiamento do couro de Peixe
Roraima - Norte	Inclusão com Educação	Reeducandas da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	80	Processamento de alimentos e informática
Sergipe - Nordeste	Do Lixo a Cidadania	Bairro Santa Maria (antigo Bairro Terra Dura)	80	Reciclagem de resíduos sólidos e artesanato
Tocantins - Norte	Construindo a cidadania através da arte	Distrito de Taquarussu/Palmas-TO	80	Bioartes, pintura de tela, artesanatos com produtos naturais.

Fonte: Baseado no Projeto Piloto PMM (2007).

Desse Quadro percebemos que foram atendidas 1.450 mulheres, nos 13 Estados escolhidos para a implantação do Projeto Piloto, que as áreas de formação se articularam às características das respectivas localidades e que os cursos decorrentes, seguiram os preceitos

contidos na metodologia do projeto que preconiza o reconhecimento dos saberes prévios e a consideração aos desejos e as necessidades de formação profissional de cada comunidade.

No estado de Alagoas, o projeto teve como objetivo possibilitar o reconhecimento e a valorização da atividade já desenvolvida pelas doceiras, em sua maioria donas de casa, que desenvolviam a atividade de maneira artesanal, na cidade de Marechal Deodoro, na região de Massagueira, que é conhecida como centro gastronômico. As instituições parceiras nesse projeto foram a Associação dos Pescadores, Associação de Mulheres, Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro, Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria Municipal de Estado e Turismo, Fórum Estadual do Turismo em Alagoas (Câmara de qualificação profissional e Câmara de regionalização do turismo). A instituição executora foi o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Alagoas (CEFET/AL) (PROPOSTA DE PROJETO MULHERES MIL, 2006).

Em Alagoas, após o PMM ter se tornado uma política pública, aconteceram outros cursos, como por exemplo, em 2018, de maquiagem de confecção de bijuterias e de depilação e massagem. Embora percebamos que são cursos ainda voltados para o universo feminino, criando uma repetição do ciclo de trabalho, são ações de fato, que possibilitam novas estratégias formativas e de acesso ao trabalho para as mulheres em situação de vulnerabilidade social.

O projeto desenvolvido no Estado do Amazonas teve como instituições parceiras o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o SEBRAE, e teve como instituição executora o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Amazonas (CEFET/AM). O principal objetivo desse projeto era oferecer os recursos necessários para que as mulheres pudessem superar as barreiras educacionais, buscando em seu aprendizado subsídio para o desenvolvimento de suas habilidades (PROPOSTA DE PROJETO MULHERES MIL, 2006).

No Amazonas entre os anos de 2007 e 2014, foram ofertadas cinco turmas do PMM, com os cursos de camareira, produção de bijuterias e culinária. De acordo com dados do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), já participaram do Programa cerca de 300 mulheres, e a meta é consolidar a cada ano um número cada vez mais expressivo de mulheres em vulnerabilidade social, que buscam melhoria de vida, inserção no mundo do trabalho e renda, a fim de que possam viver com dignidade e respeito social. (IFAM, 2013).

Na Bahia, o projeto visava favorecer a inserção de mulheres no mercado de trabalho, nas áreas de turismo e hotelaria. Teve como instituição executora o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Bahia (CEFET/BA), que contou com a parceria da Prefeitura

Municipal de Salvador, o Governo do Estado da Bahia, o Instituto de Turismo e Hospitalidade, o SEBRAE e o SENAC (PROPOSTA DE PROJETO MULHERES MIL, 2006).

No Estado baiano, entre as formações ofertadas, estiveram os cursos de artesanato e sustentabilidade; técnicas de reciclagem e empreendedorismo; processamento de alimentos derivados da mandioca; recepcionista; promotora de vendas; recepcionista em meios de hospedagem; vencendo a crise; maquiagem e manicure; massagista; e cabeleireira, perfazendo um total de 510 mulheres participantes nos cursos, até meados do ano de 2017 (IFBA, 2018).

No estado do Ceará, a instituição executora foi o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (CEFET/CE) e contou com a parceria do SENAI, SEBRAE, SENAC, Associações de bairro e Organização não governamental Emaús. O Projeto tinha como intuito qualificar mulheres de comunidades mais pobres da região metropolitana de Fortaleza em áreas como governança e gastronomia, para inseri-las no mercado de trabalho. Os cursos ofertados foram corte e costura; culinária básica; inclusão digital; panificação; produção de alimentos; serviços domésticos; tecnologia de alimentos; e cosméticos. (IFCE, 2015).

No estado do Maranhão, o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Maranhão (CEFET/MA) foi a instituição executora, promovendo a qualificação profissional de mulheres, possibilitando o ingresso ou reingresso no mercado de trabalho, desenvolvendo competências por meio dos cursos de congelamento e descongelamento de produtos alimentícios; produção de hortaliças de base agroecológica; preparo, conservação e congelamento de alimentos; camareira; culinária avançada; artesanato; atendente de lanchonete; customização de roupas; e cuidador de idosos (IFMA, 2016).

No Pará, o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Pará (CEFET/PA) foi a instituição executora, com parceira do SEBRAE, SENAC e da Universidade Federal do Pará. Foram atendidas as mulheres da comunidade Bom Jesus em Belém, por meio do curso de corte e costura e, conseqüentemente, para criar uma cooperativa de trabalho neste setor.

Na Paraíba, foram atendidas mulheres de comunidades pesqueiras, com o apoio da Federação de Pesca, do projeto Cooperar e da colônia de pescadores e executado pelo Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Paraíba (CEFET/PB). O objetivo do projeto desenvolvido – Projeto de Desenvolvimento Comunitário: beneficiamento e transformação de pescado – visava contribuir para a melhoria da qualidade de vida das mulheres das comunidades pesqueiras de Bayeux e Cabedelo, e possibilitar o acesso delas, impulsionando a sua promoção profissional e inclusão social.

Em Pernambuco, o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Pernambuco (CEFET/PE) foi a instituição executora, com o auxílio do Centro das Mulheres do

Cabo, Associação Internacional da Caridade, Associação das Mulheres de Água Preta e o Educandário Magalhães Bastos (Santa Casa de Misericórdia do Recife), sendo assistidas e capacitadas cerca de 110 mulheres, por meio do curso de preparo e manuseio de alimentos semiprontos e congelados. O projeto tinha como objetivo desenvolver a qualidade de vida das mulheres:

Estimulando-as a participar ativamente do processo de aprendizagem, a expor suas opiniões e a tomar decisões, tornando-se assim, mais conscientes da dimensão dos problemas sociais, dos seus direitos e deveres e da importância da luta pela conquista de sua cidadania, participando de cursos que possibilitam a geração de renda em curto prazo, as mulheres serão inscritas no mercado de trabalho melhorando a qualidade de vida dos seus familiares (PROPOSTA DO PROJETO MULHERES MIL, 2006, p. 8).

No Piauí, o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Piauí (CEFET/PI) foi a instituição executora, com a parceria do SENAI e do SEBRAE. O projeto atendeu cerca de 20 mulheres, que eram mães de alunos pobres da cidade de Floriano, com o curso de corte e costura, pois o setor de vestuário é um grande mercado no Estado, com possibilidade de inserção de novos profissionais a cada instante e gerando renda (PROPOSTA DE PROJETO MULHERES MIL, 2006, p. 9).

No Rio Grande do Norte, cujo estado foi pioneiro no projeto, o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN) foi o órgão executor com a parceria da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e da Agência Regional de Comercialização de Mato Grande e Grande Natal. O objetivo era promover a inclusão social de mulheres pertencentes a setores da sociedade mais pobres, fortalecendo a economia sustentável, qualificando profissionalmente e contribuindo para o exercício da cidadania das mulheres beneficiárias do Programa.

Em Roraima, o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Roraima (CEFET/RR) foi o órgão executor em parceria com o governo do Estado, SEBRAE, SESI, SENAC e SENAI, desenvolvendo o projeto Inclusão com Educação no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com vistas à elevação de escolaridade e profissionalização das mulheres privadas de liberdade da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Os cursos ofertados foram de cozinha regional; produtora de frutas e hortaliças processadas no uso do calor; agricultura familiar; operadora de beneficiamento de frutas e hortaliças com ênfase em pimenta, beneficiando 365 mulheres (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima, 2017).

No Estado de Sergipe, o Projeto foi executado pelo Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Sergipe (CEFET/SE), com a parceira da Prefeitura Municipal de Aracajú, do Governo do Estado e do SEBRAE. O objetivo era trabalhar ações educativas, na perspectiva de formação profissional e continuada, e:

[...] promover a inclusão social por meio de atividades que poderão gerar renda familiar, oferecendo uma inserção qualitativa da mulher na sociedade, fornecendo-lhe subsídios para que faça valer seus direitos e obtenha uma maior participação econômica na família, conseqüentemente melhoria da qualidade de vida e da autoestima, fazendo-as acreditar na possibilidade de mudança da sua realidade. (PROPOSTA DE PROJETO MULHERES MIL, 2006, p. 16).

Ou seja, o projeto preocupou-se com as mulheres que estavam submetidas a situações de riscos e baixas remunerações no mercado de trabalho no Estado, por não possuírem qualificação profissional, o que é um dos grandes empecilhos para o avanço numa perspectiva social das mulheres na sociedade. Foram ofertados posteriormente cursos de informática básica, capacitação em serviços domésticos e curso de diarista. A supervisora na área de Políticas para Mulheres Vera Lúcia Xavier, falou da importância da capacitação e reforça para que as mulheres não percam a chance de adquirir conhecimentos e ter autonomia financeira. “É uma oportunidade para que a mulher possa se qualificar, ter uma profissão e garantir seu sustento e, se necessário, da família” (SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA, 2010, p. 12).

Em Tocantins, o projeto foi executado pela Escola Técnica Federal de Tocantins (ETF/TO), com o intuito de promover a formação de mulheres, da comunidade de Taquari, a partir do método de Avaliação e Reconhecimento da Aprendizagem Prévia.

De maneira geral, podemos inferir que a Proposta de Projeto Mulheres Mil, constituída pelos Projetos Pilotos desenvolvidos nos Estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil, promoveu a inclusão econômica e social das mulheres que viviam em vulnerabilidade social, potencializando suas vidas, de suas famílias e comunidades, além de possibilitar o acesso ao mercado de trabalho e geração de renda:

[...] os desdobramentos da Educação colocam as instituições de ensino, os educadores e os alunos diante desse enorme compromisso social, já que o momento histórico reclama a participação crítica e efetiva de todos, numa perspectiva comunitária e solidária, vez que essas competências transcendem, em muito, a função do poder público, sendo, portanto, responsabilidade de todos (PROPOSTA DE PROJETO MULHERES MIL, 2006, p. 7).

Dessa forma, o Projeto mobilizou instituições de ensino em parceria com organismos estaduais e de categorias profissionais com o intuito da promoção da inclusão social de mulheres, com o comprometimento de uma formação baseada na ética sustentável, com vistas a uma melhor qualidade de vida.

Em 2011 foi findado o convênio com o Canadá, e como as políticas públicas passaram a ser orientadas, no Brasil, pelo IV Plano Nacional de Políticas para Mulheres, desdobrado pelos organismos governamentais estaduais e municipais, o governo Dilma Rousseff concebeu o PMM como uma política pública de Estado, integrando os esforços para o alcance dos objetivos do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e possibilitando que suas ações tivessem continuidade. De acordo com Damasceno, o PMM é:

[...] fundamental no enfrentamento da desigualdade de gênero no país, pois combate a desigual divisão sexual do trabalho e auxilia na diminuição da pobreza, promovendo maior participação feminina no desenvolvimento nacional, enfatizando a garantia à autonomia econômica das mulheres por meio da oferta de cursos de capacitação e a ampliação da oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social (DAMASCENO, 2017, p. 55).

O PMM foi instituído pela Portaria MEC nº 1.015, de julho de 2011, sendo executado pelos Institutos Federais. Nesse sentido, Programa é uma política social, pois atende às características acima elencadas, uma vez que objetiva atender mulheres em condições de vulnerabilidade social e, em consequência, procurar meios de tornar a sociedade brasileira menos desigual, independentemente das condições sociais, étnicas, econômicas, regionais e de mobilidade:

no caso do Programa Mulheres Mil, acredita-se que o Estado criou um instrumento para discussão de caráter mais conceitual sobre relações de gênero e os enfoques da elaboração feminista, contemplando as diversas faces da opressão das mulheres que fundamentam as relações sociais, de modo que pela educação possa vislumbrar a cidadania (ARAÚJO, 2015, p. 31).

Assim, o maior compromisso é fortalecer o processo de emancipação das mulheres em vulnerabilidade social, que deve se tornar atrativo à medida que se vislumbra a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho, por meio do acesso à educação e de uma qualificação profissional através da capacitação para empreender no “[...] exercício da economia solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo” (BRASIL, 2014, p. 26).

Enfim, desde 2011, a execução do PMM está sob responsabilidade dos Institutos Federais, os quais podem firmar parcerias com outras instituições, principalmente com as do Sistema S¹². O grande desafio que se põe é oferecer às mulheres que se encontram em situação de risco, cursos de formação inicial e continuada que se coadunem com as necessidades de cada localidade e em uma perspectiva de formação cidadã, promovendo, assim, a inclusão social.

3.2 O PROGRAMA MULHERES MIL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

A principal finalidade desse programa é aumentar o número de vagas em educação profissional e tecnológica por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Essa assistência técnica refere-se, também, a concessão de bolsas de ajuda de custo para que os estudantes possam manter-se nos cursos que ingressam. Os recursos poderão ser voltados para a área de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de Educação Profissional técnica de nível médio. Os objetivos do Pronatec são:

Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

Outras iniciativas que compõem o Pronatec são: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem e a Bolsa- Formação.

Com relação a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ela corresponde a construção de mais de 400 unidades dos Institutos Federais, unidos aos *Campi* que já existiam, somando mais de 500 estabelecimentos de ensino.

Entre as iniciativas destacamos o Programa Bolsa-Formação, no qual está inserido, o PMM:

A execução da Bolsa-formação é viabilizada via repasse financeiro da União às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem. Os valores transferidos

¹² Sesi, Senai, Sest, Senat e Senac

correspondem ao custo total do curso por estudante, incluídas as mensalidades, encargos educacionais e o eventual custeio de transporte e alimentação aos beneficiários, sendo vedada a cobrança direta aos estudantes de quaisquer taxas de matrícula, custeio de material didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço (LEI nº 11.513/2011).

O Pronatec criou a Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. Brasil/Mec/Setec (2011). A bolsa-formação contribui para fortalecer a educação profissional e tecnológica, seus objetivos, são:

Potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica; formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País; ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; incentivar a elevação de escolaridade; integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica e estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2015).

Nessa perspectiva percebemos que inicialmente, o Programa foi implementado em 100 Institutos Federais que aderiram ao edital de chamada pública do MEC. Para participar da seleção, é exigido que as mulheres deveriam estar inscritas no Cadastro Único, obedecendo ao critério de renda mensal, que é de até meio salário mínimo por pessoa ou de até três salários mínimos por família (BRASIL, 2011).

Em 2013, a Lei nº 12.816, de 5 de junho, alterou a Lei de criação do Pronatec, acrescentando como objetivo: VI – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda; incluindo, nas prioridades de atendimento, o estímulo à participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação; e ampliando as instituições de ensino privadas, como articuladoras e promotoras dos cursos de formação inicial e continuada, como se explicita em seu artigo terceiro:

O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei (BRASIL, 2015).

Segundo a Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil, o PMM foi inserido ao Pronatec, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, por meio de parcerias entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com o objetivo de expandir a abordagem do programa.

Ao aproximar a temática da qualificação profissional de mulheres à Rede Socioassistencial, o Pronatec amplia a oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, em especial às beneficiárias do Bolsa Família (BRASIL, 2014, p. 4). Tal união é importante e necessária nesta configuração nova do PMM, pois essas parcerias entre os Institutos Federais de Educação e as instâncias governamentais podem contribuir para criar uma maior aproximação da realidade da vida das mulheres.

Após a vinculação ao Pronatec o Programa Mulheres Mil, permanece voltado para o mesmo público alvo: mulheres inseridas em um território em situação de vulnerabilidade social e econômica; a partir desse momento foi instituída a idade a partir dos 16 anos, isso para propiciar uma identificação entre essas alunas, sendo mais um fator que visa garantir a permanência destas nos cursos. Após esta vinculação ao Pronatec as alunas passaram a receber uma bolsa no valor de onze reais por dia de aula assistida (OLIVEIRA; VIEIRA; FELDENS, 2016, p. 255).

Dentre as muitas atribuições da equipe de trabalho do Pronatec previstas na Portaria 168, de 7 de março de 2013, do Ministério da Educação, podemos mencionar três:

Negociar com as Unidades Ofertantes vagas e cursos de qualificação para o município ou território, em consonância com os saberes e conhecimentos prévios das beneficiárias, com apoio do governo estadual; articular, com outras instâncias públicas e privadas, a organização e a inserção das mulheres em arranjos produtivos, sociais, culturais e em empreendimentos econômicos solidários (associações, cooperativas, microempreendimentos individuais, entre outros)”; articular com os demais setores públicos e privados o acesso dessas mulheres a políticas de educação e saúde (elevação da escolaridade, modalidade EJA, por exemplo); promover, junto às unidades de atendimento do SINE – Sistema Nacional de Emprego, a inscrição das estudantes no Sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), para a intermediação da mão de obra (BRASIL, 2014c, p. 7).

Com relação ao pagamento da bolsa para as alunas do PMM, existem críticas positivas e negativas, ao passo que, primeiramente é um valor que pode contribuir e ajudar na permanência das mulheres nos cursos, visto que a maioria das alunas não possui renda, nem para acessar os cursos, tão pouco para se manter, criticamente podemos refletir que, porventura devido o valor pago, o foco dos e nos estudos e na qualificação ficaria em segundo plano:

Tal questionamento advém da percepção enquanto profissionais atuantes no programa, pois muitas vezes é possível notar nos diálogos e até em comportamentos de alunas certo desinteresse pelo conteúdo do curso e até mesmo a evasão frente a

atrasos nos pagamentos. Neste ponto a equipe de acompanhamento das turmas tem mais uma dificuldade a superar, contribuir para que a aluna perceba outros benefícios do curso para além do recebimento da bolsa (OLIVEIRA; VIEIRA; FELDENS, 2016, p. 257).

Nessa perspectiva devemos entender que a bolsa formação é algo necessário para a manutenção e persistência das alunas nos cursos, visto que a maioria delas não possui renda formal. Com relação à evasão e desinteresse, são fatores que sempre existirão em qualquer curso de qualquer área, porém o que mais importa é criar formas de manutenção desses processos de formação e a bolsa é um desses elementos, não apenas no PMM, mas em outras políticas e cursos diversos. Vale salientar, que as alunas participantes do programa também têm acesso aos serviços oferecidos pelos Institutos Federais de Educação, como assistência odontológica, nutricional e acesso a práticas esportivas.

Algumas críticas são enfáticas com relação a esta mudança do Estado para manter o PMM, pois:

Percebe-se nessa construção de política que a educação foi posta como elemento fundante para manutenção do projeto neoliberal, sistema que solapa a humanidade e aumenta a exclusão social, coloca a educação como elemento suplementar para o desenvolvimento econômico, e o Estado passa a nortear políticas de capacitação de mão de obra para inserção da população no mercado de trabalho, de acordo com as prerrogativas impostas pelos órgãos de cooperação técnica e financiamento. (ARAUJO, 2015. p. 40).

A incorporação ao Pronatec em rede como o Ministério do Desenvolvimento Social, como forma de garantir, financeiramente, a política educacional de mulheres e manutenção do programa, em outras palavras é uma incorporação da educação às necessidades do neoliberalismo. Segundo Biondi (1999), nos tempos atuais, as noções ainda hegemônicas de competência e empregabilidade influenciam a presença, a ausência e a intensidade da vinculação das ações de qualificação de qualquer nível com as estratégias de desenvolvimento socioeconômico ambiental. Dessa forma se faz necessário criar estratégias e mecanismos para contribuir na promoção e desenvolvimento social e profissional das pessoas, sem distinção, assumindo tal perspectiva como um plano de ação.

Enfim, a centralidade da política de inclusão para as mulheres, a preocupação com o resgate da sensibilidade, autoestima e cidadania, além do aumento de escolaridade, são dispositivos importantes que retroalimentam os contínuos esforços, tanto das mulheres, como dos responsáveis pela implementação dos cursos para a expansão do Programa Mulheres Mil.

Em Pernambuco o PMM foi implantado em algumas cidades, mediante parcerias, que veremos mais à frente. O estado está localizado na porção Centro-Leste da Região Nordeste, fazendo divisa com os estados da Paraíba, Alagoas, Ceará, Piauí, Bahia e tem como capital a

cidade do Recife. A extensão territorial do estado é de cerca de 98,1 milhões de quilômetros quadrados, e conforme contagem populacional no último Censo (IBGE, 2018), totaliza 9,5 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 4,6% da população brasileira.

Com relação a economia do Estado que, ao longo da história tinha na agricultura sua principal atividade econômica, nas últimas décadas se transformou em grande centro de serviços, com destaque para o comércio e o turismo, principalmente nas cidades de Recife, Olinda, Caruaru e Petrolina. Esse setor representa mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. A economia do estado está baseada na agricultura, indústria e serviços, onde o setor serviços está em predominância, com destaque para o varejo e logística. O artesanato também é um ponto forte no estado, de maneira mais presente, nas cidades do interior.

No setor industrial, na Capital e região metropolitana têm ocorrido grandes investimentos nos seguimentos químico, petroquímico, farmacêutico, de transportes e de energia. Na capital Pernambucana, um moderno e inovador polo de informática concentra mais de 200 empresas, se destacam também os polos médico, gesseiro e de turismo.

O setor de confecções, por sua vez, cresce vertiginosamente, de maneira mais expressiva na região do agreste do estado, que tem neste setor seus maiores rendimentos, concentrando seus polos nas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Riacho das Almas e Toritama

Na região do Agreste Pernambucano existem quatro *campi* do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), os quais estão instalados nas cidades de Caruaru, Belo Jardim, Garanhuns e Pesqueira. Em todos eles, exceto o de Garanhuns, o PMM foi ofertado.

Na cidade de Pesqueira, cuja população é formada por cerca de 67.047 pessoas (IBGE, 2018), e economia baseada no comércio e na produção do artesanato, o PMM foi ofertado no ano de 2013 em parceria com a Prefeitura Municipal da cidade, o (SENAC) e a Liga de Proteção à Maternidade e à Infância de Pesqueira. O programa atendeu 100 mulheres distribuídas em quatro turmas de 25 alunas cada uma, sendo: duas turmas de Costureiras, uma turma para o curso de copeira e outra turma para o curso de Monitora de Recreação. Salientamos que dentre as participantes dos cursos tinham mulheres de comunidades quilombolas e de povos indígenas, fator que evidencia a potencialidade de inclusão do Programa Mulheres Mil (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU, 2013)

Em Belo Jardim, cidade com cerca de 76.185 habitantes (IBGE, 2018) e de economia baseada no comércio e na indústria, visto que na cidade há instalada algumas indústrias de referência para o estado, o PMM foi ofertado em 2014, beneficiando cerca de 100 mulheres, divididas em duas turmas: uma, com o curso de auxiliar administrativo e a outra, com o de culinária (confeitaria e salgados). De acordo com o *Site* Institucional do IF-Belo Jardim (2015)

em 2015, também houve oferta, com uma turma de auxiliar administrativo e outra de operadores de produção, com 25 alunas cada turma. Todos os cursos foram ofertados pela Prefeitura Municipal da cidade, que fez a busca inicial pelas alunas, através dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS).

Podemos perceber que tanto na cidade de Pesqueira quanto na cidade de Belo Jardim, os cursos ofertados correspondem às demandas contextuais das cidades e as diretrizes do PMM, também como, com relação a captação dessas mulheres, o primeiro acesso ocorreu com a chamada pública e com a busca dessas mulheres através dos CRAS.

Caruaru é uma cidade que possui um potencial econômico voltado para área turística, gastronômica e têxtil, o Programa Mulheres Mil foi ofertado pelo IFPE- Campus Caruaru, nos anos de 2012 e 2013, em articulação com a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Especial da Mulher e de Direitos Humanos, o (SENAI) e em parceria com o SENAC-Caruaru, atendendo às mulheres por meio dos cursos de: auxiliar administrativo, Confeitaria e Aproveitamento Integral de Alimentos e Corte e Costura (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU, 2015).

Como o foco principal do PMM é a questão da elevação da escolaridade, a profissionalização e a elevação da autoestima, são ministradas diversas aulas que tem o objetivo de preparação para o mercado de trabalho e para a vida social, tais como: “técnicas da profissão, conhecimentos sobre gênero, violência contra a mulher, cidadania, saúde sexual e reprodutiva na perspectiva do empoderamento social” (BRASIL, 2011), como de fato, os documentos do programa ressaltam.

A escolha dos cursos em todos os municípios obedeceu, de certa forma, a vocação da região, tendo um desdobramento econômico na vida da região e conseqüentemente das mulheres, pois para muitas delas, a participação nos cursos representou à realização de um sonho: retornar às salas de aula. Ademais, os cursos tiveram como foco contribuir para o fortalecimento da autoestima das mulheres atendidas, qualificando-as, mesmo que inicialmente, para uma profissão, mas sobretudo para uma melhor qualidade de vida e exercício de cidadania.

Nesse sentido, pensamos que uma política pública serve para atender as necessidades emergentes e urgentes da sociedade, de modo que ela rege, condiciona e molda a vida em sociedade. O PMM materializou-se para atender um público específico, com uma demanda específica de acesso à educação e trabalho, oferecendo cursos que, na maioria da situação, estão em consonância com a demanda da região em que elas vivem. Refletiremos na próxima seção, sobre as alunas mediante ao final de cada curso ofertado, e suas perspectivas diante da articulação pretendida pelo programa, tal discussão se mostra necessária uma vez que a

educação e o trabalho são contributos para emancipação das mulheres e motivação de luta ao longo da história.

4 A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFPE-CARUARU

Vimos que as políticas públicas para as mulheres são frutos de uma luta coletiva, decorrente de um longo período histórico. Em sua maioria essas políticas estão voltadas para atender demandas pontuais que são mais urgentes para a vida das mulheres, como as da área da saúde, o combate a violência, o acesso ao mercado de trabalho e educação.

Particularmente, no âmbito educacional brasileiro, pensar sobre políticas com recorte de gênero, com centralidade nas mulheres, possui um caráter mais complexo, devido as instâncias contidas no sistema educacional, que vai desde a (re)organização curricular e didática, até o acesso e permanência delas nas instituições educacionais.

Ademais, uma medida importante é possibilitar alternativas que sejam contributos para o desenvolvimento pessoal, profissional, econômico, independente da modalidade de ensino. Parte dessas alternativas pode estar inseridas no âmbito da educação profissional, até porque essa modalidade se mostra como uma vertente importante para o acesso das mulheres à educação e a formação para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, concordamos com Rocha e Silva quando afirmam que:

[...] as políticas públicas de educação profissional e a questão de gênero no Brasil, a partir da análise do Programa Mulheres Mil, insere-se nas discussões sobre o ideário de educação como instrumento de desenvolvimento e exercício da cidadania social, uma vez que o Programa centra-se num processo de superação das desigualdades sociais, pelas vias da educação, optando-se como formação inicial a educação profissional, conforme encontra-se assentado nos diversos documentos legais que oficializam o referido Programa (ROCHA; SILVA, 2016, p. 3).

Por isso, no sentido de entender à educação profissional como um dos instrumentais para o desenvolvimento das mulheres e, conseqüentemente, ajudá-las na superação das dificuldades impostas por um sistema excludente, é fundamental avaliar essa política, no contexto do IFPE-*Campus* Caruaru, por intermédio das falas das alunas beneficiárias.

Vale ressaltar que o PMM é uma política pública relativamente recente e que ainda não possui, de maneira geral, uma avaliação de impacto feita pelo Governo Federal ou mesmo por alguma instituição especializada. Da mesma forma, não existe uma avaliação feita pelas

instituições ofertantes – os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – do Programa.

O que conseguimos encontrar nos *sites* institucionais, ou mesmo nos relatórios de gestão da SETEC/MEC, são informações pontuais, como: turmas formadas, quantidade de alunas, tempo de duração e investimentos realizados. Existem, também, estudos independentes de pesquisadores, mediante a produção de dissertações ou teses e na forma de artigos científicos, sendo a maior parte desses desenvolvidos na região Nordeste do país, como por exemplo, a dissertação intitulada *Geração de Renda para as mulheres: uma avaliação de impactos do Programa Mulheres Mil na ótica de egressas em São Luís/MA*, de autoria de Sara Diniz Nascimento, desenvolvida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão; e a “Mulheres mil” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino, de Silverli Marcia Ferreira, em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Mestrado Profissional em Políticas Públicas, da Universidade Federal de Pernambuco.

Ao analisarmos essas dissertações percebemos que não existe um parâmetro específico para se avaliar o PMM, parte dos estudos se baseiam, conforme mencionado na introdução, nas falas das egressas e em documentos relacionados ao Programa visando avaliar a implantação, os objetivos e o relacionamento com a formação para o trabalho.

Assim, este capítulo, desenvolvido em duas seções – Caracterização do IFPE-Campus Caruaru e Especificidades do PMM no IFPE-Campus Caruaru – tem como objetivo situar a importância do IF Caruaru para a cidade homônima e seu entorno no que diz respeito à formação profissional para atender as demandas do desenvolvimento local e avaliar o processo de implantação e execução do PMM no referido Campus, no sentido da promoção dos direitos das mulheres pernambucanas, mediante análise das falas das alunas egressas do Programa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO IFPE-CAMPUS CARUARU

O IFPE-Campus Caruaru, fruto da segunda fase de expansão dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, foi instalado no dia 27 de agosto de 2010, na cidade homônima, na região do Agreste Central Pernambucano, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento econômico local e regional.

O Agreste Central Pernambucano está localizado – Figura 1 – entre o Agreste Setentrional, o Agreste Meridional, a Zona da Mata Sul e o Sertão Pernambuco, sendo a terceira maior região do Estado, cobrindo grande parte da área chamada de Planalto da Borborema ou

Serra da Borborema, com aproximadamente 24,4 mil km², correspondendo a cerca de 24,7% do território pernambucano, e com uma população em torno de 1,8 milhão de habitantes.

Mapa 1 – Mapa do Estado de Pernambuco por regiões



Fonte: scielosp (2005).

Ademais, é uma região que vem passando por diversas transformações econômicas e sociais, em função dos investimentos realizados para o desenvolvimento dos 20 municípios – Agrestina, Alagoinha, Bezerros, Belo Jardim, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Jataúba, Pesqueira, Poção, Sanharó, Tacaimbó, São Caetano, Riacho das Almas, Camocim de São Felix, São Joaquim do Monte, Sairé, Barra de Guabiraba, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte – que o compõe – Figura 2 –, tanto no ramo de confecções quanto no setor de serviços, com destaque para o turismo¹³ e na indústria.

Mapa 2 – Municípios que compõem o Agreste Pernambucano

¹³ Ressaltamos que, em meados de 1992, após as mudanças no reordenamento da Feira de Caruaru, ocorreu o seu tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tornando-a patrimônio histórico e artístico imaterial da humanidade.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2018)

Historicamente, a atividade econômica da região do Agreste Central de Pernambuco, por volta dos séculos XVII e XVIII, foi a agropecuária, sustentada pela criação de gado e cultivo do algodão. Essa atividade marcou o desenvolvimento das cidades, com a comercialização desses produtos com andarilhos compradores que por lá passavam.

As condições para um maior desenvolvimento das atividades ligadas ao comércio relativo à indústria têxtil emergiram com o desenvolvimento das cidades, mediante à realização de feiras. Conforme relatório do SEBRAE (2013), o declínio da agricultura e da pecuária, foram fatores que contribuíram para avançar a indústria de confecções na região, uma vez que é um setor que não demanda muita água, o que é uma característica vantajosa para a região.

Xavier (2006) acrescenta que o aprendizado das mulheres em costura, contribuiu para a expansão das atividades, e Nascimento e Ferraz (2013) afirmam que hoje essa região é fortemente marcada por uma economia voltada para o comércio que, em grande parte, gira em torno da confecção de roupas.

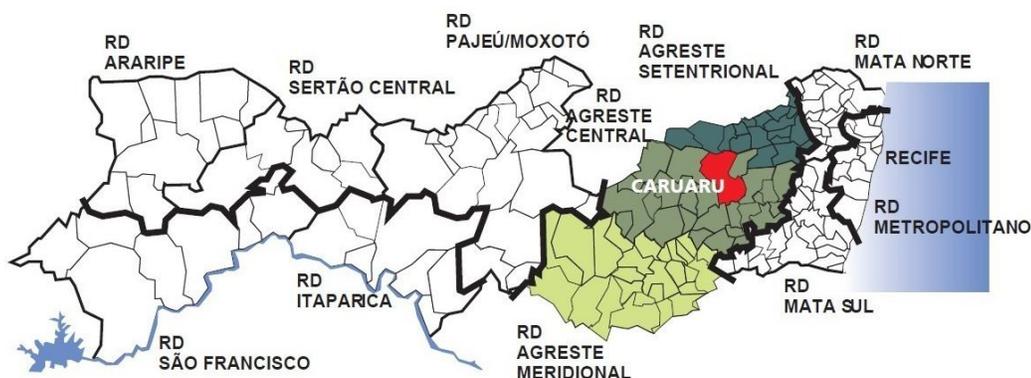
A atividade de produzir e comercializar peças de vestuário materializou-se de forma mais intensa a partir da década de 1950, primeiramente na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, gerando um comércio atrativo batizado de Sulanca¹⁴, seguido das cidades de Caruaru e Toritama, especialmente devido à produção e comercialização de confecções destinadas a todo o país.

¹⁴ Supostamente o vocábulo sulanca deriva da palavra, helanca, fibra sintética em voga nos anos de 1960, que vinha do Sul do país. Portanto Sul + helanca = Sulanca. [...] A feira da Sulanca é como se denomina o fenômeno de produção e comércio de confecções populares, o qual emergiu na mesorregião do Agreste Central de Pernambuco, mais precisamente na região do Alto Capibaribe (BURNETT, 2014, p.153).

Particularmente, a cidade de Caruaru – Figura 3 –, também conhecida como Princesa do Agreste, Capital do Agreste e Capital do Forró, está localizada na microrregião do Vale do Ipojuca, a 135 km de distância da capital do Estado, Recife, ocupando uma área territorial de, aproximadamente, 921 km²; limita-se ao Norte com as cidades de Toritama, Taquaritinga do Norte, Vertentes e Frei Miguelinho; ao Sul com Altinho e Agrestina; a Leste com Bezerros e Riacho das Almas e a Oeste com São Caetano e Brejo da Madre de Deus; está dividido em quatro distritos jurídico-administrativos: Caruaru (Sede), Carapotós, Gonçalves Ferreira e Lajedo do Cedro.

Além disso, Caruaru é a quarta cidade mais populosa do Estado, contando, em 2019, com pouco mais de 361 mil habitantes, possui o sexto maior PIB¹⁵ do Estado de Pernambuco também recebeu o título de maior centro de artes figurativas da América Latina (COELHO, 2014).

Mapa 3 – Mapa de Pernambuco com destaque para a cidade de Caruaru



Fonte: Visite Caruaru (2018)

A cidade de Caruaru começa a tomar forma em meados dos anos de 1681, período em que foram cedidas à família Rodrigues de Sá, porções de terra, com o objetivo de desenvolver a região, com a criação de gado, entretanto devido uma doença na época ter atingido todo o rebanho as terras ficaram abandonadas. Alguns anos mais tarde, foi erguida nessas terras uma capela de Nossa Senhora da Conceição, que ainda hoje existe na cidade, pelo senhor José Rodrigues, que é considerado o fundador da cidade.

Devido sua posição geográfica privilegiada, que servia de passagem obrigatória àqueles que transportavam animais do sertão para o litoral, foram se estabelecendo diversas propriedades na localidade. A partir do final de 1895, a cidade de Caruaru passou a se

¹⁵ Produto Interno Bruto – per capita R\$ 19.311,06 (IBGE, 2017).

desenvolver mais, devido a inauguração da estação ferroviária da *Great Western*, interligando Caruaru a Recife.

Com o passar dos anos Caruaru foi conquistando importância social, cultural e econômica na região do Agreste Central de Pernambuco, destacando-se no âmbito turístico com as festas que acontecem no mês de junho, sendo uma forte expressão no Nordeste do Brasil.

O comércio é muito forte no município, principalmente por conta das feiras existentes na cidade, com destaque para a feira da Sulanca que acontece uma vez por semana – a tradicional Feire de Caruaru – sendo um ponto de convergência para os moradores e comerciantes de confecções de toda a região Nordeste (FERREIRA, 2001).

De fato, em todas as cidades, as feiras são marcantes em suas respectivas economias, transformando significativamente o movimento social e econômico, fazendo parte da vida das pessoas. Nesse sentido concordamos com Nascimento e Ferraz quando afirmam:

[...] a feira faz parte do dia a dia da população mudando o ritmo da vida semanalmente, seja pela participação direta na compra e venda, como com relação a outros aspectos, tais como, o aumento do volume dos carros no centro da cidade, a vinda de pessoas de outros estados ou a participação de artistas que se apresentam publicamente (NASCIMENTO; FERRAZ, 2013, p. 128).

A feira modifica o dia e a vida de qualquer pessoa, ninguém passa ileso, mesmo que você não dependa diretamente dela. Quem mora na cidade de Caruaru, por exemplo, já sabe que em dia de feira da Sulanca, tem que sair mais cedo de casa, se não quiser chegar atrasado ao trabalho; tem de mudar o percurso, pois provavelmente o trânsito estará caótico no centro da cidade e imediações.

Ora, o árduo trabalho de produção de confecções, principalmente dos produtores individuais, uma vez que grande parte dos que comercializam também são fabricantes, demandam formação e qualificação para o mercado de trabalho e desenvolvimento social e econômico da cidade, ainda que, numa perspectiva histórica, tal iniciativa de produção e comércio tenha suas características principais e fundamentais no trabalho domiciliar, familiar e informal (BURNETT, 2014).

Notadamente se percebe a utilização da força de trabalho feminina na produção de confecções, o que também é ainda uma marca prevalente desse setor, ainda que conte com a presença tímida de homens nos setores de costura. Por esse motivo, entre tantos outros é que essa região demanda cursos de qualificação relacionados à indústria de confecção, tanto no que se refere ao quesito da produção do tecido (a matéria prima) e das peças do vestuário quanto da criação ou venda para todo o país, bem como na área de administração, sobretudo os

relacionados com a organização do trabalho, ainda que, tradicionalmente, o trabalho seja marcado pela informalidade e relações precárias, como as relações familiares que ainda dominam esse mercado.

Segundo Oliveira:

[...] o caráter familiar, informal e precário do trabalho desenvolvido neste polo é amplamente observado. Os trabalhadores recebem salários baixos e a modernização se dá de forma híbrida, uma vez que se observa melhora na qualidade do produto, mas houve poucas mudanças na forma de administrar os negócios, que permanecem dependentes do aprendizado prático e da incorporação dos familiares nas funções mais qualificadas e mais bem remuneradas (OLIVEIRA, 2013, p. 159).

Apesar dessa característica, vale ressaltar que, de acordo com Castells (2003), as pequenas empresas, quando organizadas em aglomerados ou arranjos produtivos locais – como é o caso no Agreste Central Pernambucano –, podem superar as grandes na criação de empregos, margens de lucro, investimento *per capita*, inovação tecnológica, produtividade de valor agregado e realização de eventos modernos de divulgação dos produtos.

É nesse contexto que se insere o IFPE- Caruaru – Figura 4, ou seja, ir ao encontro da vocação do município de Caruaru e da região circunvizinha para empreendimentos nos setores de comércio, serviço e indústria.

Fotografia 1 – Fachada do IFPE-Campus Caruaru



Fonte: Elaboração Própria (2020)

Alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE¹⁶ para o período 2009-2013¹⁷, o IFPE-Campus Caruaru desenvolve suas metas e ações primando pela excelência do ensino, em todos os níveis, pelo incentivo a pesquisa e inovação e pela integração com a comunidade, mediante projetos de extensão e, assim, buscar preservar a indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com o PDI do IFPE (2009-2013):

Difundir conhecimento significa ofertá-lo à humanidade, formando e capacitando pessoas, considerando seu aporte de conhecimento e de cultura, tornando-as capazes de agir no tempo, no lugar e na hora que se fizer necessário. Isso se faz, em geral, com muita propriedade e dedicação, através da missão institucional do ENSINO. A produção do conhecimento permite avançar as suas fronteiras, desvelando o mundo e sua lógica, o que se realiza, em geral, com determinação e perseverança, através da missão institucional da PESQUISA. A missão institucional da EXTENSÃO se revela com a aplicação do conhecimento, transformando o real com os instrumentos da experiência e das habilidades alcançadas nas etapas anteriores, com a finalidade de atender o conjunto das multivariadas necessidades humanas. A partir da intervenção no real, com sua conseqüente transformação, retoma-se, assim, o obstinado e virtuoso círculo do fazer acadêmico (IFPE, 2009, p. 16).

Com relação ao ensino, o IFPE-Campus Caruaru iniciou suas ofertas educacionais, todas na modalidade presencial, no segundo semestre de 2010, com os cursos técnicos em Edificações, Segurança do Trabalho e Mecatrônica, na forma subsequente ao ensino médio (destinado àqueles que já concluíram o ensino médio para cursarem o ensino técnico, em dois anos). Esses cursos, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional, foram escolhidos e aprovados em consulta pública com a sociedade civil da cidade de Caruaru (IFPE, 2018).

Em 2012, o IFPE-Campus Caruaru passou a oferecer esses mesmos cursos técnicos – Edificações, Segurança do Trabalho e Mecatrônica – na forma integrada ao ensino médio (destinados aos estudantes que concluíram o ensino fundamental e que, ao final de quatro anos, se formam, ao mesmo tempo, no ensino médio e em um curso técnico) (IFPE-2017).

Nesse mesmo ano, foi criado o curso superior de Engenharia Mecânica, com duração de cinco anos, destinados a formar profissionais com uma sólida base técnico-científica e humanística, atuação profissional competente, pautada por uma conduta ética e com a

¹⁶ Como resultado do processo de interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica promovida pelo governo Lula da Silva (2003-2010), o IFPE é, atualmente, constituído por 16 *campi*: Recife, Belo Jardim, Barreiros, Vitória de Santo Antão, Ipojuca, Pesqueira, Afogados da Ingazeira, Caruaru, Garanhuns, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Palmares, Paulista, Olinda e Igarassu, mais uma ampla rede de Educação a Distância, formada por 11 polos.

¹⁷ O IFPE-Campus Caruaru, assim como os demais *campi*, continua seguindo as orientações do PDI 2014-2019.

perspectiva do atendimento às demandas dos arranjos produtivos locais e gestores industriais da região (PPC ENGENHARIA MECÂNICA, 2015).

O IFPE-Campus Caruaru também oferece, desde 2015, os cursos de Bombeiro Civil e de Almojarife de Obras, pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), destinados aos jovens e adultos trabalhadores (IFPE, 2015).

Na pós-graduação o ele atua, desde 2018 com a oferta dos cursos de Engenharia de Segurança do Trabalho e de Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas, na modalidade *lato sensu*, a nível de especialização, o que amplia o seu grau de abrangência, uma vez que vai possibilitar a formação de especialistas que contribuirão para favorecer o desenvolvimento do processo de geração e inovação tecnológica da região (IFPE, 2019).

De fato, todos os cursos ofertados pelo IFPE-Campus Caruaru estão vinculados aos arranjos produtivos do município de Caruaru e de seu entorno, como Toritama, Santa Cruz do Capibaribe, São Caetano, Agrestina e Riacho das Almas e, assim, contribui com o crescimento perceptível nas áreas da indústria e serviços do Agreste Central Pernambuco.

Em relação à pesquisa, Caruaru conta com três grupos de pesquisa: análise crítica do crescimento urbano e condições ambientais nas indústrias das cidades do agreste pernambucano; mobilidade, inovação e sustentabilidade; e as contradições do urbano no agreste.

Além disso, possui seis Programas de Iniciação Científica, nos quais os estudantes são inseridos (em geral é o primeiro contato dos estudantes com a prática de pesquisa): 1) Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC); 2) Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIT); 3) Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBICAF); 4) Programa Institucional de Iniciação Científica Técnica (PICTEC); 5) Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em nível Técnico (PITTEC); e 6) Programa de Bolsas de Incentivo Acadêmico (BIA). E já desenvolveu mais de 23 projetos de pesquisa, bem como projetos de tecnologia, estes últimos por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) (IFPE, 2019).

No que diz respeito à extensão, as atividades são desenvolvidas mediante articulação com os grupos e coletivos sociais do município de Caruaru e seu entorno, observando os respectivos arranjos produtivos, a fim de socializar o saber, possibilitar meios para a participação da comunidade no ambiente acadêmico e promover a transformação social, em direção à construção da cidadania, por meio da justiça, solidariedade e democracia (IFPE, 2014).

O IFPE-Campus Caruaru desenvolve quatro programas de extensão: 1) Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), com o objetivo de contribuir para a implementação de programas e projetos, que influam na formação dos estudantes e promovem melhorias nas diferentes esferas sociais; 2) Programa Mulheres Mil, objeto deste estudo, que possibilita a inclusão social de mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social; 3) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, promovendo a melhoria da qualidade do ensino médio e do aumento de oportunidades educacionais para os trabalhadores; e 4) Programa de Formação de Recursos Humanos – Petrobras, que busca estimular o desenvolvimento de pesquisas relacionadas às áreas de petróleo, gás, energia e biocombustível (IFPE, 2016).

Assim, a extensão cumpre o papel de fazer com que o conhecimento ultrapasse, de fato, os muros da Instituição, uma vez que são ações que realizam uma intervenção direta na comunidade, socializando saberes, experiências e, sobretudo, permitindo trocas, ou seja, tem o intuito de atender as demandas sociais em diferentes áreas, contribuindo não apenas para a formação dos professores, técnicos-administrativo e estudantes envolvidos nos processos extensionistas, mas também promovendo intercâmbios e parcerias com diversos setores da sociedade, como por exemplo as Prefeituras Municipais e contribuindo para a formação cidadã das comunidades atingidas pelos programas.

Enfim, vale ressaltar que, no 1º semestre letivo de 2017, o IFPE-Campus Caruaru tinha cerca de 750 estudantes regularmente matriculados nas diversas ofertas educacionais, e contava com 119 servidores efetivos, sendo 66 docentes e 53 técnico-administrativos. E que além do ensino, da pesquisa e da extensão, os estudantes têm à sua disposição um ambiente propício à prática de atividades esportivas, artísticas e culturais, que também contribuem para a sua formação profissional e cidadã.

Assim, Caruaru cumpre sua missão de atender, por um lado, as demandas do mercado produtivo e da indústria local e regional e, por outro, possibilita o desenvolvimento do saber científico e a formação humanística. Ou seja, mais do que formar profissionais qualificados para se inserirem na cadeia produtiva, forma cidadãos capazes de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, cultural e político da região a sua volta, transformando-a, inclusive.

4.2 ESPECIFICIDADES DO PROGRAMA MULHERES MIL NO IFPE-CAMPUS CARUARU

Como citado anteriormente, o (PMM) se materializou, inicialmente, em estados da Região Norte e Nordeste do Brasil, sendo adaptado às diferentes realidades de cada lugar em que foi implantado.

Particularmente, nos anos de 2013 e 2014, em meio a expansão do PMM no Estado de Pernambuco, a cidade de Caruaru foi contemplada com três cursos – **Confeitaria e Aproveitamento Integral de Alimentos; Auxiliar Administrativo; e Corte e Costura** –, todos na modalidade presencial, na modalidade (FIC) e contidos no catálogo de cursos do PRONATEC.

Para Nascimento (2017, p. 48), “tais cursos são caracterizados pela oferta de qualificação, atualização e aperfeiçoamento profissional de trabalhadores”, e possuem como características a oferta de capacitação num curto espaço de tempo (mínimo de 160 horas) e o atendimento a uma gama diversa de pessoas.

A seleção dos referidos cursos no IFPE- Caruaru aconteceu por meio de uma audiência pública, com a participação da Secretaria da Mulher da Cidade de Caruaru, e onde se observou a relação dos cursos com os arranjos produtivos local e regional, sobretudo o ramo de confecções, característica da mencionada cidade e seu entorno, conforme demonstramos na seção anterior.

Nesse sentido, entendemos a importância de políticas públicas, sobretudo as sociais, a exemplo do PMM, cuja estratégia é, por um lado, dar oportunidades às mulheres caruaruenses e das cidades circunvizinhas em situação de vulnerabilidade social a ingressarem no mercado de trabalho e mundo do trabalho e, por outro, dar continuidade ao processo de desenvolvimento do Agreste Central Pernambucano mediante a busca pela igualdade e independência das mulheres.

Com relação aos cursos ofertados pelo IFPE-Campus Caruaru, todos com carga horária de 180 horas, convém destacar que o de **Confeitaria e Aproveitamento Integral de Alimentos** foi ofertado em 2013, com o intuito de possibilitar às mulheres aprender sobre a produção de pães, doces, bolos e salgados, além da preservação desses alimentos, conservação e melhor maneira de produzir tais alimentos sem desperdício e de modo sustentável; o de **Auxiliar Administrativo** e de **Corte e Costura** em 2014, objetivando qualificar mulheres, respectivamente, para tarefas administrativas em empresas da região e para o setor de confecções.

O curso de **Confeitaria e Aproveitamento Integral de Alimentos**, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), estava estruturado em uma matriz curricular com 10 componentes curriculares, conforme constante no Quadro 3. Todos os componentes articulados numa perspectiva interdisciplinar e orientados pelo perfil profissional de conclusão, ensejando uma formação técnico-humanística. Não exigia escolaridade para ingresso e contava, em 2013, com a oferta de 50 vagas.

O objetivo era ofertar às mulheres em situação de vulnerabilidade e/ou de extrema pobreza curso de qualificação o profissional, de modo a prepará-las para o efetivo exercício da cidadania, através do desenvolvimento de uma postura proativa, crítica, reflexiva e de habilidades empreendedoras, e para o mundo do trabalho; e para fins de aprovação/certificação exigia-se aproveitamento mínimo de 60% e frequência maior ou igual a 75%. (IFPE, 2012).

Quadro 3 - Matriz curricular do curso Confeitaria e Aproveitamento Integral de Alimentos

ORDEM	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA-HORÁRIA
1	Matemática Básica	10h
2	Português Básico	10h
3	Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Direitos das Mulheres	10h
4	Informática	20h
5	Orientação Profissional	10 h
6	Identificação de Conhecimentos e Habilidades Previamente Adquiridas	20 h
7	Legislação e Rotulagem	10 h
8	Práticas de Confeitaria	40 h
9	Boas Práticas de Fabricação	30 h
10	Tecnologia do Processamento de Bolos e Biscoitos	20 h
CARGA-HORÁRIA TOTAL		180 h

Fonte: PPC do curso (2012).

O curso de **Auxiliar Administrativo**, de acordo com o PPC, estava estruturado em uma matriz curricular composta por 10 componentes curriculares, conforme constante no Quadro 4, articulados numa perspectiva interdisciplinar e orientados pelo perfil profissional de conclusão, ensejando uma formação técnico-humanística. Exigia-se o ensino fundamental completo como escolaridade mínima para as mulheres e contava, em 2014, com a oferta de 50 vagas.

O objetivo era formar mulheres profissionais que planejam, organizam e gerenciam processos administrativos com vistas à articulação de recursos humanos, de finanças e de produção, logística e vendas, observando os procedimentos operacionais e a legislação; e para

fins de aprovação/certificação exigia-se aproveitamento mínimo de 60% e frequência maior ou igual a 75%. (IFPE, 2013).

Quadro 4 – Matriz curricular do curso Auxiliar Administrativo

ORDEM	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA-HORÁRIA
1	Matemática Aplicada	10h
2	Português Instrumental – Leitura e Interpretação de Texto	10h
3	Cidadania, Direitos Humanos e Direitos das Mulheres.	10h
4	Informática	20h
5	Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária	10 h
6	Identificação de Conhecimentos e Habilidades Previamente Adquiridas	20 h
7	Noções de Administração	10 h
8	Práticas e Rotinas Administrativas	70 h
9	Legislação e Segurança do Trabalho	10 h
10	Comunicação Interpessoal e Atendimento ao Público	10 h
CARGA- HORÁRIA TOTAL		180 h

Fonte: PPC do curso (2013).

E o curso de **Corte e Costura**, de acordo com o PPC, também estava estruturado em uma matriz curricular composta por 10 componentes curriculares, conforme constante no Quadro 5, articulados numa perspectiva interdisciplinar e orientados pelo perfil profissional de conclusão, ensejando uma formação técnico-humanística. Não havia exigência de escolaridade para o ingresso, contava, em 2014, com a oferta de 50 vagas.

O objetivo era qualificar o público alvo a desenvolver com competência técnica e atitudinal as habilidades necessárias ao corte e costura, a fim de proporcionar uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a região na qual estão inseridas, a inclusão social e econômica das mesmas através da ocupação e geração de renda, com competência, disciplina e ética; e para fins de aprovação/certificação exigia-se aproveitamento mínimo de 60% e frequência maior ou igual a 75%. (IFPE, 2013).

Quadro 5 – Matriz curricular do curso Corte e Costura

ORDEM	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA-HORÁRIA
1	Empreendedorismo e Associativismo	10h
2	Saúde da Mulher e Direitos das Mulheres	10h
3	Matemática Básica	10h
4	Informática	20h

5	Português Instrumental	10 h
6	Ética, Cidadania e Direitos Humanos	20 h
7	Segurança e Organização do Trabalho	10 h
8	Costura em Máquina Industrial	40 h
9	Vestuários: Masculinos e Femininos	30 h
10	Vestuários: Moldes e Cortes	20 h
CARGA- HORÁRIA TOTAL		180 h

Fonte: PPC do curso (2013).

Analisando as matrizes curriculares dos cursos percebemos que, de fato, os componentes curriculares foram concebidos, por um lado, na perspectiva do diálogo com o desenvolvimento local, visto que a cidade Caruaru possui, além da indústria têxtil, um potencial gastronômico devido à atividade turística e, por outro, para a formação das mulheres em situação de vulnerabilidade social focada na autonomia e na criação de alternativas para a sua inserção no mundo do trabalho e para a melhoria da sua qualidade de vida e das comunidades nas quais estão inseridas.

Ademais, a oferta desses cursos de qualificação profissional possibilita a ampliação de horizontes pessoais e profissionais dessas mulheres, muitas delas donas de casa e mães de família, mediante a oportunidade de exercer uma atividade profissional remunerada ou atuando em cooperativas ou como empreendedora.

Com o intuito de alcançar o objetivo neste estudo – avaliar o Programa Mulheres Mil no IFPE-Campus Caruaru, refletindo sobre a inclusão social e produtiva da mulher, proposta no programa, enquanto uma ação instituída no campo da educação no Agreste Pernambucano - vejamos, agora, o que dizem as alunas egressas dos três cursos: confeitaria e aproveitamento integral dos alimentos, auxiliar administrativo e corte e costura. Ou seja, como elas expressam suas percepções sobre as ações promovidas pelo PMM por meio dos cursos de qualificação que participaram e o reflexo em suas vidas.

Para dar melhor visibilidade às análises, apresentamos um resumo das informações pessoais das alunas egressas, depois as questões que se relacionam com o cotidiano das aulas, ou seja, as questões formativas dos cursos; e, por fim, sintetizamos as questões voltadas a formação profissional e a materialização dessa formação na vida dessas mulheres.

Embora o IFPE-Campus Caruaru ainda não exerça um acompanhamento sistemático de seus alunos egressos, entendemos, assim como Deluiz (2003) a importância de se acompanhar o estudante egresso, pois:

[...] é uma das formas de avaliação da eficácia e da efetividade social de Políticas Públicas e Programas de Educação Profissional. Esta avaliação tem por objetivo investigar os efeitos e ou resultados das ações da Educação Profissional buscando avaliar os impactos objetivos e substantivos, em termos de uma efetiva mudança nas condições sociais prévias de trabalho e vida dos egressos dos cursos e os impactos subjetivos, relacionados às mudanças na percepção dos concluintes sobre a sua qualidade de vida, expectativas e necessidades (DELUIZ, 2003, p. 1).

Dessa forma, as informações colhidas por meio das alunas egressas compreendem um aporte importante para o estudo de avaliação de política pública, como é o PMM, uma vez que elas são as beneficiárias. Nesse sentido, concordamos com Espartel (2009, p. 14) quando afirma que essas alunas “são capazes de verificar, de forma pragmática, a contribuição que o curso trouxe a sua atuação profissional”.

O que este autor nos menciona vai ao encontro do que assevera Wingler (2018, p. 120) “a pesquisa com egressos pode ser um instrumento fundamental para mensurar a contribuição dos Institutos Federais para o desenvolvimento local e regional”.

Assim, em relação às informações pessoais das alunas egressas dos cursos, apresentamos no Quadro 6 o perfil social delas. Como podemos perceber 55% delas são casadas, todas tinham mais de 20 anos e viviam em situação de vulnerabilidade social, ou seja, todas atendiam aos critérios estabelecidos pelo PMM, quais sejam ter no mínimo 16 anos, ser chefes de família, estar em situação de extrema pobreza e cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico¹⁸.

Quadro 6 – Perfil Social das Alunas Egressas

Alunas	Curso	Idade*	Estado Civil	Processo de ingresso	Local de moradia
M1	Corte e Costura	49	Casada	CRAS	Comunidade Monte Bom Jesus
M2	Corte e Costura	51	Casada	CRAS	Comunidade Taquara de Baixo
M3	Corte e Costura	22	Solteira	Secretaria da Mulher	Comunidade Alto do Moura
M4	Corte e Costura	35	Solteira	Secretaria da Mulher	Bairro São Francisco
M5	Corte e Costura	31	Solteira	Secretaria da Mulher	Bairro Cedro
M6	Corte e Costura	41	Divorciada	CRAS	Bairro São Francisco
M7	Auxiliar Adm.	21	Casada	IFPE	Comunidade Sítio Cipó
M8	Auxiliar Adm.	23	Casada	IFPE	Alto do Moura
M9	Auxiliar Adm.	27	Solteira	IFPE	Bairro Centenário
M10	Auxiliar Adm.	31	Casada	IFPE	Bairro Jardim Liberdade

¹⁸ Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda (BRASIL, 2019).

M11	Confeitaria	33	Casada	IFPE	Alto do Moura
-----	-------------	----	--------	------	---------------

Fonte: Elaborada pela autora (2020)

(*) Na época que fizeram o curso.

Para ingresso no curso, todas as alunas egressas se inscreveram no Centro de Referência e Assistência (CRAS) de Caruaru. Entretanto, M3, M4 e M5, que são mulheres trans, tiveram sua entrada de forma inicial, por meio de uma chamada realizada pela Secretaria da Mulher, mas posteriormente fizeram suas inscrições no CadÚnico, por intermédio do CRAS. De modo análogo, as alunas M7, M8, M9, M10, M11 e M12 se inscreveram inicialmente no IFPE-Campus Caruaru e as que não estavam cadastradas no CadÚnico foram encaminhadas ao CRAS, pois essa era uma exigência para participar dos cursos ofertados pelo Programa. (BRASIL, 2012)

O local de moradia das alunas egressas revela que todas são da cidade de Caruaru. Isto nos permite estabelecer uma conexão entre a implementação dos cursos do PMM e a cidade de Caruaru, visto que, conforme a Cartilha do Programa:

[...] o programa abrange os grupos de mulheres pertencentes a um mesmo território, com histórias de vida e identidades comuns, uma vez que a perspectiva territorial presume a integração de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas. Pressupõe, ainda, a compreensão do território como lugar que possibilita o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2012, p. 5)

De acordo com a Cartilha do Programa o território refere-se a um bairro, uma vila ou comunidade específica, em que as mulheres residem e podem, a partir da formação recebida, contribuir para melhorias nesses locais, pois a intenção é perceber o potencial dessas comunidades e desenvolvê-lo.

Vale ressaltar que não houve um único bairro ou comunidade atendida pelos cursos ofertados pelo IFPE-Campus Caruaru – o que houve foi uma chamada para os cursos do PMM e as mulheres interessadas procuraram os órgãos responsáveis para fazer suas inscrições –, o que no nosso entendimento é salutar, pois assim a perspectiva de desenvolvimento local se alarga.

No que diz respeito às questões que se relacionam com o cotidiano das aulas, ou seja, as questões formativas dos cursos, tanto para a inserção no mercado de trabalho quanto para que se reconhecessem como pessoas de direitos, como cidadãs, assim se expressaram as alunas egressas questionadas:

M1 – Para mim tudo que aprendi nas aulas foi importante. O dia a dia era importante, as amizades que eu fiz foram muito importantes, hoje não tenho mais contato com muitas, só essas que você conheceu, mas tudo foi muito importante. Passei a conhecer mais pessoas, fazer mais amizade, entender melhor como funcionam nossos direitos, foi muito bom.

M2 – Foi bom porque passamos a conhecer outras mulheres e fizemos amizades, conhecemos outras histórias de outras mulheres. Melhorou minha relação em casa.

M3 – Gostei de ter frequentado sim, uma grande oportunidade para mulheres e trans se qualificarem e ganhar dinheiro em uma terra que se ganha a vida com corte e costura. Podemos ver o quanto somos capazes e tirar essa impressão de mulher ser sempre submissa, ou incapaz, sabe? Hoje em dia não trabalho com costura, mas foi um grande incentivo.

M4 – Contribuí para eu ter uma noção sobre costura, que eu tinha uma curiosidade e uma vontade de aprender, embora eu não tenha levado adiante esse ofício, contribuí de forma positiva. Hoje em dia eu não arriscaria profissionalmente, pois você sabe, né, que tem que ter experiência para trabalhar nesse ramo e o tempo de aula foi pouco. Mas sei mexer numa máquina, para fazer alguma coisa boba, alguma peça para mim mesma. Com relação as outras disciplinas do curso foram maravilhosas, pois já fazia anos que tinha terminado o ensino médio. Foi um novo conhecimento sobre as matérias mais atuais. Tivemos aula de informática também. Foi muito bom, muito gratificante. O Programa foi muito bom, principalmente porque foi a primeira vez que houve a inclusão das mulheres trans, isso já foi uma vitória. A gente passou a conhecer mais nossos direitos e depois disso começou uma visibilidade maior, pelo menos aqui em Caruaru, para o público LGBTQ.

M5 – O Programa foi muito importante para mim, porque eu fiz muitas amizades, as outras mulheres puderam me conhecer e ver que eu sou normal, muita gente vê a gente como aberração. Aprenderam a me respeitar e eu a respeitar elas, pois somos todas diferentes, mas estávamos unidas pelo nosso bem e por um futuro mais digno para todas nós.

M6 – As aulas que eu mais gostava era as que falava sobre ética, sobre saúde. Eu não sabia de nada daquelas coisas, aprendi muito depois do curso. Muita coisa sobre meus direitos, sobre minha vida eu fiquei sabendo no curso.

M7 – Foi importante sim, aprendi muita coisa, no trabalho aprendi tratar melhor as pessoas, em casa também, lembro das aulas sobre saúde da mulher, sobre direitos da mulher. Eram aulas muito boas, lembro dos professores, eram muito legais, muito importantes, passavam seus conhecimentos para a gente de maneira humilde.

M8 – Do que eu mais me lembro do curso era sobre as aulas de atendimento ao público que eu fiz, eu gostava muito, me identificava. Também gostava das colegas da turma eram mulheres especiais a gente se ajudava muito, quando uma não sabia uma coisa ou não estava entendendo, principalmente nas aulas de informática, cada uma ia lá ajudar.

M9 – Acredito que o programa contribuiu sim para melhorar a vida da gente, fizemos amizade, aprendemos bastante coisa.

M10 – O Programa foi muito bom, era divertido, as aulas eram boas. Eu gostava muito das aulas de informática, porque eu nunca tinha tido um computador nem tinha aula nem nada disso. Para mim era a melhor aula, quando eu sair de lá eu fiz um outro curso de informática em uma escola aqui, era de graça também, eu gosto muito de informática.

M11 – Hoje eu trabalho com o que eu gosto que é fazer bolo, fazer coisa doce. Está bom que eu fiz outros cursos depois daquele, mas ele foi o primeiro e me ajudou em muita coisa, sem falar no dinheiro que a gente recebia, eu comprei umas coisas de fazer bolo pra mim, batedeira, essas coisas. O curso foi maravilhoso.

Pelas falas percebemos que a maioria das alunas egressas tem a percepção que de modo geral o curso contribuiu para questões de formação pessoal e de convivência com as outras pessoas e com suas comunidades. Conforme Coutinho (2016, p. 4218) “o ingresso delas no programa oportunizou a ampliação desse círculo social; elas passaram a fazer atividades em

grupo, a relacionar-se com pessoas diferentes, criando assim uma rede de amizade e solidariedade que realmente marcou as suas vidas e que permanece mesmo após o fim do curso”.

O depoimento (M2, M5, M8 e M9) remetem às noções de participação e coletividade, configurando um convívio estimulante entre as alunas no período das aulas e fora do âmbito escolar também, por meio das falas percebemos que o apoio entre elas e o respeito é algo que prevalece na convivência, o que se pode considerar um aspecto positivo e de grande valor para o programa também.

Percebemos que o movimento de aproximação dessas mulheres, criou vínculos, melhorando o nível de autoestima delas, a autoafirmação e a confiança em si mesmas, gerando novas estratégias para suas vidas. Ainda conforme Coutinho (p. 42), “através da interação social essas mulheres compartilharam suas vidas e suas experiências o que favoreceu a construção de suas capacidades pessoais e sociais na medida que interagiam e se solidarizavam nas atividades realizadas no curso”.

A formação dos sujeitos perpassa pela interação social e o desenvolvimento das relações, influenciada pelo contexto, pelos valores que cada um carrega e a cultura de cada pessoa, dessa forma, no PMM não seria diferente, acontecendo por meio dos afetos e dos espaços criados humanizados de formação que foram criados, nos quais prevalecem o desenvolvimento humanos e social dessas mulheres.

Conforme as falas das alunas egressas M4, M6 e M7, percebemos que as aulas foram voltadas para o cotidiano das mulheres fazendo com que elas conhecessem e entendessem melhor suas próprias rotinas, bem como questões relacionadas aos conhecimentos inerentes à vida das mulheres, como saúde e seus direitos na sociedade.

No que diz respeito a formação cidadã, percebemos que o PMM ofereceu às alunas uma possibilidade para que elas se enxergassem como pessoas atuantes socialmente e conhecedoras de seus direitos, é nesse sentido que,

o Programa promove o crescimento humano das alunas, o que aumenta a possibilidade de que contribuam com a governança de suas comunidades, na medida em que se transformam em cidadãs, social e economicamente emancipadas. Esse crescimento humano incrementa o capital social e potencializa comportamentos participativos e cidadãos (BRASIL, 2012, p. 4).

Mesmo que as questões de maior participação social e crescimento pessoal se dê a longo prazo é importante ressaltar que essas mulheres tiveram acesso a esse tipo de conhecimento e não apenas foram formadas por um currículo estanque que se baseava tão somente nas

necessidades do mercado de trabalho; por isso é importante a formação numa perspectiva cidadã, no sentido de entender que,

ninguém nasce cidadão. A cidadania é um elemento histórico que envolve um conjunto de direitos e deveres, cujo exercício depende da correlação de forças existentes na sociedade. A conquista da cidadania vai para além do jurídico; é uma questão política que implica na conquista de legitimidade social para um conjunto de direitos, de valores e de relações socioculturais. Cidadania é incompatível com exclusão social (AZEVEDO, 2000, p. 9).

Assim, o acesso e a conquista da cidadania são um desafio para as políticas públicas no âmbito do sistema educacional brasileiro, como é o caso, particularmente, do PMM, de modo que a relação entre educação e cidadania deve ser mais um instrumento contra a exclusão social das mulheres que vivem em condições de vulnerabilidade social.

Para Hofling (2001, p. 40), “[...] a formação cidadã é um dos aspectos essenciais que as políticas educacionais devem trabalhar, especialmente em sociedades tão desiguais como a brasileira”. Esse entendimento se coaduna com a perspectiva de formação do PMM, que tem como um de seus eixos a cidadania como contexto formativo, de modo a contribuir para que as mulheres assistidas pelos cursos do Programa possam ser incentivadoras de outras mulheres, aumentando suas relações sociais e seus conhecimentos.

Ainda conforme Hofling (1981, p. 37) “[...] quando se trata de cidadania dois pontos podem ser adotados como consensuais: cidadania corresponde a direito – e dever – à participação, e cidadania diz respeito a um sistema de igualdade”. Ou seja, quando se discute cidadania, aborda-se, em última instância, a natureza da participação que o indivíduo tem na comunidade em que vive; e esta participação – mesmo que teoricamente – é sempre possível em bases iguais para todos os cidadãos. É nesse sentido que percebemos a cidadania de forma mais ampla, pensando em sua composição na instituição pública, relacionada à formação educacional, proporcionando transformações para a vida, nomeadamente, das mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social, noutro sentido qualidade de vida, elevação de auto estima e mais autonomia.

A respeito da formação nessa perspectiva – da cidadania –, Barroso (2004, p. 575) relata que “os efeitos da educação no empoderamento da mulher se manifestam de formas variadas, até mesmo pelo aumento do potencial de geração de renda, da autonomia nas decisões pessoais, do controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública”. Tais questões foram abordadas na maior parte das falas das mulheres entrevistadas para este estudo, onde

destacaram que a formação que receberam no curso, contribuiu para um processo inicial de crescimento social e econômico.

Esse pensamento no remete o que diz Probst (2015, p. 17) “a promoção da autonomia econômica das mulheres passa pelo investimento em formação que promova a autoestima e habilidades para melhoria de sua inserção no mercado de trabalho e de seus rendimentos”. Nesse sentido, podemos reafirmar que o PMM se configura como um dos meios para o acesso das mulheres à promoção da dignidade, fazendo com que elas acreditem em novas oportunidades e que possam ser multiplicadoras nas localidades onde residem, servindo de exemplo para outras mulheres, além de poderem se inserir na economia do município e na vida pública de maneira plena e consciente.

A formação cidadã, a partir da atuação das instituições e dos educadores, teve o intuito de instrumentalizar essas alunas e orientá-las para o reconhecimento de si e do outro, aumentando nelas a vontade de se tornar mais consciente em suas próprias vidas e da vida em coletividade:

Essa identidade do PMM, além de possibilitar a articulação entre um conjunto de ações para consolidar as políticas públicas e as diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade, com foco definido na promoção de uma formação educacional, profissional e tecnológica, tem condições de alterar a trajetória de vida feminina, por meio da elevação de escolaridade, do acesso ao mundo do trabalho, do estímulo ao empreendedorismo, da economia solidária, da empregabilidade e da emancipação (BRASIL, 2017, p. 47).

É nesse sentido que o PMM é marcado pela urgência da luta feminina em busca de humanização e dignidade, por meio do acesso à educação e ao mundo do trabalho, propondo a construção de ações e fornecendo subsídios que as orientem a resgatar sua identidade e sociabilidade.

Vale ainda ressaltar o que as alunas egressas relataram em relação à carga-horária dos cursos: que gostariam de ter mais tempo nas aulas práticas, pois muitas não tinham noção das atividades, principalmente as do curso de corte e costura, bem como das aulas de informática, uma vez que não dispunham de computador em casa. Entendemos que nos aspectos da participação social e da formação cidadã o PMM cumpriu a sua missão, pois os cursos ofertados contribuíram efetivamente com a possibilidade dessas mulheres se interessarem por assuntos voltados para elas.

A formação de maneira mais abrangente se dá inicialmente pela luta para superar a opressão feminina em uma sociedade de classes machista como a nossa e até mesmo se engajarem em causas políticas, sociais, culturais, laborais e etc. que conduzam à integração

social feminina e à mudança na qualidade de suas vidas e de toda a comunidade a qual pertencem essas mulheres.

Enfim, em relação à formação profissional e cidadã promovida pelos cursos e a materialização dessa formação na vida dessas mulheres, as alunas egressas assim se expressaram:

M1 – Concluí o curso pois gostava das aulas e era uma ajuda para algo que eu já sabia fazer, que era costurar, poucas coisas, mas sabia.

M2 – Eu concluí, pois queria aprender mais, eu já sabia costurar, mas minha irmã se inscreveu, também resolvi me inscrever para aprender mais sobre costura.

M3 – Eu terminei o curso sim, porque as aulas eram boas, os professores eram bons, os assuntos também. Era importante.

M4 – Consegui terminar sim, porque era um curso importante, aprendia muitas coisas lá, era legal estar com as outras mulheres.

M5 – Concluí, pois tinha interesse na área e foi uma oportunidade diferente, pois trabalhava em outra área e queria saber mais sobre costura, tinha também uma ajuda de custo no valor de cem reais, que ajudava bastante.

M6 – Sim, eu terminei o curso, porque eu queria aprender a costurar, eu queria ter uma profissão, aprender alguma coisa para poder ganhar dinheiro e ter meu sustento.

M7 – Eu concluí, porque eu queria ver se conseguia um emprego depois o curso.

M8 – Eu já tinha feito outros cursos de auxiliar administrativo e como esse era de graça, melhor ainda e depois ainda recebia um dinheiro todo mês. Quase todos os cursos que têm assim eu faço, eu não tenho dinheiro para pagar.

M9 – Eu terminei porque um curso já ajuda na hora de conseguir um emprego

M10 – Sim, eu concluí, porque eu gostava de estudar e as colegas eram legais, era bom.

M11 – Eu gostava dessa área de confeitaria, trabalhava numa padaria atendendo, então fui aprender. Eu terminei o curso eu gostava muito, aprendi muitas coisas sobre alimentos lá, coisa que nem sabia que tinha que fazer.

Como podemos observar as alunas egressas concluíram os cursos por inúmeras motivações, desde o sentido de se sentirem pertencentes a um ambiente com outras mulheres, com histórias parecidas, além de questões relacionadas com a vontade de aprender e tentar se inserir no mercado de trabalho após o curso. Entender sobre a assiduidade no curso nos remete ao eixo permanência:

[...] a permanência no programa requer da equipe um trabalho de acompanhamento diário, de estímulo e de muito diálogo. Muitas alunas são jovens ou adultas mães de família, trabalhadoras em condição de subemprego, com pouco ou nenhum tempo para dedicação aos estudos. Desta forma, muitas vezes ocorre um determinado índice de evasão do programa, por impossibilidade de sincronização de afazeres. Entretanto, as equipes precisam estar mobilizadas e buscar estratégias para o combate à evasão e ao desestímulo (SILVA; RÊGO, 2015, p. 4).

Com também ao eixo êxito:

[...] é o último passo da metodologia do programa e prevê muito mais do que a conclusão do curso. Concluir o Mulheres Mil significa o sucesso dos módulos de

acesso e permanência. O módulo êxito implica um porvir, uma consequência prática, uma mudança tangível nas vidas das alunas, tanto em níveis pessoais como em níveis sociais. Porém, em linhas gerais, pode-se afirmar que a permanência já implica êxito. Considera-se, então os módulos de permanência e êxito de forma integrada, não estanque. Assim, a integração permanência-êxito (SILVA; RÊGO, 2015, p. 4).

Dessa maneira entendemos que a permanência da maioria das mulheres no curso, configura-se como um êxito do PMM e das alunas egressas, visto que não se pode considerar o êxito tão somente a finalidade executada do Programa. O processo formativo e os conhecimentos adquiridos pelas alunas a partir das aulas teóricas e práticas, também como, o processo de socialização e convivência com as outras mulheres e o reflexo disto nas suas vidas e de toda a família, nos apontam êxitos da materialização do programa.

Nesse sentido, é importante destacar o relacionamento construído entre as mulheres durante a realização do curso, revelado pela troca de experiências, da ajuda mútua, do sentido de pertencimento ao ambiente escolar (a infraestrutura, o corpo docente e técnicos-administrativos do IFE-Campus Caruaru concorrem efetivamente para isto).

As questões relacionadas ao trabalho são importantes e necessárias, pois um dos intuitos do PMM é fazer com que essas mulheres possam se inserir no mercado de trabalho e mundo do trabalho e mediante as respostas anteriores, também é um anseio dessas mulheres. Para tanto, questionamos se as mulheres possuíam um trabalho antes de iniciar os cursos no IFPE-Campus Caruaru e se o Programa havia contribuído para alguma mudança de trabalho, caso essa tivesse acontecido, conforme relato das mulheres,

M1 e M2 – Irmãs (mesmo relato) nossa família sempre viveu da agricultura nos sítios, eu sempre soube costurar, mais coisas simples de casa, no curso elas aprenderam mais tarefas, e a fazer melhor e bem feito, relatam que aprenderam a mexer em outras máquinas e que embora o curso tenha tido poucas horas de prática contribuiu para melhorar a forma que eu costurava.

M3 – Trabalhava em um salão de beleza, fiz o curso, pois queria aprender a costurar e mudar de área talvez, mas curso foi bom, mas o tempo de prática foi muito pouco, para quem não tinha afinidades com as máquinas, não deu para pegar o jeito. Acho que isso foi no geral, as meninas todas acharam isso.

M4 – Trabalhava como Recepcionista, e continuei trabalhando pois, não sabia mexer direito em máquinas e no curso eu não aprendi muito, eu sei fazer alguma peça para mim, mas costurar para outra pessoa ou para vender, isso eu não consigo.

M5 – Eu trabalhava numa floricultura, e tinha um coletivo de lutas também sobre o público trans, quando eu terminei o curso eu não quis costurar e nem trabalhar com isso, porque não tenho afinidade. Atualmente trabalho na Secretaria de Políticas para as Mulheres e Direitos humanos, ajudando na pasta do público LGBTQ. Pode ser que devido minhas atividades e a luta para ajudar a incluir as meninas no curso, pode ser que por isso me convidaram para trabalhar lá, pode ser que o curso tenha ajudado.

M6 – Eu trabalhava como faxineira, hoje eu trabalho costurando eu montei a minha facção¹⁹, mas quando sai do curso procurei fazer outro, porque as horas de aula foram poucas

M7 – Eu não trabalhava e depois que terminei o curso eu tive meu filho, aí fiquei só em casa, trabalho em casa mesmo.

M8 – Eu já trabalhava antes do curso em uma loja. Eu não sei se o curso ajudou quando eu mudei de trabalho, mas muita coisa que aprendi no curso nesses e outros que fiz costume colocar em prática, principalmente as coisas que aprendi sobre atendimento

M9 – Hoje eu trabalho num fabrico, mas eu não fiz o curso de costura, fiz em outro lugar.

M10 – Depois do curso eu consegui um trabalho em uma recepção de um hotel, antes eu não tinha trabalho antes, esse é o segundo hotel que eu trabalho, acho que o curso que eu fiz ajudou.

M11 – Eu trabalhava em uma padaria, fiz o curso de confeitaria e de alimentos, ainda trabalho na mesma padaria, mas antes era atendente, hoje eu faço os bolos, depois eu fiz outros cursos de doces, essas coisas. Eu acho que o curso tenha contribuído sim para eu mudar de trabalho, ainda é no mesmo lugar, mas agora é em outra coisa.

Em decorrência das falas percebemos que ao menos metade das mulheres não conseguiu se inserir no mercado de trabalho propriamente dito, ou seja, de forma legalizada, por assim dizer. Algumas trabalham por conta própria e em outras áreas diferentes dos cursos frequentados, mas também em áreas correlatas aos cursos frequentados. O que significa dizer que se faz necessário uma continuidade dos cursos, ou mesmo uma conexão entre os ofertantes dos cursos e os contratantes, ou seja, empresários, comerciantes e outros.

Entendendo que algumas mulheres não trabalham especificamente, não significa dizer que não houve êxito no desenvolver, materialização e finalização do Programa uma vez que, não é porque a mulher não está trabalhando na área específica que a formação não tenha sido consideravelmente significativa. Mesmo que não leve à inserção no mundo do trabalho, o PMM leva a uma noção de cidadania que invariavelmente leva a uma transformação social (BRASIL, 2011b).

Com base nessas falas podemos deduzir que, além da dificuldade de inserção no mercado de maneira formalizada, não houve uma articulação da unidade executora dos cursos – o IFRN-Campus Caruaru – com empresas que pudessem acolher essas alunas. Além disso, temos um mercado exigente, que na maioria das vezes contrata mediante experiência comprovada, fator que muitas alunas não possuem.

Nesse sentido, concordamos com Cury (2016, p. 42), quando afirma: “a formação profissional dos cursos do Programa Mulheres Mil, bem como as ações articuladas entre a

¹⁹ Facção é um termo que se usa no movimento de produção de confecções. São locais, podendo ser a garagem de casa ou mesmo um galpão alugado, nos quais as pessoas responsáveis pela facção recebem peças de roupas cortadas e prontas para serem costuradas. Geralmente não possuem marcas próprias, lojas ou estilistas. É um sistema de subcontratação.

instituição ofertante e o mundo do trabalho, certamente podem contribuir de maneira significativa para a inserção das mulheres no mercado”.

Outra questão que podemos ressaltar é que no ano de 2016, a SETEC do Ministério da Educação, começou um processo de análise de institucionalização do PMM, devido o papel relevante da qualificação profissional das mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social. “Daí resultou uma mudança no público beneficiário do Programa, deixando de ser apenas mulheres em condição de vulnerabilidade social para mulheres e pessoas que se identificam como gênero feminino, nessa condição, de modo a promover a equidade de gênero, a inserção sócio profissional e o combate à violência” (SETEC, 2017, p. 3).

Essa perspectiva é um avanço se pensarmos nas políticas públicas para as mulheres com o recorte de gênero e um contributo para uma maior inclusão social dessas mulheres, já que as características naturais (como sexo e raça) são mecanismos que funcionam em desvantagem no mercado de trabalho e atuam de forma conveniente para a manutenção da conservação da opressão feminina, sobretudo no interior da região Nordeste do país, onde impera, ainda, o coronelismo.

Nesse sentido o IFPE-Campus Caruaru, em conjunto com a Prefeitura de Caruaru e a Secretaria da Mulher do município, foi vanguarda ao permitir, no curso de Corte e Costura promovido por meio do PMM, ainda em 2014, a inclusão de mulheres trans, antes mesmo dessa nota técnica.

Outra questão que precisa ser destacada é que os cursos ofertados pelo PMM, embora tenham uma demanda no mercado de trabalho, são cursos que, de modo geral, são destinados ao gênero feminino apenas, perpetuando a regra do imaginário feminino, no que se relaciona a questão do atendimento, como é o caso do curso de Auxiliar Administrativo, a manipulação dos alimentos com o curso de Confeitaria e Aproveitamento Integral de Alimentos, que lembra os cuidados no âmbito familiar e a realização de manuseio da máquina de costura para fazer reparos em roupas, principalmente pelas mulheres mais pobres da região, com o curso de Corte e Costura.

Ainda, assim, os cursos se mostraram importantes para elas, pois qualquer ação pública voltada às mulheres em situação de vulnerabilidade com o intuito de reduzir riscos aos quais estão expostas, como a violência, a pobreza e a desigualdade se mostra eficaz no sentido de criar nelas o ímpeto de buscar novos caminhos de aprendizagem e desenvolvimento político, social e cultural.

Quando comparamos o processo de desenvolvimento dos cursos do PMM na cidade de Caruaru, com outras produções, podemos perceber algumas semelhanças. Os estudos,

mencionados no início do nosso texto mostram que a implantação do programa, por vezes encontra algumas dificuldades devido as especificidades dos cursos, se apresentando como um desafio para os implementadores da política. É quase lugar-comum nos resultados das produções a abordagem sobre a formação numa perspectiva cidadã dessas mulheres, questões como empoderamento feminino, motivação, elevação da autoestima, reconhecimento de direitos civis e políticos, saúde da mulher, essas são as temáticas que aparecem de maneira constante em outros estudos sobre o PMM e, em particular no IFPE-Campus Caruaru.

Nesse formato percebemos que os cursos ofereceram às mulheres uma formação cidadã que contribuiu de maneira significativa para que elas pudessem se reconhecer como pessoas de direitos e podendo ser atuantes na sociedade da qual fazem parte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as reflexões construídas no decorrer do estudo foi possível abrir os horizontes sobre o tema das políticas públicas, voltadas ao público feminino, entendemos suas perspectivas, seus mecanismos e a importância de uma política em sua completude desde a fase inicial, os ciclos, que mesmo não tendo uma organização estanque, são primordiais para o entendimento do campo teórico das políticas públicas e do campo da avaliação das políticas públicas. Trouxemos algumas considerações sobre o campo da avaliação, do Estado e governos como materializadores dessas políticas.

Apontamos o percurso para a produção do estudo, sendo por meio de um levantamento e revisão de literatura, análise de documentos e produções sobre as áreas que permearam o estudo, foi possível adentrar nas teorias sobre os temas da educação profissional, da educação e do trabalho, da caminhada histórica das mulheres e principalmente das produções sobre o Programa Mulheres Mil.

O estudo tinha como objetivo: avaliar o Programa Mulheres Mil no IFPE-Campus Caruaru, refletindo sobre a inclusão social e produtiva da mulher, proposta no programa, enquanto uma ação instituída no campo da educação no Agreste Pernambucano.

A região do Agreste Central de Pernambuco, especialmente a cidade de Caruaru, possui um potencial vasto para a oferta de políticas públicas de Educação Profissional, tanto as que possuam uma formação mais voltada para o mercado, como as que possuem uma formação mais abrangente, incluindo aspectos como saúde, ética, sustentabilidade, como é o caso do PMM. Entretanto, houve uma chamada para o programa com três cursos, e depois o programa não foi mais continuado na cidade, enquanto, em outros municípios, inclusive do estado de Pernambuco, o programa continua sendo implementado, com chamadas para diversos cursos. Não conseguimos obter nenhuma informação sobre os motivos da não continuidade dos cursos, visto que, Caruaru possui um potencial social e econômico para a implantação de outros cursos do PMM.

O PMM se materializou primeiramente como um projeto nas regiões Norte e Nordeste do país, em municípios que possuíam e ainda possuem altos índices de pessoas vivendo em situação vulnerável. Então, a partir de um projeto em conjunto com o Canadá, foi firmada uma parceria com Instituições Federais aqui no Brasil. Esse projeto obteve resultados consideráveis e foi implementado em outras regiões, depois que foi inserido no PRONATEC, ocorreram algumas modificações em sua estrutura. Em Caruaru os cursos foram ofertados na modalidade do PRONATEC, a cidade não foi contemplada no período do projeto piloto. Foram ofertados

três cursos na cidade: auxiliar administrativo, gastronomia e aproveitamento de alimentos e corte e costura, num curto espaço de tempo e depois não houve mais oferta do programa.

Apoiados nos dados coletados, pelo campo teórico e pelos questionários procuramos também responder nossos objetivos específicos, chegando a conclusão de que o programa consegue promover, por meio das aulas das disciplinas voltadas aos eixos ligados a formação humana, um crescimento humano a partir do olhar que elas têm e modificam de si próprias e de suas realidades, embora a carga horária dos cursos seja relativamente curta, isso é uma iniciativa para que elas busquem outras possibilidades para suas vidas. A formação para a cidadania dessas mulheres é visível e se materializa de forma processual, contribuindo para uma transformação social a longo prazo.

Entendemos que mediante as análises, a inclusão social das mulheres aconteceu de maneira sistemática, uma vez que na atualidade elas carregam os aprendizados dos cursos no contexto em que vivem. Com relação a qualificação profissional, os objetivos foram alcançados, lhes permitindo atuar na área do curso ou outra correlata, de maneira a gerar outras oportunidades.

Com relação as mulheres que não estão trabalhando especificamente na área, não significa que a formação não tenha sido fornecida com qualidade e de maneira a gerar significados para a vida das alunas, nesse sentido, o PMM pode ofertar, cursos de qualidade, com sustentabilidade e num formato compatível com a realidade de cada localidade, para que elas possam adquirir autonomia, dignidade e cidadania.

O processo e percurso de estudar, produzir e desenvolver um estudo acerca do PMM se deu em decorrência de estudar políticas que se relacionassem com mulheres e trabalho, e nada melhor do que permear pelo mundo da educação para alcançar tal objetivo. O programa já era um pouco conhecido por mim, mediante outros trabalhos e outras leituras, porém nesta pesquisa pude alargar ainda mais as possibilidades de estudos sobre o PMM, em diversas perspectivas. Não existem muitos trabalhos sobre o programa, mas os que existem e que pudemos ter acesso são textos significativos e importantes para o desenvolvimento de outros estudos e até mesmo para auxiliar no desenvolvimento do programa e sua manutenção. É assim que se faz ciência, com dedicação, teoria e prática.

O PMM é um programa digno, para quem participa deles, desde a gestão até a sala de aula e estudá-lo nos fez perceber ainda mais a importância de políticas públicas, e da avaliação dessas, conseqüentemente de seus produtos finais, sim no plural, pois nenhuma experiência é igual, e no Mulheres Mil isso fica mais evidente mediante os diferentes processos das alunas.

Enfim, constatamos que estudar sobre avaliação de políticas públicas mediante a fala das alunas egressas contribuiu para entendermos melhor as ações pensadas pelo PMM por meio dos cursos de qualificação profissional ofertados pelo IFPE-Campus Caruaru, bem como o produto alcançado, com destaque para a formação cidadã das mulheres beneficiárias.

A relevância desse estudo se dá em dois sentidos, por primeiro numa experiência particular de ter podido aprender com a história de vida dessas mulheres, não apenas das que eu estudei diretamente, mas de todas as mulheres que puderem ter a oportunidade de participar do programa. Por segundo, a importância se dá pelo processo de conhecer um pouco mais como ocorre a organização de uma política, desde sua agenda, passando pela implementação e avaliação contínua.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

AGUILAR, M. J.; ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas Públicas: conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política**, [s.n.], v. 3, n. 2, jul./dez., 2015.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, R. C. de. Bases de uma nova estratégia de desenvolvimento para o Nordeste. In: VELLOSO, J. P. dos R.; ALBUQUERQUE, R. C. de (coord.). **A promoção do desenvolvimento: os 50 anos do BNDES e do Banco do Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. Igualdade e inclusão social: estudo de casos concretos no sistema educacional. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 100, p. 209-221, jan./dez. 2005.

ALTOÉ, André Pizetta. **O Estado e a cidadania feminina: vozes do mulheres mil**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.

AMORIM, Elba Ravane Alves de; SILVA, Louise Caroline. Ampliação da participação política das mulheres através da institucionalização da participação social: a experiência da cidade de Caruaru, Brasil. In: Simpósio de investigadores "Igualdad de género, instituciones y calidad de la democracia en América Latina: cuánto hemos avanzado y hacia donde vamos?", 2014. P. 25-32.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA PARA AS MULHERES, 2011. Brasília. ANAIS da **3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: autonomia e igualdade para as mulheres**. Brasília (DF), 2011. 206p.

ANDRADE, Tabira de Souza. **Estrutura institucional do APL de confecções do agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

ANTICO, C.; JANNUZZI, P. M. **Indicadores e a gestão de políticas públicas**. [S.L.]: Fundaj, 2008.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 23-31, 2001.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. *In*: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. **Políticas públicas para igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente**. Brasília, DF: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2011.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate. *Tempo Social; Rev. Social. USP*. São Paulo; v.1, n. 2, 2.sem., p. 105-119, 1989.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 79 p.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; TURMENTA, Leandro. A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v.17, n.54, p.1067-1084, jul./set. 2017.

BARBOSA FILHO, Bernardo de Lima. **Agreste Central de Pernambuco: uma visão sobre a viabilidade de sua metropolização**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Martins Fontes: São Paulo, 1994.

BARROSO, Carmen. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 573-582, dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300004&lng=en&nrm=isohttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 dez. 2019.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L. C. de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANCO, Noemi Nascimento. **O desafio de avaliar políticas públicas- conhecer, julgar, publicizar, aprimorar**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Mecânica**. Caruaru: o. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/campus/caruaru/cursos/superiores/bacharelados/engenharia-mecanica/projeto-pedagogico/projeto-pedagogico-de-engenharia-mecanica.pdf/view>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPMM)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. 2005.

BRASIL. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Brasília, 2008.

BRASIL. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Brasília, 2013.

BRASIL. Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (MEC/MDS), 2012.

BRASIL. **Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985**. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM e dá outras providências. Brasília, DF: Previdência da República, 1985.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Memória: gestão 95/99**. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 8.202, de 6 de março de 2014**. Altera o Decreto nº 6.412, de 25 de março de 2008, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Brasília, DF, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). 2014a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Concepções e Diretrizes**. Brasília: jun./dez., 2008.

BRASIL. Constituição (1909). Constituição da República Federativa do Brasil de 1909. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 de out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitu%C3%A7ao.htm. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de gestão do exercício de 2013**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), 2014b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de gestão do exercício de 2014**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio– Documento Base**. Brasília/ DF: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto n° 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Brasília: Câmara dos Deputados.1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 agosto de 2018.

BRASIL. **Portaria n° 817, de 13 de agosto de 2015**. Brasília: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego; Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Brasil sem miséria: Cartilha Mulheres Mil**. Brasília, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014.

BRASI. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015, 03 agosto 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil**. Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267:programa-mulheres-mil-&Item=602. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. **Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”**. Brasília: Presidência da República; Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, 2002.

BRASI. **Relatório Nacional Brasileiro**. Brasília: Presidência da República; Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher; Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher, 2002.

BRASIL. **Memória 2003 – 2006**. Brasília: Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL.. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL. Decreto no 9.203, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 nov. 2017b Disponível em: <https://goo.gl/eeWfn2>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BRASIL. Decreto no 9.588, de 27 de novembro de 2018. Institui o Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios da União. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 nov. 2018.

BRASIL. Mulheres mil na rede federal: caminhos da inclusão. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2011.

BRASIL. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília, Ministério da Educação e Cultura; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2012.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**. Brasília: Casa Civil; Instituto de pesquisa econômica aplicada, 2018. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa mulheres mil**. Brasília.; Ministério da Educação e Cultura, abr. 2013a. Disponível em: <https://socialprotection.org/sites/default/files/publications_files/01.%20Programa%20Mulheres%20Mil%20no%20Distrito%20Federal%20%28DF%29.pdf> Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Programa mulheres mil. Brasília, mar. 2014. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/mulheres-mil?start=20>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ações e programas. Brasília, maio. 2013b. Disponível em: . Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Portaria nº 1015, de 21 de julho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jul. 2011, p. 38. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8589-portaria1015-220711-pmm-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRUSCHINI, C. PUPPIN, A.B. O trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n.121, p.105-138, jan./abr. 2004.

BRUSCHINI, C. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n.132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BRUSCHINI, C. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, N. V. (org.) **A condição feminina**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988.

BURNETT, Annahid. O “ponto de mutação” da Sulanca no Agreste de Pernambuco. **História Oral**, v. 17, n. 2, p. 153-171, jul./dez. 2014.

CARDOSO, Hugo Ferrari. **O desafio da inclusão social no Brasil**. [S.l.: s.n.], ano. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/204/225>. Acesso em: 10 maio 2019.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, 2004.

CARVALHO, M.C.B. Avaliação Participativa: uma escolha metodológica. *In*: MELO RICO E. (org). **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p.47-70.

CARVALHO, M. C. B. **Avaliação de projetos sociais, treinamento de gestores sociais**. Brasília: Capacitação Solidária, 1998.

CASTELLS, M. A. **A sociedade em rede (a era da informação)**: economia, sociedade e cultura. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. v. 1.

CINTRA, Sorais Veloso; FABIANO, Maraísa Duarte; CARVALHO, Paloma Bueno de. Políticas Públicas para Mulheres: uma análise do município de Ituiutaba (MG). *In*: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2012, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CRESS 6 Região. 2012. p. 13-30.

COELHO, José Rafael. **Pífanos do Agreste**. Recife: Página 21, 2014.

COHEN, Ernesto. FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 10. ed. Petrópolis: vozes, 2012.

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. CONDEPE/FIDEM. **Calendário Oficial das datas históricas dos municípios de Pernambuco**. Recife: CEHM, 2006, v. 3.

CORCETTI, Elizabete; SOUZA, Susane P.; LORETO, Maria das Dores Saraiva de. O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero? **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 26, n.100, p. 911-943, jul./set. 2018

COSTA, Geovana Azevedo da; PEREZ, Olívia Cristina. O Estado da arte nas políticas públicas para as mulheres: uma revisão da literatura na perspectiva de gênero. *In*: FORUM BRASILEIRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, 5., 2017, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: [s.n.], 2017. GT4: Estado e Políticas Públicas.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

COTTA, Tereza Cristina. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 52, n. 4, p. 89-110, out./dez. 2001.

COTTA, Tereza C. Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, ano 49, n. 2, abr./jun., 1998.

COUTINHO, Jordania Medeiros. Empoderamento de egressas do Programa Mulheres Mil no IFBaiano – Campus Uruçuca. *In: XIX ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO*. GT19 p. 4199-4245.

CURI, Suzana Guerra. **Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes**. Brasília, 2016, 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Universidade de Brasília, 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas da educação: um convite ao tema. *In: FÁVERO, Osna; SEMERANO, Giovanni. (org.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 147-162.

CRESWELL, John W. Cinco abordagens qualitativas de investigação. *In: CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 35-77

DAMASCENO, Patrícia. O Programa Mulheres Mil pela via Trabalho e Educação: uma experiência desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, 2017.

DELUIZ, Neise. Metodologias e resultados do acompanhamento de egressos da educação profissional. **Seminário Nacional de Educação Profissional**, Brasília: [s. n.], jun., 2003.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DURAND, Michelle Kuntz *et. al.* O empoderamento das mulheres em vulnerabilidade social. **Revista de Enfermagem Referência**. Série IV, n. 18, jul./agos./set., p. 83-92., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12707/RIV18018>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ESPARTEL, Lélis Balestrin. O uso da opinião dos egressos como ferramenta de avaliação de cursos: o caso de uma instituição de ensino superior catarinense. **Revista Alcance**, Itajaí, v.16, n.1, p. 102-114, 2009.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

- FERRAREZI, Elizabete; SARAVIA, Enrique. (org.). **Coletânea de Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2.
- FERREIRA, Silverli Márcia. **Mulheres mil como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de Pesquisa para a Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- FRANÇA, Alba Maria Bomfim de França; SILVA, Jovânia Marques de Oliveira e. Mulheres em situação de vulnerabilidade: um olhar à luz da fenomenologia social. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 10, Supl. 2, p. 875-879, fev. 2016.
- GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2001.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresa**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Bomtempo editorial, 2002.
- HOFLING, Heloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. **A concepção de cidadania veiculada em livros didáticos de estudos sociais do primeiro grau**. 1981. [255] f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251633>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- LAUSCHNER, Mirella Cristina X. G. da Silva. Os movimentos feministas: família x trabalho. 154-156. *In*: **Caderno de Resumos [expandido] do 16º Encontro Redor – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudo e Pesquisas sobre a Mulher e Relação de Gênero e 2º Encontro de Estudo sobre Mulheres da Floresta: gênero, trabalho e meio ambiente**. Manaus: Edua, 2010.
- LESSA, Iara. Transformações e continuidades nos programas de bem-estar social no Canadá. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1533-1542, 2007.
- LOWI, Theodor. “American business, public policy, case studies and political theory”. **World Politics**, v. 16, p. 677-715, 1964.
- LOWI, Theodor. Four systems of policy, politics, and choice”. **Public Administration Review**, v. 32, p. 298-310, 1972.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELAZZO, Everaldo Santos. Problematizando o conceito de políticas públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. **Tópos**, v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010.

MELO FILHO, Ari de Araújo Vilar de. **Avaliação da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec Mulheres Mil**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

MENDES, G. S. C. V.; SORDI, M. R. L. Metodologia de avaliação de implementação de programas e políticas públicas. **EccoS**, São Paulo, n. 30, p. 93-111. jan./abr., 2013.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MOISES, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63, 1999.

OLSEN, Wendy. **Debates e métodos fundamentais em pesquisa social**. Porto Alegre: Penso, 2015. 231 p.

NASCIMENTO, Gutemberg Virgínio. **Programa Mulheres Mil**: um estudo de caso no IFPE - Campus Ipojuca. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade de Pernambuco, Campus Recife, Recife, 2017.

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Geração de renda para as mulheres**: uma avaliação de impactos do Programa Mulheres Mil na ótica de egressas em São Luís/MA. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2015.

OLIVEIRA, Lusandra Almeida de.; VIEIRA, Cristiane Maria; FELDENS, Dinamara Garcia. O avanço do Programa Mulheres Mil com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 3, n. 2, p. 251-260, mar. 2016

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. *In*: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010, p.1-10. GT 2: Gênero e movimentos sociais.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **História das Comarcas Pernambucanas**. Recife: 2010.

PIMENTA, Fabrícia F. **Políticas Feministas e os feminismos na política: o conselho nacional dos direitos da mulher (1985-2005)**. 2010. 328 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia e política**. v. 18, n. 36, p.15-23, 2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU. **I Plano municipal de políticas para as mulheres** Caruaru, PE: Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas; Coordenadoria de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU. II Plano municipal de políticas para as mulheres. **Diário Municipal de Caruaru**, Caruaru, PE: Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas; Coordenadoria de Recursos Humanos e Folha de Pagamento.[...], 2011 - 2016.

PREFEITURA DE CARUARU, 2012. **Balanco anual das atividades 2013**. Caruaru, PE: Secretaria da Mulher e de Direitos Humanos de Caruaru, 2013.

PREFEITURA DE CARUARU. **Balanco anual das atividades 2014**. Caruaru, PE: Secretaria da Mulher e de Direitos Humanos de Caruaru [...], 2015.

PREFEITURA DE CARUARU. **Anuário bem-me-quer**. Caruaru, PE; Prefeitura de Caruaru, 2009.

PREFEITURA DE CARUARU. **Anuário bem-me-quer**. Caruaru, PE; Prefeitura de Caruaru, 2010.

PREFEITURA DE CARUARU. **Anuário bem-me-quer**. Caruaru, PE; Prefeitura de Caruaru, 2011.

PREFEITURA DE CARUARU. **Anuário bem-me-quer**. Caruaru, PE; Prefeitura de Caruaru, 2012.

PROBST, E. Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. [S.l.: s. n.], 2014. Disponível em: www.icpg.com.br/mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho_.pdf. Acesso em: 29 mar. 2020.

PROJETO PILOTO. Disponível em <http://mulheresmil.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: jan. 2019.

PROJETO PILOTO. Disponível em <http://www.oei.es/pdf2/mulheres-mil.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

QUARTARO, Georgia; HORSMAN, Jenny; KAUR, Jaswant; BONISTEEL, Mandy. Capacitação de elevado suporte para as mulheres marginalizadas: lições extraídas de um estudo de caso com implicações para o Projeto Mulheres Mil. *In: MULHERES Mil – Artigos e Relatos. Concepção e implantação do projeto – Mulheres Mil: Educação, Desenvolvimento Sustentável e Cidadania*. Brasília: Ministério da Educação, 2011. p. 27-52.

RAGO, Margareth. **Trabalho Feminino e Sexualidade**. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. *In: O Estudo da Política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: Universidade Aberta do Brasil, 2014.

ROCHA, Rita de Cássia; SILVA, Lenina Lopes Soares. Política Pública para mulheres e cidadania: o programa mulheres mil. *In: Anais III CONEDU – Congresso Nacional de Educação*, 2016.

ROCHA, Rita de Cássia; SILVA, Lenina Lopes Soares. Políticas de educação profissional para as mulheres no Brasil: buscando indícios na Sociedade Brasileira de História da Educação. *In: Anais II Conedu – Congresso Nacional de Educação*, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**. Ano 9, 2 sem., p. 515-540, 2001.

SÁ, Márcio Gomes de. Feirantes: possíveis contribuições. *In: SÁ, Márcio Gomes de; HELAL, Diogo Henrique; FERRAZ, Adilson; SILVA, Jailson Pereira da. Trabalho: questões no Brasil e no Agreste Pernambucano*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANO, H., & MONTENEGRO FILHO, M. J. As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. **Desenvolvimento em Questão**, ano 11, n. 22, jan./abr., p. 35-61, 2013.

SANTOS, Elizabete Cavalcante dos; ALMEIDA, Milene Félix; HELAL, Diogo Henrique. Representações como práticas organizativas da cidade de Caruaru/PE, Farol. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 8, 2016.

SANTOS, Graciete. Desenvolvimento humano sustentável e solidário: alternativas de trabalho e renda. *In: COSTA, et. al. (org.). In: SANTOS, Graciete. Um debate crítico a partir de feminismo: reestruturação produtiva e gênero*. São Paulo: CUT, 2002. p.123-128.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: Escola nacional de administração pública, 2006. p. 21-42.

SARAVIA, Enrique. FERRAREZI, Elisabete. (org.). **Políticas públicas**. Brasília: Escola nacional de administração pública, 2006. v.1

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência. *In*: SASSAKI, R. K. **Vida independente**: história. movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003, p.12-16.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste Pernambucano**, Recife, PE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro E Pequenas Empresas, 2012.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. *In*: REIS, J. R.; LEAL, R.G. **Direitos sociais e políticas públicas**: desafios contemporâneos. [S. l.]: Edunisc, 2008. p. 39-63.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2..ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Anuário 8 de março**. Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco. 2007. Ano 1.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Anuário 8 de março**. Recife: Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2008. Ano 2.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Anuário 8 de março**. Recife, Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2009. Ano 3.

PERNAMBUCO. Secretaria de Política para às Mulheres. **Organismos governamentais**. Recife: Secretaria de Política para às Mulheres, 2017. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/organismos-governamentaisdf-estados-e-municipios/dados/estados/pernambuco>. Acesso: 28 jul. 2019.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. **Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento à Mulher**. Disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/delegacias>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SILVA, José Ronaldo Ribeiro da. RÊGO, Erny Coelho. Políticas Públicas para mulheres me vulnerabilidade social: o caso do Programa Mulheres Mil. *In*: **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. São Luís/Maranhão. Brasil. 2015.

- SILVA, Cleonice Maria da. **Formação de trabalhadoras:** o programa mulheres mil sob o olhar de suas educadoras. 2016. 157 f.. Dissertação (Mestrado Educação em Profissional) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, 2015.
- SILVA, Jaqueline Oliveira. Políticas Públicas Municipais de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 69. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Pedro Luiz Barros; COSTA, Nilson do Rosário. **A avaliação de programas públicos:** reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: Instituto de pesquisa econômica e aplicada, 2002.
- SILVA, P.L.B.; MELO, M.A.B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos”. **Caderno**, Campinas, SP: UNICAMP/Núcleo de Extensão Ensino e Pesquisa, n. 48, p. 2-16, 2000.
- SILVA, Simone Fernandes da. **Cidadania e formação profissional de mulheres:** uma análise do Programa Mulheres Mil no município de Guarabira-PB. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2016.
- SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.
- SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. *In:* HOCHMAN, G., Arretche, M. e Marques, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Fiocruz. 2007.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa, **Caderno CRH**, [S. l.] 39, p. 11-24. 2003.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** conceitos, tipologias e sub-áreas. [S. l.]: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.
- SOUZA, Celina. Coordenação de políticas públicas. Brasília: Escola nacional de administração pública, 2018.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, Lincoln Moraes de. Comentando as classificações de políticas públicas. **Cronos**, Natal-RN, v.11, n.1, p. 178, jul/ago. 2016.
- SOUZA, Celina. Apresentação: Políticas Públicas: de que estamos falando? **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 4, n. 1-2, 2013.
- STROMQUIST, N. P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 1, p. 27-49, jan./ abril. 1996
- SULBRANDT, Jose. A avaliação dos programas sociais: uma perspectiva crítica dos modelos usuais. *In:* KLIKSBURG, Bernardo. **Pobreza:** uma questão inadiável; novas propostas a nível mundial. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 1994. p. 32-70.

TANCREDI, Francisco B.; KISIL, Marcos. Inovando o Ensino de Projetos Sociais. **Read – Revista Eletrônica de Administração**, v. 2, n. 4, 1996. Disponível em: <
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000500002>.
 Acesso em: 16 maio 2000.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. As mulheres no mundo do trabalho: ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25 n. 2, p. 237-244, abr./jun., 2009.

TELES, F.B.M. Programa Mulheres Mil: um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho, 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VALÉRIO, Gracielle Ferreira. **Implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego 2012 – 2015**. 2016. 79 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife, 2016.

VASCONCELOS, Iana.S. **Mulher e mercado de trabalho no Brasil: nota de uma história em andamento**, 2013.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. *In*: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

VIANA, Ana Luiza D'Ávila; BAPTISTA, Tatiana Wargas de F. Análise de políticas de saúde. *In*: GGIONANELLA, Ligia; LOBATO, Lenaura; ESCOREL, Sarah; NORONHA, José e CARVALHO, Antônio Ivo. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

WATTS, Duncan J. **Small worlds: the dynamics of networks between order and randomness**. New Jersey: Princeton University Press, 1999.

WINGLER, Silvani da Silva. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: análise de processos sociais de egressos do ensino superior**. 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2018.

XAVIER, Maria Gilca Pinto. **O processo de produção do espaço urbano em economia Retardatária: a Aglomeração Produtiva de Santa Cruz do Capibaribe**. 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

**APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROGRAMA MULHERES MIL:
UMA AVALIAÇÃO NO IFPE-CAMPUS CARUARU**



**QUESTIONÁRIO
O PROGRAMA MULHERES MIL: UMA AVALIAÇÃO NO IFPE-CAMPUS
CARUARU**

**Discente: Regina Celly Clemente Silva
Professor Orientador: Dr. José Moisés Nunes da Silva
Linha de Pesquisa: Políticas e Práxis da Educação Profissional**

OBJETIVO: avaliar o Programa Mulheres Mil no IFPE-Campus Caruaru, refletindo sobre a inclusão social e produtiva da mulher, proposta no Programa, enquanto uma ação instituída no campo da educação no Agreste Pernambucano.

NOME
IDADE
ESTADO CIVIL
ENDEREÇO DE QUANDO COMEÇOU O CURSO

1. COMO FOI O SEU PROCESSO DE ENTRADA PARA O PROGRAMA MULHERES MIL?
(como você se inseriu no programa)
2. QUAL CURSO VOCÊ PARTICIPOU NO PROGRAMA MULHERES MIL?
(nome do curso)
3. VOCÊ CONCLUIU O CURSO
() SIM
() NÃO
- SE SIM, POR QUÊ? (o que a motivou a concluir o curso)
- SE NÃO, POR QUÊ? (o que a motivou a desistir do curso)
4. ANTES DE PARTICIPAR DO PROGRAMA MULHERES MIL, VOCÊ TRABALHAVA?
() SIM

NÃO

- PARA QUEM RESPONDEU SIM

a) Em que e onde trabalhava?

b) Quando você terminou o curso você continuou trabalhando na mesma atividade?

SIM NÃO

Se sim por quê?

Se não em que começou a trabalhar?

c) O Programa Mulheres Mil contribuiu para a mudança do seu trabalho?

SIM NÃO

Se sim, por quê?

Se não, por quê?

- PARA QUEM RESPONDEU NÃO

a) Quando você terminou o curso você se inseriu no mercado de trabalho?

SIM NÃO

SE SIM, EM QUE E ONDE COMEÇOU A TRABALHAR?

SE SIM, O PROGRAMA MULHERES MIL CONTRIBUIU PARA A SUA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO?

SE NÃO, POR QUÊ?

5. O PROGRAMA MULHERES MIL CONTRIBUIU PARA QUE VOCÊ ENTENDESSE E RECONHECESSE OS SEUS DIREITOS ENQUANTO CIDADÃ? (a sua relação social na família, e na comunidade em que você vive, algo mudou?).